

GOVERNO DO PIAUÍ



Diário Oficial



ANO LXXXV - 127º DA REPÚBLICA

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

LEIS E DECRETOS



LEI Nº 6.800 , DE 27 DE ABRIL DE 2016



LEI Nº 6.799 , DE 27 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a destinação de espaço físico para exposição e comercialização de produtos da economia solidária nos eventos públicos que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos eventos públicos patrocinados pelo Governo do Estado do Piauí tais como festas, feiras, exposições e congêneres, fica assegurada parte do espaço físico para a exposição e comercialização de produtos oriundos da economia solidária.

Parágrafo único. V E T A D O.

Art. 2º O espaço físico a que se refere o caput do art. 1º desta Lei deve ganhar destaque e localizar-se, preferencialmente, na entrada do evento.

Art. 3º Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;

III – vedação da realização de novos eventos com patrocínio do Governo do Estado pelo prazo de 2 (dois) anos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 27 de ABRIL de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Evaldo Gomes (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000).



LEI Nº 6.800 , DE 27 DE ABRIL DE 2016

Determina a adoção opcional de seguros na contratação de serviços e produtos específicos no Estado do Piauí e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinada a adoção de seguro garantia pelas empresas ou prestadores de serviços, aos contratantes dos produtos como formaturas, ceremoniais, aniversários, fotografias, filmagens e assemelhados.

Parágrafo único. A adoção do Seguro Garantia é opcional, cabendo unicamente a parte contratante o seu aceite, entretanto, deve ser oferecido de forma clara pelo contratado.

Art. 2º As empresas de ceremoniais e assemelhadas, que comercializam produtos que tem para seu público alvo a realização de formaturas, aniversários, celebrações e demais serviços, deverão, no ato contratual entre as partes, oferecer a modalidade com seguro, ficando a cargo da Comissão de Formatura ou pessoa responsável pela contratação, a escolha do produto segurado ou não.

Art. 3º No caso de descumprimento da Lei, a autoridade competente notificará a empresa contratada, através de procedimentos legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para que proceda a adequação nos termos desta Lei.

§ 1º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará as empresas citadas no caput do art. 1º:

- I – advertência, quando da primeira autuação da infração; e,
- II – multa, quando da segunda autuação.

§ 2º A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R\$10.000,00(dez mil reais) e R\$500.000,00(quinhentos mil reais), a depender do porte do empreendimento, das circunstâncias da infração, e do número de reincidências, tendo seu valor atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 27 de ABRIL de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Flávio Nogueira Júnior (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000).

Diário Oficial

2



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



LEI Nº 6.801 , DE 27 DE ABRIL DE 2016



LEI Nº 6.802 , DE 27 DE ABRIL DE 2016

Obriga as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, no Estado do Piauí, a comunicar individualmente aos consumidores, quando do descredenciamento ou da mudança de rede credenciada dos prestadores de serviço do plano de assistência à saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, no âmbito territorial do Estado do Piauí, obrigadas a comunicar individualmente aos consumidores, com 30 (trinta) dias de antecedência, quando do descredenciamento ou da mudança de rede credenciada dos prestadores de serviços de plano de assistência à saúde, informando no mesmo comunicado da inclusão de novo prestador de serviço equivalente, conforme o art. 17, da Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998.

§ 1º A comunicação individual ao consumidor que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada por:

- I – correspondência física;
- II – correio eletrônico (e-mail).

§ 2º Para efeitos do disposto no caput deste artigo, as operadoras de plano de assistência à saúde deverão incentivar os consumidores a manterem seus cadastros constantemente atualizados.

Art. 2º Em caso de descumprimento da presente Lei, os infratores ficam sujeitos às penalidades impostas pelas Leis Federais nº 9.956, de 03 de junho de 1998 e nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 27 de ABRIL de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Gustavo Neiva (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000).

Obriga os estabelecimentos de saúde a disponibilizar tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos de saúde são obrigados a disponibilizar para consulta, sempre que solicitada, a tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.

Parágrafo único. A tabela a que se refere o caput deve contemplar todos os preços de consultas médicas e de outros profissionais, exames de toda ordem, custos administrativos e todo tipo de serviço oferecido ao usuário do estabelecimento.

Art. 2º O desrespeito ao disposto nesta Lei constitui infração sanitária, sem prejuízo de outras sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor e em outras leis em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 27 de ABRIL de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Aluísio Martins (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000).



DECRETO N° 16.542, DE 26 DE ABRIL DE 2016

Altera o Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, que consolida e regulamenta disposições sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe confere inciso XIII do art. 102 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto nos Convênios ICMS nº 154/15; e no Ajuste SINIEF nº 12/15; celebrados no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizada a legislação tributária estadual,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, com as seguintes redações:

I – o § 1º do art. 4º:

"Art. 4º (...)

§ 1º O estabelecimento que opere exclusivamente com corretagem não poderá inscrever-se no CAGEP, hipótese em que ao adquirir bens em outra Unidade da Federação, a Nota Fiscal e o Conhecimento de Transporte deverão indicar a alíquota interestadual, sendo devido a este Estado a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, observado o disposto no art. 1.095 - CT em relação a partilha do imposto entre as unidades federadas de origem e de destino.

(...)"

II – os incisos I e II e o caput do inciso IV, todos do art. 44, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2015:

"Art. 44. (...)

I – às operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, constantes do Anexo IX, o correspondente aos seguintes percentuais, ficando dispensado até 30 de junho de 2017, o estorno do crédito proporcional à redução concedida, nos termos do art. 69, inciso V, com vigência a partir de 17 de outubro de 1991 até 30 de junho de 2017 (Convs. ICMS 52/91, 87/91, 13/92, 148/92, 65/93, 124/93, 22/95, 21/96, 21/97, 23/98, 05/99, 01/00, 10/01, 158/02, 30/03, 10/04, 124/07, 149/07, 101/12, 14/13 e 154/15):

a) nas internas, a 51,77% (cinquenta e um inteiros e setenta e sete centésimos por cento), equivalente à aplicação do multiplicador direto de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento), sobre o valor da operação (Conv. ICMS 01/00 e 154/15);

b) nas interestaduais, a 73,34% (setenta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), equivalente à aplicação do multiplicador direto de 8,80% (oito inteiros e oitenta centésimos por cento), sobre o valor da operação (Conv. ICMS 01/00 e 154/15);

II – às operações com máquinas e implementos agrícolas, constantes do Anexo X, o correspondente aos seguintes percentuais, ficando dispensado até 30 de junho de 2017 o estorno do crédito proporcional à redução concedida, nos termos do art. 69, inciso V deste Regulamento, com vigência a partir de 17 de outubro de 1991 até 30 de junho de 2017 (Convs. ICMS 52/91, 87/91, 13/92, 148/92, 65/93, 124/93, 22/95, 21/96, 21/97, 23/98, 05/99, 01/00, 10/01, 158/02, 30/03, 10/04, 102/05, 144/07, 101/12, 14/13 e 154/15).

a) nas internas, a 32,95% (trinta e dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento), equivalente à aplicação do multiplicador direto de 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento), sobre o valor da operação (Conv. ICMS 01/00 e 154/15);

b) nas interestaduais, a 58,34% (cinquenta e oito inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), equivalente à aplicação do multiplicador direto de 7,00% (sete por cento), sobre o valor da operação (Conv. ICMS 01/00 e 154/15);

(...)"

IV – às operações de saída com veículos automotores usados, correspondente nas operações internas, a 5% (cinco por cento) e nas operações interestaduais, 7,08% (sete inteiros e oito centésimos por cento), equivalentes à aplicação do multiplicador direto de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento), sobre o valor da operação, observado o disposto no § 15 deste artigo e os seguintes procedimentos (Convs. ICM 15/81 e 27/81 e ICMS 97/89, 80/91, 06/92, 33/93 e 151/94):

(...)"

III – o caput do art. 272:

"Art. 272. Os livros fiscais serão impressos com folhas numeradas tipograficamente em ordem crescente.

(...)"

IV – o caput do § 3º do art. 813 – A:

"Art. 813 – A. (...)

(...)"

§ 3º O disposto no caput não se aplica às operações envolvendo as seguintes mercadorias, cujo imposto devido deverá ser apurado com a utilização de Demonstrativo da Base de Cálculo e Apuração do ICMS, Anexo CLXI.

(...)"

V – o § 5º do art. 813 – B:

"Art. 813 – B. (...)

(...)"

§ 5º Na hipótese de suspensão do Regime Especial, a empresa fica sujeita, além do recolhimento na forma disciplinada nos incisos I, II e III do art. 813-C, ao pagamento de adicional de ICMS correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total das saídas de mercadorias normalmente tributadas, adquiridas em operação interna ou interestadual.

(...)"

VI – o caput do art. 813 – H:

"Art. 813 - H. O contribuinte credenciado deverá transportar para a DIEF, a cada período de apuração, os dados constantes de Demonstrativo da Base de Cálculo e Apuração do ICMS, Anexo CLXII.

(...)"

VII – os incisos I e II do § 4º do art. 1.095 – BO, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.095 – BO. (...)

(...)"

§ 4º (...)"

I - a partir de 1º de abril de 2016, para se credenciar na Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí e no Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune Nacional RECOPI NACIONAL;

Diário Oficial

4

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

II- a partir de 1º de maio de 2016, para registro das operações com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico.”

VIII - o § 5º ao art. 1.095 - CQ, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 1.095 - CQ. (...)

(...)

§ 5º O contribuinte inscrito nos termos deste capítulo deve recolher o imposto previsto na alínea “c” dos incisos I e II do art. 1.095 - CM até o décimo quinto dia do mês subsequente a cada período de apuração, relativamente aos fatos geradores nele ocorridos.

(...)"

IX - a alínea “f” do inciso I do caput do art. 1.140, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016:

“Art. 1.140. (...)

(...)

I - (...)

(...)

f) leite, inclusive em pó, leite condensado e creme de leite;

(...)"

X - as alíneas “p” e “t” do inciso III do caput do art. 1.140, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 1.140. (...)

(...)

III - (...)

(...)

p) lâmina de barbear e aparelho de barbear;

(...)

t) peças, partes e acessórios, inclusive baterias (acumuladores), para autos e motos; (Conv. ICMS 92/15).

(...)"

XI - ao inciso V do caput do art. 1.166, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 1.166. (...)

(...)

V - campo 5 - Período de Referência: informar mês e ano do período de apuração, no formato MM/AAAA; (Aj. SINIEF 6/15)

(...)"

XII - o caput do art. 1.166-A, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 1.166 - A. Quadro Emenda Constitucional nº 87/15 previsto no inciso XL do art. 1.166 deverá, a partir de 1º de janeiro de 2016, ser preenchido pelo contribuinte que realizar operação ou prestação que destine mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado em outro Estado, observado o seguinte: (Aj. SINIEF 6/15)

(...)"

XIII - o inciso III da Tabela do caput do art. 1.303, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 1.303. (...)"

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO NA NCM
(...)	(...)	(...)
III	Massas, pastas, ceras, encáusticas, líquidos, preparações e outros para dar brilho, limpeza, polimento ou conservação (Conv. ICMS 8/12)	3404, 3905, 3907, 3910, 2710
(...)	(...)	(...)

XIV - o Parágrafo único do art. 1.325, com efeitos a partir de 1º de março de 2016:
“Art. 1.325. (...)

Parágrafo único. Na falta de valores de que trata o caput, a base de cálculo do imposto será o valor da operação, incluído o IPI, frete, seguro e as demais despesas debitadas ao destinatário, acrescidos dos seguintes percentuais de agregação:

I - para as mercadorias com alíquota interna de 25% (vinte e cinco por cento):

a) 20% (vinte por cento) nas operações internas, desde que o fabricante esteja sediado neste Estado;

b) 25% (vinte e cinco por cento) nas operações procedentes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e do Estado do Espírito Santo;

c) 29% (vinte e nove por cento) nas operações procedentes das Regiões Sul e Sudeste, exceto do Estado do Espírito Santo;

d) 31% (trinta e um por cento) nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 4% (quatro por cento);

II - para as mercadorias com alíquota interna de 17% (dezessete por cento):

a) 40% (quarenta por cento) nas operações internas, desde que o fabricante esteja sediado neste Estado;

b) 50% (cinquenta por cento) nas operações procedentes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e do Estado do Espírito Santo;

c) 57% (cinquenta e sete por cento) nas operações procedentes das Regiões Sul e Sudeste, exceto do Estado do Espírito Santo;

d) 62% (sessenta e dois por cento) nas operações interestaduais sujeitas à alíquota de 4% (quatro por cento)."

XV - o item 2, da alínea “a” do inciso II do § 2º do art. 1.332, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2015:

“Art. 1.332. (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

II - (...)

a) (...)

(...)

2. Saída de estabelecimento de fabricante de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas ou rodoviários, cuja distribuição seja efetuada de forma exclusiva, mediante contrato de fidelidade, desde que seja autorizado pelo fisco de localização do estabelecimento destinatário. (Prot. ICMS 70/15)"

XVI - o caput dos incisos I e II do § 2º do art. 1.332, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2015:

“Art. 1.332. (...)

(...)

§ 2º (...)

I - até 30 de junho de 2016: (NR) (Desp. do Sec. Executivo 128/15 e 189/15)

(...)

II - a partir de 1º de julho de 2016: (Prots. ICMS 61/12 e 103/14) (Despacho do Sec. Executivo 128/15 e 189/15) (NR)

(...)"

XVII - o caput dos incisos I e II do § 2º do art. 1.336-B, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2015:

“Art. 1.336-B. (...)

(...)

§ 2º (...)

I - até 30 de junho de 2016: (NR) (Desp. do Sec. Executivo 128/15 e 189/15);

(...)"

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

5

II - a partir de 1º de julho de 2016: (Prot. ICMS 62/12 e 73/14)) (Despacho do Sec. Executivo 128/15 e 189/15) (NR)
(...)"

XVIII - o item 2, da alínea "a" do inciso II do § 2º do art. 1.336 - B, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2015:

"Art. 1.336 - B. (...)
(...)
§ 2º (...)
(...)
II - (...)
a) (...)
(...)"

2) saída de estabelecimento de fabricante de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas ou rodoviários, cuja distribuição seja efetuada de forma exclusiva, mediante contrato de fidelidade, desde que seja autorizado pelo fisco de localização do estabelecimento destinatário. (Prot. ICMS 71/15)

(...)"

XIX - o inciso XV do art. 1.360:

"Art. 1.360. (...)
(...)"

XV - as saídas de milho e milheto, quando destinados a produtor, cooperativa de produtores, indústria de ração animal ou órgão estadual de fomento e desenvolvimento agropecuário;
(...)"

XX - a Seção XIII, do CAPÍTULO XIII DA APLICAÇÃO DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DECORRENTE DE CONVÉNIO OU PROTOCOLO, do TÍTULO IV DA SUBSTITUIÇÃO E ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA, do LIVRO III DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS:

Seção XIII

Das Operações com Lâminas de Barbear, Aparelho de Barbear

XXI - o subitem 09.10, do item 09 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS do ANEXO V - PERCENTUAL DE LUCRO DE BRUTO, com a seguinte redação e efeitos a partir de 1º de março de 2016:

ANEXO V PERCENTUAL DE LUCRO BRUTO

ITEM/	MERCADORIAS	% LUCRO BRUTO
SUB-ITEM	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	
09		
09.10	(...) Leite até 31.03.2016 Leite a partir de 01.04.2016: a) nas operações internas b) nas operações interestaduais (...)"	15% (quinze por cento) 15% (quinze por cento) 30% (trinta por cento)

XXII - os seguintes itens do Anexo IX, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2015:

ANEXO IX (Art. 44, I, do RICMS)

ITEM	DESCRÍÇÃO	NCM/SH
39.5	Outras máquinas de lavar de capacidade superior a 20 kg, em peso de roupa seca de uso não doméstico	8450.20.90
40.4	Outras máquinas de secar, com capacidade superior a 15 Kg, de uso não doméstico	8451.29.90
40.8	Máquinas para lavar, com capacidade superior a 15 kg, de uso não doméstico	8451.40.10
	(...)"	

XXIII - o Anexo CLXII, com redação dada pelo Anexo único a este Decreto.

Art. 2º Ficam acrescentados os dispositivos a seguir indicados ao Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, com as seguintes redações:

I - o § 9º ao art. 512:

"Art. 512. (...)
(...)"

§ 9º Na hipótese de emissão de Nota Fiscal Avulsa para acobertar operações interestaduais de saída promovida por pessoa jurídica com atividade exclusiva de Construção Civil, não será devido o valor da parcela da Diferença de Alíquota a este Estado (ICMS DIFAL origem), no período de 2016 a 2018."

II - o § 7º ao art. 1.095 - CM, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.095 - CM. (...)
(...)"

§ 7º Nas operações interestaduais de saída a consumidor final realizadas por estabelecimentos beneficiários de regime especial de tributação para geração de empregos, regime especial concedido aos estabelecimentos distribuidores e atacadistas de medicamentos e de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratório, regime especial aos estabelecimentos distribuidores e atacadistas de medicamentos genéricos e similares na forma deste Regulamento e dos benefícios relacionados às Leis nº 4.839/1996 e 6.146/2011, não será devido o valor da parcela da Diferença de Alíquota a este Estado (ICMS DIFAL origem), no período de 2016 a 2018."

III - A SEÇÃO I - A - Da Declaração De Substituição Tributária, Diferencial De Alíquotas E Antecipação - DESTDA, ao CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, DO TÍTULO VI - DAS INFORMAÇÕES ECONÔMICO - FISCAIS, com os respectivos arts. 741 - A ao art. 741 - R, PRODUZINDO EFEITOS PARA OS FATOS GERADORES OCORRIDOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2016:

Seção I - A - Da Declaração De Substituição Tributária, Diferencial de Alíquotas e Antecipação - DESTDA

Subseção I Da Instituição da DESTDA

Art. 741 - A. Fica instituída a Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação - DESTDA, a ser apresentada mensalmente pelos contribuintes de que trata o art. 741 - C. (Aj. SINIEF 12/15)

Diário Oficial

6

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

§ 1º A Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação - DESTDA compõe-se de informações em meio digital dos resultados da apuração do ICMS de que tratam as alíneas "a", "g" e "h" do inciso XIII do § 1º do art. 13 da LC 123/2006, de interesse deste Estado.

§ 2º Para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica da DESTDA, as informações a que se refere o § 1º serão prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte ou seu representante legal, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

§ 3º O contribuinte que não estiver obrigado à emissão de documentos fiscais eletrônicos poderá, em substituição ao procedimento previsto no § 2º, gerar sem assinatura digital e transmitir a DESTDA, sem exigência de certificação digital, mediante utilização de código de acesso e senha.

§ 4º O contribuinte deverá utilizar a DESTDA para declarar o imposto apurado referente a:

I - ICMS retido como Substituto Tributário (operações antecedentes, concomitantes e subsequentes);

II - ICMS devido em operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal;

III - ICMS devido em aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IV - ICMS devido nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do imposto.

§ 5º O aplicativo para geração e transmissão da DESTDA estará disponível para download, gratuitamente, em sistema específico, no Portal do Simples Nacional.

Subseção II Da Obrigatoriedade

Art. 741 - B. A DESTDA deverá ser apresentada relativamente a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, exceto: (Aj. SINIEF 12/15)

I - os Microempreendedores Individuais - MEI;

II - os estabelecimentos impedidos de recolher o ICMS pelo Simples Nacional em virtude de a empresa ter ultrapassado o sublimite estadual, nos termos do § 3º do art. 186.

§ 1º A obrigatoriedade estabelecida no caput deste artigo aplica-se a todos os estabelecimentos do contribuinte, para a UF de origem e para cada UF em que o contribuinte possua inscrição como substituto tributário - IE Substituta ou obtida na forma do art. 1.095 - CQ.

§ 2º No caso de fusão, incorporação ou cisão, a obrigatoriedade de que trata o caput se estende à empresa incorporadora, cindida ou resultante da cisão ou fusão.

Subseção III Da Prestação e da Guarda de Informações

Art. 741 - C. O arquivo digital da DESTDA será gerado pelo sistema específico de que trata o § 4º do art. 741 - A, de acordo com as especificações do leiaute definido em Ato COTEPE, contendo o valor do ICMS relativo à Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação correspondente ao período de apuração, declarado pelo contribuinte. (Aj. SINIEF 12/15)

Parágrafo único. O contribuinte deverá observar para o preenchimento da DESTDA, as orientações do Manual do Usuário, disponibilizado junto ao aplicativo de que trata o § 4º do art. 741 - A.

Art. 741 - D. O contribuinte que possuir mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou outro qualquer, deverá prestar as informações relativas à DESTDA em arquivo digital individualizado por estabelecimento. (Aj. SINIEF 12/15)

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos estabelecimentos localizados neste Estado quando houver disposição na legislação tributária estadual que preveja escrituração fiscal centralizada.

Art. 741 - E. A geração e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, na forma e prazos estabelecidos pela legislação aplicável. (Aj. SINIEF 12/15)

Subseção IV Da Geração, Envio e Recepção do Arquivo Digital da DESTDA

Art. 741 - F. O leiaute do arquivo digital da DESTDA definido em Ato COTEPE será estruturado por dados organizados em blocos e detalhados por registros, de forma a identificar perfeitamente a totalidade das informações a que se refere ao art. 741 - C. (Aj. SINIEF 12/15)

§ 1º Os registros a que se refere o caput constituem-se da gravação, em meio digital, das informações contidas na DESTDA.

§ 2º Será gerada uma declaração mesmo que sem dados quando o contribuinte não informar valor no referido período.

Art. 741 - G. Para fins do disposto nesta Subseção aplicam-se as seguintes tabelas e códigos: (Aj. SINIEF 12/15)

I - Tabela de Municípios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

II - outras tabelas e códigos que venham a ser estabelecidos em Ato COTEPE.

Art. 741 - H. O arquivo digital da DESTDA deverá ser enviado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao encerramento do período de apuração, ou quando for o caso, até o primeiro dia útil imediatamente seguinte. (Aj. SINIEF 12/15)

Art. 741 - I. O contribuinte poderá retificar a DESTDA: (Aj. SINIEF 12/15)

I - até o prazo de que trata o art. 741 - H, independentemente de autorização da administração tributária;

II - após o prazo de que trata o art. 741 - H, conforme estabelecido na legislação tributária estadual.

§ 1º A retificação de que trata este artigo será efetuada mediante envio de outro arquivo para substituição integral do arquivo digital da DESTDA regularmente recebida pela administração tributária.

§ 2º A geração e envio do arquivo digital para retificação da DESTDA deverá observar o disposto no art. 741 - F, com indicação da finalidade do arquivo.

§ 3º Não será permitido o envio de arquivo digital complementar.

Art. 741 - J. Para fins do cumprimento da obrigação a que se refere esta subseção, o contribuinte deverá entregar o arquivo digital da DESTDA de cada período apenas uma única vez, salvo a entrega com finalidade de retificação de que trata o art. 741 - I. (Aj. SINIEF 12/15)

Subseção V Das Disposições Transitórias

Art. 741 - L. A entrega da DESTDA não desobriga o cumprimento de outras obrigações acessórias pertinentes, previstas na legislação. (Aj. SINIEF 12/15)

Subseção VI Das Disposições Finais

Art. 741 - M. Os contribuintes obrigados à apresentação da DESTDA não estarão sujeitos à apresentação da GIA-ST prevista no inciso II do art. 1.165. (Aj. SINIEF 12/15)

Art. 741 - N. Aplicam-se à DESTDA, no que couber as demais normas tributárias estaduais. (Aj. SINIEF 12/15)"

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

7

IV – as alíneas “d” e “e” ao inciso I do art. 1.056, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 1.056. (...)

I – (...)

(...)

d) combustíveis líquidos derivados do petróleo, exceto óleo diesel, querosene iluminante e óleo combustível; (Lei nº 6.745/15)

c) álcool para utilização não combustível. (Lei nº 6.745/15)

(...)"

V – o § 7º ao art. 1.095 - CL:

“Art. 1.095 - CL. (...)

(...)

§ 7º Nas operações interestaduais de saída a consumidor final com produtos já alcançados pela substituição tributária, fica assegurado o resarcimento nos termos do caput do art. 1.159.”

VI – o § 10 ao art. 1.159:

“Art. 1.159. (...)

(...)

§ 10. Na hipótese de resarcimento em decorrência de operações interestaduais de saída a consumidor final com produtos já alcançados pela substituição tributária, observar o disposto no § 7º do art. 1.095 – CL.”

VII – art. 1.159 – A:

“Art. 1.159 – A. Nas operações interestaduais de saída a consumidor final realizadas por estabelecimentos industriais com incentivos fiscais das Leis nº 4.859/96, de 27 de outubro de 1996 e nº 6.146/11, de 20 de dezembro de 2011, com produtos exclusivos de sua fabricação, não será devido o valor da parcela da Diferença de Aliquota a este Estado (ICMS DIFAL origem), no período de 2016 a 2018.”

VIII – o subitem 09.21, do item 09 – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS do ANEXO V – PERCENTUAL DE LUCRO BRUTO, com a seguinte redação e efeitos a partir de 1º de março de 2016:

ANEXO V PERCENTUAL DE LUCRO BRUTO

ITEM	MERCADORIAS	% LUCRO BRUTO
SUB ITEM		
09	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	
(...)		
09.21	Leite Condensado e Creme de Leite - a partir de 01.04.2016 a) nas operações internas b) nas operações interestaduais	30% (trinta por cento) 40% (quarenta por cento)
(...)		

Art. 3º Fica revogado o ITEM III da tabela do caput do art. 1.277, do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2015, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

I – a alínea “d” do inciso I do art. 1.095 – CT;

II - o ITEM III da tabela do caput do art. 1.277;

III - os itens 39.1, 39.2, 39.3 e 40.2 do Anexo IX.

Art. 4º O contribuinte que, em 31 de março de 2016, mantiver em estoque para revenda com o pagamento antecipado do ICMS, leite condensado e creme de leite, deverá observar os seguintes procedimentos:

I – efetuar o levantamento físico-documental das mercadorias existentes em estoque em 29 de fevereiro de 2016 e encriturar no Livro Registro de Inventário, individualizando por produto;

II – calcular o valor da mercadoria em estoque multiplicando a quantidade encontrada pelo valor da última aquisição, acrescido de frete e outras despesas transferíveis ao destinatário;

III – agregar, a título de lucro bruto, sobre o montante encontrado na forma do inciso II, o percentual correspondente ao produto definido no Anexo V do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008;

IV – aplicar sobre a base de cálculo encontrada a alíquota correspondente ao produto, nos termos da legislação vigente, para determinação do imposto a ser creditado;

V – encriturar, para efeito de crédito, o valor correspondente ao ICMS pago incidente sobre o estoque de mercadorias de que trata o inciso I.

§ 1º O valor do ICMS apurado na forma do inciso IV do caput deste artigo deverá ser apropriado em 6 (seis) parcelas mensais, utilizando o campo “Outros Créditos” da DIEF, a partir do período de apuração do mês de abril de 2016.

§ 2º O aproveitamento do crédito de que trata este artigo, observado o disposto no inciso V do caput, fica condicionado a emissão de Nota Fiscal de entrada, em cada período de apuração, relativamente a cada uma das parcelas, indicando, além dos requisitos exigidos:

a) como “Natureza da Operação”: “Aproveitamento de Crédito”;

b) no campo “Informações Complementares”, a expressão: “Nota Fiscal emitida nos termos do art. 3º do Decreto nº _____/2015”;

c) o valor do crédito fiscal a ser aproveitado.

§ 3º A Nota Fiscal emitida na forma do § 2º, o levantamento do estoque, o cálculo e o creditamento do imposto ficam sujeitos a posterior homologação pelo Fisco.”

Art. 5º Fica alterado o inciso V do art. 3º do Decreto nº 16.369, de 28 de dezembro de 2015, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

“Art. 3º (...)

(...)

V – encriturar, para efeito de crédito, o valor correspondente ao ICMS pago incidente sobre o estoque de mercadorias de que trata o inciso I.

(...”)

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 26 de ABRILO

de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Diário Oficial

8

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



**ANEXO ÚNICO
ANEXO CLXII**
(Art. 813-A, § 3º do RICMS)



DECRETO N° 16.543, DE 26 DE ABRIL

DE 2016

DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO E APURAÇÃO DO ICMS

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA: _____ / _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

NOME EMPRESARIAL		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDERECO		CNPJ	
Bairro ou Distrito	Município	CEP	fone

2. DADOS DAS OPERAÇÕES:

OPERAÇÕES TRIBUTADAS A 1%, 5% OU 7%		BASE DE CÁLCULO	MULTIP.	VALOR DO ICMS
	(+)	Operações Internas		
	(+)	Operações Interestaduais		
1 - Aquisição de mercadorias tributadas	(-)	Desconto		
		TOTAL →	%	

COMPLEMENTAÇÃO DO ICMS		BASE DE CÁLCULO	MULTIP.	VALOR DO ICMS
3 - Valor total líquido de faturamento que não atende aos limites das vendas	(+)	Operações Internas e Interestaduais	5%	
4 - Suspensão do Regime Especial	(+)	Operações Internas	10%	

_____(P), ____/____/____

Anônimo de Titular / Responsável

Orientações de preenchimento:

- O valor correspondente às entradas com alíquota de 5% ou 12% (itens 1 e 2), será totalizado e informado na DIEF, ficha "Apuração do Imposto", quadro "ENTRADAS REGIME ATACADISTA", devendo ser lançado como base de cálculo do ICMS. A DIEF calculará o valor do ICMS correspondente, transportando para o quadro "DÉBITO DO IMPOSTO", linha "Por Entradas ou Prestações".
- Nas vendas em que o contribuinte credenciado não atinja os limites mínimos de faturamento ou ultrapasse os limites máximos previstos no Art. 805, incisos I a VI, §§ 1º, 4º, I e II e 5º do RICMS (item 3), o valor do Imposto devido será calculado com a aplicação de multiplicador direto de 5% sobre o valor total líquido do faturamento que faltar ou ultrapassar o limite das vendas. O valor do ICMS apurado será lançado na DIEF, ficha "Apuração do Imposto", quadro "DÉBITO DO IMPOSTO", linha "Outros Débitos".
- Adicional de carga tributária de 5% (item 4) sobre o valor das transferências para varejista ou atacadista não beneficiário do RE - Art. 807, § 4º, II, "b" do RICMS. O valor do ICMS apurado será lançado na DIEF, ficha "Apuração do Imposto", quadro "DÉBITO DO IMPOSTO", linha "Outros Débitos".

Altera o Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, que consolida e regulamenta disposições sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do art.102, da Constituição Estadual, tendo em vista os termos do Ofício GSF N° 247/2016, de 18 de março de 2016, da Secretaria de Fazenda - SEFAZ, referente ao AP.010.1.002106/16-30,

CONSIDERANDO o disposto no Ajuste SINIEF nº 3/16, celebrado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizada a legislação tributária estadual,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados, do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, com as seguintes redações:

I - o inciso II do art. 14:

"Art. 14 (...)

II - nas saídas de mercadorias do estabelecimento do produtor para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada neste Estado, para o momento em que ocorrer a saída subsequente, esteja esta sujeita ou não ao tributo, exceto, nas saídas de algodão em pluma e nas hipóteses previstas no inciso seguinte. (NR)
(...)"

II - o inciso II do § 4º do art. 813 - A:

"Art. 813 - A (...)

(...)

§4º (...)

(...)"

II - do limite máximo de operações de entradas interestaduais, por transferência, de 20% (vinte por cento) a partir de 1º de julho de 2016; (NR)

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

9

(...)"

III – o caput do art. 1.140, mantidos os incisos, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.140 Ficam sujeitas ao regime de substituição tributária as operações com as mercadorias e as prestações de serviço listados nos incisos a seguir e no Anexo V-A: (NR)

(...)"

IV – o caput do art. 1.172, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.172. Nas saídas de açúcar de cana, classificados nas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH constantes na tabela do caput deste artigo, entre contribuintes situados neste Estado e nos Estados de Amapá, Alagoas, este até 06 de outubro de 1997, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, e do Rio Grande do Norte, este até 22 de novembro de 2013, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de contribuinte substituto, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes, realizadas por quaisquer estabelecimentos (Prot. ICMS 33/91, 41/91 e Despacho do Sec. Executivo de 21 de novembro de 2013).

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRÍÇÃO
I	17.099.0 0	1701.1 1701.99. 00	Açúcar refinado, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
II	17.099.0 1	1701.1 1701.99. 00	Açúcar refinado, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
III	17.099.0 2	1701.1 1701.99. 00	Açúcar refinado, em embalagens de conteúdo superior a 5 kg
IV	17.100.0 0	1701.91. 00	Açúcar refinado adicionado de aromatizante ou de corante em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
V	17.100.0 1	1701.91. 00	Açúcar refinado adicionado de aromatizante ou de corante em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
VI	17.100.0 2	1701.91. 00	Açúcar refinado adicionado de aromatizante ou de corante em embalagens de conteúdo superior a 5 kg
VII	17.101.0 0	1701.1 1701.99. 00	Açúcar cristal, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
VIII	17.101.0 1	1701.1 1701.99. 00	Açúcar cristal, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
IX	17.101.0 2	1701.1 1701.99.	Açúcar cristal, em embalagens de conteúdo superior a 5 kg

X	17.102.0 0	1701.91. 00	Açúcar cristal adicionado de aromatizante ou de corante, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
XI	17.102.0 1	1701.91. 00	Açúcar cristal adicionado de aromatizante ou de corante, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
XII	17.102.0 2	1701.91	Açúcar cristal adicionado de aromatizante ou de corante, em embalagens de conteúdo superior a 5 kg
XIII	17.103.0 0	1701.1 1701.99. 00	Outros tipos de açúcar, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
XIV	17.103.0 1	1701.1 1701.99. 00	Outros tipos de açúcar, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
XV	17.103.0 2	1701.1 1701.99. 00	Outros tipos de açúcar, em embalagens de conteúdo superior a 5 kg
XVI	17.104.0 0	1701.91. 00	Outros tipos de açúcar adicionado de aromatizante ou de corante, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
XVII	17.104.0 1	1701.91. 00	Outros tipos de açúcar adicionado de aromatizante ou de corante, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
XVIII	17.104.0 2	1701.91. 00	Outros tipos de açúcar adicionado de aromatizante ou de corante, em embalagens de conteúdo superior a 5 kg
XIX	17.105.0 0	1702	Outros açúcares em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo inferior ou igual a 10 g
XX	17.105.0 1	1702	Outros açúcares, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg e inferior ou igual a 5 kg
XXI	17.105.0 2	1702	Outros açúcares, em embalagens de conteúdo superior a 5 kg

(NR)
(...)"

V – o título da Seção II - Da Substituição Tributária nas Operações com Cerveja, Chope, Refrigerante, Água Mineral ou Potável, Gelo e Xarope ou Extrato Concentrado Destinado ao Preparo de Refrigerante em Máquina Pré-mix ou Post-mix, do CAPÍTULO XIII – DA APLICAÇÃO DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DECORRENTE DE CONVÉNIO E PROTOCOLO, do TÍTULO IV – DA SUBSTITUIÇÃO E ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA, do LIVRO III – DOS

Diário Oficial

10

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS e o caput do art. 1.176, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Seção II - Da Substituição Tributária nas Operações com Cerveja, Chope, Refrigerante, Água Mineral ou Potável, Xarope ou Extrato Concentrado Destinado ao Preparo de Refrigerante em Máquina Pré-mix ou Post-mix.

Art. 1.176 Nas operações interestaduais com cerveja, inclusive chope, refrigerante, água mineral ou potável, classificados nas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH constantes na tabela do caput deste artigo, entre contribuintes situados neste Estado e nos Estados signatários dos Protocolos ICMS 10/92, de 03 de abril de 1992 e 11/91, de 21 de maio de 1991, este a partir de 1º de julho de 1999, exceto, a partir de 1º de novembro de 2006, e, a partir de 27 de dezembro de 2007, em relação à água mineral originada ou destinada ao Estado de Minas Gerais, fica atribuída ao estabelecimento industrial, importador, armazemante de mercadoria importada e apreendida ou engarrafador de água, na qualidade de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes. (Prot. ICMS 10/92, 11/91 e 177/12)

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	03.001.0 0	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em garrafa de vidro, retornável ou não, com capacidade de até 500 ml
II	03.002.0 0	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em embalagem com capacidade igual ou superior a 5.000 ml
III	03.003.0 0	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em embalagem de vidro, não retornável, com capacidade de até 300 ml
IV	03.004.0 0	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em garrafa plástica de 1.500 ml
V	03.005.0 0	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em copos plásticos e embalagem plástica com capacidade de até 500 ml
VI	03.006.0 0	2201.90.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas
VII	03.007.0 0	2202.10.00	Águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas ou aromatizadas artificialmente, refrescos
VIII	03.008.0 0	2202.90.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas ou aromatizadas artificialmente
IX	03.010.0 0	2202	Refrigerante em garrafa com capacidade igual ou superior a 600 ml
X	03.011.0	2202	Demais refrigerantes

XI	0 03.012.0 0	2106.90.10	Xarope ou extrato concentrado destinados ao preparo de refrigerante em máquina "pré-mix" ou "post-mix"
XII	0 03.013.0 0	2202.90.00	Bebidas energéticas em embalagem com capacidade inferior a 600ml
XIII	0 03.014.0 0	2202.90.00	Bebidas energéticas em embalagem com capacidade igual ou superior a 600ml
XIV	0 03.015.0 0	2106.90.90	Bebidas hidroeletrolíticas (isotônicas) em embalagem com capacidade inferior a 600ml
XV	0 03.016.0 0	2106.90.90	Bebidas hidroeletrolíticas (isotônicas) em embalagem com capacidade igual ou superior a 600ml
XVI	0 03.021.0 0	2203.00.00	Cerveja
XVII	0 03.022.0 0	2202.90.00	Cerveja sem álcool
XVIII	0 03.023.0 0	2203.00.00	Chope

(NR)
(...)"

VI – o inciso II do § 1º do art. 1.177, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.177 (...)

§1º (...)

(...)"

II – ao montante formado pelo preço praticado pelo industrial, incluídos o IPI, se for o caso, frete e/ou carreto até o estabelecimento destinatário e demais despesas a ele debitadas. (NR)

(...)"

VII – o caput do art. 1.179, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.179 Nas operações interestaduais com charutos, cigarrilhas e cigarro, de fumo (tabaco) ou dos seus sucedâneos, e de fumo picado, desfiado, moido e em pó, conforme classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH constantes na tabela do caput deste artigo, fica atribuída ao estabelecimento importador e ao industrial fabricante, na condição de substituto tributário, a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do ICMS, devido nas subsequentes saídas promovidas pelos contribuintes deste Estado.

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	04.001.00	2402	Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos
II	04.002.00	2403.1	Tabaco para fumar, mesmo contendo sucedâneos de tabaco em qualquer proporção

(NR)

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

11

(...)"

VIII – o art. 1.185, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.185 Nas operações interestaduais com cimento de qualquer espécie, classificado na Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH constante na tabela do caput deste artigo, entre contribuintes situados neste e nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, fica atribuída ao estabelecimento industrial ou importador, na qualidade de contribuinte substituto, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas subsequentes saídas ou na entrada para uso ou consumo do destinatário (Prots. ICMS 11/85, 30/97, 45/02, 07/03 e 128/13)"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	05.001.00	2523	Cimento

"(NR)

IX – o caput do art. 1.189, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.189 Nas operações interestaduais com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, constantes na tabela do caput deste artigo, com a respectiva classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, destinados a este Estado, fica atribuída aos remetentes a condição de sujeito passivo por substituição, relativamente ao ICMS incidente sobre as operações com esses produtos, a partir da operação que estiverem realizando, até a última, assegurado o seu recolhimento a este Estado:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	06.001.00	2207.10	Álcool etílico não desnaturalado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol (álcool etílico anidro combustível e álcool etílico hidratado combustível)
II	06.002.00	2710.12.59	Gasolinhas, exceto de aviação
III	06.003.00	2710.12.51	Gasolina de aviação
IV	06.004.00	2710.19.19	Querosenes, exceto de aviação
V	06.005.00	2710.19.11	Querosene de aviação
VI	06.006.00	2710.19.02	Óleos combustíveis
VII	06.007.00	2710.19.03	Óleos lubrificantes
VIII	06.008.00	2710.19.09	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, que contenham, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto os que contenham biodiesel e exceto os resíduos de óleos

IX	06.009.00	2710.9	Resíduos de óleos
X	06.010.00	2711	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos, exceto GLP, GLGN e Gás Natural
XI	06.011.00	2711.19.10	Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)
XII	06.012.00	2711.11.00	Gás Liquefeito de Gás Natural (GLGN)
XIII	06.013.00	2711.21.00	Gás Natural
XIV	06.014.00	2713	Coque de petróleo e outros resíduos de óleo de petróleo ou de minerais betuminosos
XV	06.015.00	3826.00.00	Biodiesel e suas misturas, que não contenham ou que contenham menos de 70%, em peso, de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos
XVI	06.016.00	3403	Preparações lubrificantes, exceto as contendo, como constituintes de base, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos
XVII	06.017.00	2710.20.00	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, que contenham, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, que contenham biodiesel, exceto os resíduos de óleos

(NR)

(...)"

X – o caput do art. 1.269, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.269 Nas operações interestaduais, a partir de 1º de julho de 2006, com os produtos alimentícios derivados da farinha de trigo ou de suas misturas, constantes na tabela do caput deste artigo, classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, realizadas entre estabelecimentos localizados neste Estado e nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, fica atribuída ao estabelecimento industrial ou importador a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas subsequentes saídas:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	17.047.00	1902.30.00	Massas alimentícias tipo instantânea
II	17.049.00	1902.1	Massas alimentícias não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo
III	17.050.00	1905.20	Pães industrializados, inclusive de especiarias, exceto panetones e bolo de forma
IV	17.052.00	1905.20.10	Panetones
V	17.051.00	1905.20.90	Bolo de forma, inclusive de especiarias

Diário Oficial

12

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • N° 79

VI	17.053.00	1905.31	Biscoitos e bolachas derivados de farinha de trigo; exceto dos tipos "cream cracker", "água e sal", "maisena", "maria" e outros de consumo popular, não adicionados de cacau, nem recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial
VII	17.055.00	1905.31	Biscoitos e bolachas derivados de farinha de trigo; exceto dos tipos "cream cracker", "água e sal", "maisena", "maria" e outros de consumo popular, não adicionados de cacau, nem recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial
VIII	17.056.00	1905.90. 20	Biscoitos e bolachas dos tipos "cream cracker", "água e sal", "maisena" e "maria" e outros de consumo popular, não adicionados de cacau, nem recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial
IX	17.057.00	1905.32	"Waffles" e "wafers" - sem cobertura
X	17.058.00	1905.32	"Waffles" e "wafers" - com cobertura
XI	17.059.00	1905.40	Torradas, pão torrado e produtos semelhantes torrados
XII	17.060.00	1905.90. 10	Outros pães de forma
XIII	17.061.00	1905.90. 20	Outras bolachas, exceto casquinhas para sorvetes
XIV	17.062.00	1905.90. 90	Outros pães e bolo industrializados e produtos de panificação não especificados anteriormente; exceto casquinhas para sorvetes e pão francês de até 200 g
XV	17.063.00	1905.10. 00	Pão denominado knackebrot
XVI	17.064.00	1905.90	Demais pães industrializados

(NR)

XI - o título da Seção XIII - Das Operações com Lâminas de Barbear, Aparelho de Barbear Descartável e Isqueiro, do CAPÍTULO XIII - DA APLICAÇÃO DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DECORRENTE DE CONVÉNIO E PROTOCOLO, do TÍTULO IV - DA SUBSTITUIÇÃO E ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA, do LIVRO III - DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS e a tabela do caput do art. 1.277, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Seção XIII
Das Operações com Aparelhos e Lâminas de Barbear

Art. 1.277 (...)

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	20.064.00	8212.10.20 8212.20.10	Aparelhos e lâminas de barbear

(NR)

(...)"

XII - o caput do art. 1.280, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.280 Nas operações interestaduais com lâmpada elétrica e eletrônica, constantes na tabela do caput deste artigo, classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, realizadas entre contribuintes situados neste e nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, este até 15 de outubro de 2006 e a partir de 1º de janeiro de 2009, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, este a partir de 1º de junho de 2008, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, fica atribuída ao estabelecimento industrial ou importador, na qualidade de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, relativo às saídas subsequentes, bem como à entrada destinada a uso ou consumo do estabelecimento destinatário, exceto, até 30 de abril de 2008, em relação às operações que destinem o produto ao Estado de São Paulo (Prots. ICM 17/85 e ICMS 17/00, 23/00, 27/00, 31/00, 10/01, 26/01, 37/01, 48/02, 36/06, 33/08 e 07/09).

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	09.001.00	8539	Lâmpadas elétricas
II	09.002.00	8540	Lâmpadas eletrônicas
III	09.003.00	8504.10.00	Reatores para lâmpadas ou tubos de descargas
IV	09.004.00	8536.50	"Starter"

(NR)

(...)"

XIII - o art. 1.283, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.283 Nas operações interestaduais com acumuladores elétricos classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constantes na tabela do caput deste artigo, entre contribuintes situados neste e nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, este até 31 de dezembro de 2014, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, este até 15 de outubro de 2006 e a partir de 1º de janeiro de 2009, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, este a partir de 1º de junho de 2008, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, fica atribuída ao estabelecimento industrial ou importador, na qualidade de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, relativo às saídas subsequentes, bem como à entrada destinada a uso ou consumo do estabelecimento destinatário, exceto, até 30 de abril de 2008 em relação às operações que destinem o produto ao Estado de São Paulo (Prots. ICM 18/85 e ICMS 06/00, 18/00, 21/00, 26/00, 34/00, 27/01, 49/02, 37/06, 34/08, 43/08, 131/08, 06/09 e 109/14).

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	01.099.00	8507.30.11	Baterias de chumbo e de níquel-cádmio
II	21.039.00	8507.80.00	Outros acumuladores

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

13

"(NR)

XIV - o caput do art. 1.286, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.286 Nas operações interestaduais com pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constantes na tabela do caput deste artigo, fica atribuída ao estabelecimento importador e ao estabelecimento industrial fabricante a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas subsequentes saídas ou entradas com destino ao ativo imobilizado ou ao consumo dos produtos mencionados neste artigo, observado, no que couber, o disposto no art. 1.260. (Conv. ICMS 85/93 e 93/11).

ITEM	CEST	NCM/SH	Descrição	MVA-ST original (%)
I	16.001.00	4011.10.00	Pneus novos, dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluídos os veículos de uso misto - camionetas e os automóveis de corrida)	42
II	16.002.00	4011	Pneus novos, dos tipos utilizados em caminhões (inclusive para os fora-de-estrada), ônibus, aviões, máquinas de terraplenagem, de construção e conservação de estradas, máquinas e tratores agrícolas, pá-carregadeira	32
III	16.003.00	4011.40.00	Pneus novos para motocicletas	60
IV	16.004.00	4011	Outros tipos de pneus novos, exceto para bicicletas	45
V	16.005.00	4011.50.00	Pneus novos de borracha dos tipos utilizados em bicicletas	45
VI	16.007.00	4012.90	Protetores de borracha, exceto para bicicletas	45
VII	16.007.01	4012.90	Protetor de borracha para bicicletas	45
VIII	16.008.00	4013	Câmaras de ar de borracha, exceto para bicicletas	45
IX	16.009.00	4013.20.00	Câmaras de ar de borracha dos tipos utilizados em bicicletas	45

(NR)
(...)"

XV - o caput do art. 1.290, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.290 Nas operações interestaduais com os produtos classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constantes na tabela do caput deste artigo, fica atribuída ao estabelecimento importador ou industrial fabricante, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes ou à entrada para uso ou consumo do destinatário. (Conv. ICMS 76/94 e 147/02).

ITEM	CEST	NCM/SH	Descrição
I	13.001.00	3003 3004	Medicamentos de referência - positiva, exceto para uso veterinário
II	13.001.01	3003 3004	Medicamentos de referência - negativa, exceto para uso veterinário
III	13.001.02	3003 3004	Medicamentos de referência - neutra, exceto para uso veterinário
IV	13.002.00	3003 3004	Medicamentos genéricos - positiva, exceto para uso veterinário
V	13.002.01	3003 3004	Medicamentos genéricos - negativa, exceto para uso veterinário
VI	13.002.02	3003 3004	Medicamentos genéricos - neutra, exceto para uso veterinário
VII	13.003.00	3003 3004	Medicamentos similares - positiva, exceto para uso veterinário
VIII	13.003.01	3003 3004	Medicamentos similares - negativa, exceto para uso veterinário
IX	13.003.02	3003 3004	Medicamentos similares - neutra, exceto para uso veterinário
X	13.004.00	3003 3004	Outros tipos de medicamentos - positiva, exceto para uso veterinário
XI	13.004.01	3003 3004	Outros tipos de medicamentos - negativa, exceto para uso veterinário
XII	13.004.02	3003 3004	Outros tipos de medicamentos - neutra, exceto para uso veterinário
XIII	13.005.00	3006.60.00	Preparações químicas contraceptivas à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - positiva
XIV	13.005.01	3006.60.00	Preparações químicas contraceptivas à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas - negativa
XV	13.006.00	2936	Provitaminas e vitaminas, naturais ou reproduzidas por síntese (incluídos os concentrados naturais), bem como os seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, mesmo em quaisquer soluções - neutra
XVI	13.007.01	3006.30	Preparações opacificantes (contrastantes) para exames radiográficos e reagentes de diagnóstico concebidos para serem administrados ao paciente - positiva
XVII	13.007.01	3006.30	Preparações opacificantes (contrastantes) para exames radiográficos e reagentes de diagnóstico concebidos para serem administrados ao paciente - negativa
XVIII	13.008.00	3002	Antissoro, outras frações do sangue, produtos imunológicos modificados,

Diário Oficial

14

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

			mesmo obtidos por via biotecnológica, exceto para uso veterinário - positiva
XIX	13.008.01	3002	Antissoro, outras frações do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica, exceto para uso veterinário - negativa
XX	13.009.00	3002	Vacinas e produtos semelhantes, exceto para uso veterinário - positiva;
XXI	13.009.01	3002	Vacinas e produtos semelhantes, exceto para uso veterinário - negativa;
XXII	13.010.00	3005	Algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários - positiva
XXIII	13.010.01	3005	Algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários - negativa
XXIV	13.011.00	3005.10.90	Algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, não impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas
XXV	13.011.01	3005.10.90	Algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, não impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários
XXVI	13.013.00	4014.10.00	Preservativo – neutra
XXVII	13.014.00	9018.31	Seringas, mesmo com agulhas - neutra
XXVIII	13.015.00	9018.32.1	Agulhas para seringas – neutra
XXIX	13.016.00	3926.90.90 9018.90.99	Contraceptivos (dispositivos intra-uterinos - DIU) - neutra
XXX	20.051.00	5601.21.90	Hastes flexíveis (uso não medicinal)
XXXI	20.039.00	4014.90.90	Chupetas e bicos para mamadeiras e para chupetas, de borracha
XXXII	20.063.00	4014.90.90	Mamadeiras de borracha vulcanizada
XXXIII	27.002.00	7013.1	Mamadeiras de Vidro
XXXIV	28.033.00	3924.10.00	Mamadeiras de plástico
XXXV	20.023.00	3306.10.00	Dentífricos
XXXVI	20.058.00	9603.21.00	Escovas de dentes, incluídas as escovas para dentaduras
XXXVII	20.024.00	3306.20.00	Fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fios dentais)

XXXVIII	20.025.00	3306.90.00	Outras preparações para higiene bucal ou dentária
---------	-----------	------------	---

(NR)

(...)"

XVI – o art. 1.295, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.295 Nas operações interestaduais com ração tipo "pet" para animais domésticos, classificado na respectiva posição da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constante na tabela deste artigo, praticadas entre este Estado e os Estados de Alagoas, Acre, este a partir de 1º de outubro de 2004, Amapá, Amazonas, este a partir de 1º de outubro de 2004, Bahia, este até 1º de outubro de 2005 e a partir de 1º de novembro de 2008, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, este a partir de 1º de janeiro de 2008, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, este a partir de 1º de fevereiro de 2008, Rondônia, Roraima, este a partir de 1º de outubro de 2004, São Paulo, este a partir de 1º de maio de 2008, Santa Catarina, este a partir de 1º de abril de 2008, Sergipe e Tocantins, fica atribuída ao contribuinte industrial ou importador, na qualidade de sujeito passivo por substituição, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, relativo às operações subsequentes ou à entrada destinada a consumo do destinatário. (Prot. ICMS 39/04, 48/07, 87/07, 94/07, 02/08, 45/08 e 63/08).

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRÍÇÃO
I	22.001.00	2309	Ração tipo "pet" para animais domésticos

"(NR)

XVII – o § 1º do art. 1.298, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.298 (...)

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos sorvetes e preparados para fabricação de sorvetes em máquina classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constantes na tabela a seguir:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRÍÇÃO
I	23.001.00	2105.00	Sorvetes de qualquer espécie
II	23.002.00	1806 1901 2106	Preparados para fabricação de sorvetes em máquina

"(NR)

(...)"

XVIII – o caput do art. 1.303, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.303 Nas operações interestaduais com tintas, vernizes e outras mercadorias da indústria química, classificados na respectiva posição da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constante na tabela do caput deste artigo, fica atribuída aos estabelecimentos do importador e do industrial fabricante, na qualidade de substitutos tributários, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido nas subsequentes saídas promovidas pelos revendedores ou nas entradas com destino ao uso ou consumo do destinatário.

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRÍÇÃO
I	24.001.00	3208 3209	Tintas, vernizes

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

15

		3210.00	
II	24.002.00	2821	Xadrez e pôs assemelhados, exceto pigmentos à base de dióxido de titânio classificados no código 3206.11.19
		3204.17.00	
		3208	
III	06.004.00	2710.19.19	Querosenes, exceto de aviação
IV	06.014.00	2713	Coque de petróleo e outros resíduos de óleo de petróleo ou de minerais betuminosos
V	10.002.00	3824.50.00	Argamassa
VI	10.004.00	3910.00	Silícones em formas primárias, para uso na construção
VII	10.003.00	3214.90.00	Outras argamassas

(NR)
(...)"

XIX – o caput do art. 1.308, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.308 Nas operações interestaduais com veículos novos, motorizados classificados na respectiva posição da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constante na tabela do caput deste artigo, fica atribuída, aos estabelecimentos do importador e do industrial fabricante localizados em outra Unidade da Federação, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS devido na subsequente saída promovida pelos revendedores ou na entrada com destino ao ativo imobilizado de empresa de contribuinte do ICMS, deste Estado. (Convs. ICMS 52/93 e 09/01).

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	26.001.00	8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais

(NR)
(...)"

XX – o caput do art. 1.324, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.324 Nas operações interestaduais que destinem mercadorias constantes no Anexo CCCXV a revendedores, localizados neste Estado, que efetuam venda porta-a-porta a consumidor final, promovidas por empresas que se utilizem do sistema de marketing direto para comercialização dos seus produtos, fica atribuída ao remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS devido nas subsequentes saídas realizadas pelo revendedor.

(NR)
(...)"

XXI – o § 1º do art. 1.337, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.337 (...)

§ 1º O disposto nesta seção aplica-se aos produtos classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constantes na tabela a seguir:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	21.053.00	8517.12.31	Terminais móveis de telefonia celular para veículos automóveis

II	21.054.00	8517.12	Outros telefones para outras redes sem fio, exceto para redes de celulares e os de uso automotivo
III	21.063.00	8523.52.00	Cartões inteligentes ("smart cards")
IV	21.064.00	8523.52.00	Cartões inteligentes ("sim cards")

(NR)

(...)"

XXII – a tabela do caput do art. 1.341 – A, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.341 – A (...)

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	02.022.00	2206.00.10	Sidra e similares
II	02.023.00	2206.00.90	Sangrias e coquetéis
III	02.024.00	2204	Vinhos de uvas frescas, incluindo os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas.
IV	02.025.00	2205 2208	Outras bebidas alcoólicas não especificadas nos itens anteriores
V	02.004.00	2208.40.00	Cachaça e aguardentes

(NR)

(...)"

XXIII – os incisos I, II e III do caput do art. 1.342, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 1.342 (...)

I - Vinhos, sidras e outras bebidas fermentadas classificadas nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constante na tabela deste inciso, nos Estados Alagoas, Amapá, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, este a partir de 1º de setembro de 2012, Sergipe, este a partir de 28 de junho de 2012, Tocantins e o Distrito Federal, este até 30 de novembro de 2008 e a partir de 1º de dezembro de 2012; (Prot. ICMS 13/06, 83/12 e 167/12)

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	02.024.00	2204	Vinhos de uvas frescas, incluindo os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas.
II	02.022.00	2206.00.10	Sidra e similares
III	02.023.00	2206.00.90	Sangrias e coquetéis

II - Bebidas quentes (exceto aguardente de cana e de melão), vermutes e outros vinhos de uvas frescas aromatizados por plantas ou substâncias aromáticas, classificadas nas respectivas posições da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constante na tabela deste inciso, nos Estados Alagoas, Amapá, Bahia, este a partir de 1º de março de 2009, Ceará, Espírito Santo, este a partir de 21 de dezembro de 2009, Goiás, este no período de 1º de maio de 2011 a 1º de dezembro de 2012, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, este a partir de 1º de setembro de 2012, Paraíba, este a partir de 1º de março de 2009, Pernambuco, este a partir de 1º de março de 2009, Rio Grande do Norte, este a partir de 1º

Diário Oficial

16

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

de março de 2009, Sergipe, este a partir de 1º de março de 2009, Tocantins e o Distrito Federal, este até 30 de novembro de 2008 e a partir de 1º de dezembro de 2012; (Prot. ICMS 14/06, 10/11, 78/12, 165/12 e 179/12)

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	02.001.00	2205 2208.90.00	Aperitivos, amargos, bitter e similares
II	02.002.00	2208.90.00	Batida e similares
III	02.003.00	2208.90.00	Bebida ice
IV	02.005.00	2205 2208.90.00	Catuaba e similares
V	02.006.00	2208.20.00	Conhaque, brandy e similares
VI	02.007.00	2208.90.00	Cooler
VII	02.008.00	2208.50.00	Gim (gin) e genebra
VIII	02.009.00	2205 2208.90.00	Jurubeba e similares
IX	02.010.00	2208.70.00	Licores e similares
X	02.011.00	2208.20.00	Pisco
XI	02.012.00	2208.40.00	Rum
XII	02.014.00	2208.90.00	Steinhaeger
XIII	02.015.00	2208.90.00	Tequila
XIV	02.016.00	2208.03	Uísque
XV	02.017.00	2205	Vermute e similares
XVI	02.018.00	2208.60.00	Vodka
XVII	02.019.00	2208.90.00	Derivados de vodka
XVIII	02.020.00	2208.90.00	Arak
XIX	02.023.00	2205 2208.90.00	Sangrias e coquetéis
XX	02.025.00	2205 2208	Outras bebidas alcoólicas não especificadas nos itens anteriores

III – Aguardente, classificada na respectiva posição da Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado – NCM/SH, constante na tabela deste inciso, nos Estados Alagoas, Amapá, Bahia, este a partir de 1º de março de 2010, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, este a partir de 1º de setembro de 2012, Paraíba, este a partir de 1º de maio de 2009, Pernambuco, este a partir de 1º de fevereiro de 2010, Rio Grande do Norte, este a partir de 1º de março de 2010, Sergipe, este a partir de 1º de março de 2010, Tocantins e o Distrito Federal, este até 30 de novembro de 2008 e a partir de 1º de dezembro de 2012; (Prot. ICMS 15/06, 61/10, 72/12 e 166/12)

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	02.004.00	2208.40.00	Cachaça e aguardentes

(NR)
(...)"

XXIV – o Anexo XIV, com redação dada pelo Anexo II deste Decreto e efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

XXV – o Anexo CCXXV, com redação dada pelo Anexo III deste Decreto e efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

XXVI – o Anexo CCXXV-A, com redação dada pelo Anexo IV deste Decreto e efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 2º Ficam acrescentados os dispositivos a seguir indicados ao Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008, com as seguintes redações:

I – o inciso XLIV ao art. 44:

"Art. 44 (...)

XLIV – às saídas internas de algodão em pluma, de estabelecimento do produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, a 70,59% (setenta inteiros e cinquenta e nove décimos por cento) equivalente a aplicação do multiplicador direto de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação, desde que, o produto seja objeto de saída em operação interestadual pela cooperativa, observado o disposto no art. 69, inciso V, em relação ao estoque do crédito." (AC)

II – o Parágrafo único ao art. 741 – J, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016:

"Art. 741 – J (...)

§1º O arquivo digital da DeSTDA deverá ser enviado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao encerramento do período de apuração, ou quando for o caso, até o primeiro dia útil imediatamente seguinte, respeitado o disposto no §2º. (Aj. SINIEF 12/15)

§2º Fica, excepcionalmente, postergado para o dia 20 de abril de 2016, o prazo para o envio do arquivo digital previsto no §1º deste artigo, de fatos geradores ocorridos em janeiro e fevereiro de 2016. (Aj. SINIEF 3/16)" (AC)

III – o Anexo V – A, com redação dada pelo Anexo I deste Decreto e efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016, exceto em relação aos produtos descritos no item I da Tabela 1.0 – Lâmpada, no itens XVI e XXXI da Tabela 4.0 – Produtos Alimentícios e ao item IV da Tabela 5.0 – Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal e Cosméticos, com efeitos a partir de 1º de maio de 2016.

IV – o código a seguir indicado as Receitas Correntes, item - 1.6. Outras Receitas Correntes, subitem 161 – Receitas Diversas, do Anexo XXIX:

"Anexo XXIX

(Art. 111, § 2º, do RICMS)

1. RECEITAS

(...)

1.6. OUTRAS RECEITAS

(...)

161. Receitas Diversas

(...)

161000 – Receita de Loteria

(...)"(AC)

V – o Anexo CCCXV, com redação dada pelo Anexo V deste Decreto e efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º O contribuinte que, em 30 de abril de 2016, mantiver em estoque para revenda com o pagamento antecipado do ICMS, os produtos Lâmpadas de LED (Diodos Emissores de Luz); outros óleos e respectivas frações, obtidos exclusivamente a partir de azeitonas, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, e misturas desses óleos ou frações com óleos ou frações da posição 15.09, em recipientes com

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

17

capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros; preparações em pó para cappuccino e similares, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 g; e chupetas e bicos para mamadeiras e para chupetas, de silicone, deverá observar os seguintes procedimentos:

I – efetuar o levantamento físico-documental das mercadorias existentes em estoque em 30 de abril de 2016 e encriturar no Livro Registro de Inventário, individualizando por produto;

II – calcular o valor da mercadoria em estoque multiplicando a quantidade encontrada pelo valor da última aquisição, acrescido de frete e outras despesas transferíveis ao destinatário;

III – agregar, a título de lucro bruto, sobre o montante encontrado na forma do inciso II, o percentual correspondente ao produto definido no Anexo V do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008;

IV – aplicar sobre a base de cálculo encontrada a alíquota correspondente ao produto, nos termos da legislação vigente, para determinação do imposto a ser creditado;

V – encriturar, para efeito de crédito, o valor correspondente ao ICMS pago incidente sobre o estoque de mercadorias de que trata o inciso I.

§1º O valor do ICMS apurado na forma do inciso IV do caput deste artigo deverá ser apropriado em 6 (seis) parcelas mensais, utilizando o campo "Outros Créditos" da DIEF, a partir do período de apuração do mês de janeiro de 2016.

§2º O aproveitamento do crédito de que trata este artigo, observado o disposto no inciso V do caput, fica condicionado a emissão de Nota Fiscal de entrada, em cada período de apuração, relativamente a cada uma das parcelas, indicando, além dos requisitos exigidos:

a) como "Natureza da Operação": "Aproveitamento de Crédito";

b) no campo "Informações Complementares", a expressão: "Nota Fiscal emitida nos termos do art. 3º do Decreto nº _____ /2016";

c) o valor do crédito fiscal a ser aproveitado.

§3º A Nota Fiscal emitida na forma do §2º, o levantamento do estoque, o cálculo e o creditamento do imposto ficam sujeitos a posterior homologação pelo Fisco.

Art. 4º Ficam convalidados os procedimentos adotados nas operações de saídas realizadas por produtores e cooperativas até a data de publicação deste decreto, exclusivamente em relação aos produtos recebidos de seus cooperados.

Art. 5º Ficam revogados os arts. 1.274, 1.275 e 1.276 do Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2016, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 26 de Abril de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

ANEXO I
"ANEXO V-A
(Art. 1.140 do RICMS)

1.0 - LÂMPADAS:

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO
I	09.005.00	543.70.99	Lâmpadas de LED (Diodos Emissores de Luz)

2.0 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONGÊNERES

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO
I	10.030.00	6907 6908	Ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento
II	10.036.00	7007.19.00	Vidros temperados
III	10.037.00	7007.29.00	Vidros laminados
IV	10.038.00	7008	Vidros isolantes de paredes múltiplas

3.0 - MATERIAIS ELÉTRICOS

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO
I	12.006.00	7413.00.00	Cabos, tranças e semelhantes, de cobre, não isolados para usos elétricos, exceto os de uso automotivo
II	12.007.00	8544 7605 7614	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados ou não, para usos elétricos (incluídos os de cobre ou alumínio, envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão, inclusive fios e cabos elétricos, para tensão não superior a 1000V, para uso na construção; fios e cabos telefônicos e para transmissão de dados; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão; cordas, cabos, tranças e semelhantes, de alumínio, não isolados para uso elétricos; exceto os de uso automotivo

4.0 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
I	17.012.00	0402.1 0402.2 0402.9	Leite em pó, blocos ou grânulos, exceto creme de leite
II	17.014.00	1901.10.10	Leite modificado para alimentação de crianças
III	17.016.00	0401.10.10 0401.20.10	Leite "longa vida" (UHT - "Ultra High Temperature"), em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 2 litros
IV	17.016.01	0401.10.10 0401.20.10	Leite "longa vida" (UHT - "Ultra High Temperature"), em recipiente de conteúdo superior a 2 litros e inferior ou igual a 5 litros
V	17.017.00	0401.40.10	Leite em recipiente de conteúdo inferior ou igual

Diário Oficial

18

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

		0401.50.10	a 1 litro			igual a 15 mililitros	
VI	17.017.01	0401.40.10 0401.50.10	Leite em recipiente de conteúdo superior a 1 litro e inferior ou igual a 5 litros	XX	17.072.00	1515.29.10	Óleo de milho refinado, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros
VII	17.018.00	0401.40.10 0401.50.10	Leite do tipo pasteurizado em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 litro	XXI	17.073.00	1512.29.90	Outros óleos refinados, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros
VIII	17.018.01	0401.40.10 0401.50.10	Leite do tipo pasteurizado em recipiente de conteúdo superior a 1 litro e inferior ou igual a 5 litros	XXII	17.074.00	1517.90.10	Misturas de óleos refinados, para consumo humano, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros
IX	17.019.00	0401.40.2 0402.21.30 0402.29.30 0402.9	Creme de leite, em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	XXIII	17.075.00	1511 1513 1514 1515 1516 1518	Outros óleos vegetais comestíveis não especificados anteriormente
X	17.019.01	0401.40.2 0402.21.30 0402.29.30 0402.9	Creme de leite, em recipiente de conteúdo superior a 1 kg	XXIV	17.083.00	0206 0210.20.00 0210.99.00 1502	Carne bovina, ovina e bufalina e demais produtos comestíveis resultantes da matança desses animais frescos, refrigerados ou congelados
XI	17.019.012	0401.10 0401.20 0401.50 0402.10 0402.29.20	Outros cremes de leite, em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1kg	XXV	17.084.00	0201 0202 0204	Carne bovina, ovina e bufalina e demais produtos comestíveis resultantes da matança desses animais frescos, refrigerados ou congelados
XII	17.020.00	0402.9	Leite condensado, em recipiente de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	XXVI	17.085.00	0204	Carnes de animais da espécie caprina, frescas, refrigeradas ou congeladas
XIII	17.020.01	0402.9	Leite condensado, em recipiente de conteúdo superior a 1 kg	XXVII	17.086.00	0210.99.00 1502.10.19 1502.90.00	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados ou salmourados resultantes do abate de caprinos
XIV	17.065.00	1507.90.11	Óleo de soja refinado, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	XXVIII	17.087.00	0203 0206 0207 0209 0210.1 0210.99.00 1501	Carnes e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, em salmoura, simplesmente temperados, secos ou defumados, resultantes do abate de aves e de suínos
XV	17.066.00	1508	Óleo de amendoim refinado, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	XXIX	17.096.00	0901	Café torrado e moído, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 2 kg
XVI	17.068.00	1510.00.00	Outros óleos e respectivas frações, obtidos exclusivamente a partir de azeitonas, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, e misturas desses óleos ou frações com óleos ou frações da posição 15.09, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	XXX	17.096.01	0901	Café torrado e moído, em embalagens de conteúdo superior a 2 kg
XVII	17.069.00	1512.19.11 1512.29.10	Óleo de girassol ou de algodão refinado, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros	XXXI	17.109.00	1901.90.90 2101.11.90 2101.12.00	Preparações em pó para cappuccino e similares, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 500 g
XVIII	17.070.00	1514.1	Óleo de canola, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou igual a 15 mililitros				
XIX	17.071.00	1515.19.00	Óleo de linhaça refinado, em recipiente com capacidade inferior ou igual a 5 litros, exceto as embalagens individuais de conteúdo inferior ou				

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

19

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRÍÇÃO
I	20.048.00	9619.00.00	Fraldas
II	20.049.00	9619.00.00	Tampões higiênicos
III	20.050.00	9619.00.00	Absorventes higiênicos externos
IV	20.040.00	3924.90.00	Chupetas e bicos para mamadeiras e para chupetas, de silicone
		3926.90.40	
		3926.90.90	
V	20.063.00	3923.30.00	Mamadeiras
		3924.90.00	
		7010.20.00	

"

ANEXO II "ANEXO XIV"

(Art. 44 e 1.317 do RICMS)

Vigência a partir de 01/01/2016, Convênio ICMS 92/2015

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRÍÇÃO
1.0	25.001.00	8702.10.00	Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel), com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, superior a 6 m ³ , mas inferior a 9 m ³
2.0	25.002.00	8702.90.90	Outros veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista, com volume interno de habitáculo, destinado a passageiros e motorista, superior a 6 m ³ , mas inferior a 9 m ³
3.0	25.003.00	8703.21.00	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1000 cm ³
4.0	25.004.00	8703.22.10	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1000 cm ³ , mas não superior a 1500 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto carro celular
5.0	252.005.00	8703.22.90	Outros automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1000 cm ³ , mas não superior a 1500 cm ³ , exceto carro celular
6.0	25.006.00	8703.23.10	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1500 cm ³ , mas não superior a 3000 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto carro celular, carro funerário e automóveis de corrida
7.0	25.007.00	8703.23.90	Outros automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1500 cm ³ , mas não superior a 3000 cm ³ , exceto carro celular, carro funerário e automóveis de corrida
8.0	25.008.00	8703.24.10	Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 3000 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto carro celular, carro funerário e automóveis de corrida

9.0	25.009.00	8703.24.90	Outros automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 3000 cm ³ , exceto carro celular, carro funerário e automóveis de corrida
10.0	25.010.00	8703.32.10	Automóveis com motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 1500 cm ³ , mas não superior a 2500 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto ambulância, carro celular e carro funerário
11.0	25.011.00	8703.32.90	Outros automóveis com motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 1500 cm ³ , mas não superior a 2500 cm ³ , exceto ambulância, carro celular e carro funerário
12.0	25.012.00	8703.33.10	Automóveis com motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 2500 cm ³ , com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a 6, incluído o condutor, exceto carro celular e carro funerário
13.0	25.013.00	8703.33.90	Outros automóveis com motor diesel ou semidiesel, de cilindrada superior a 2500 cm ³ , exceto carro celular e carro funerário
14.0	25.014.00	8704.21.10	Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, chassis com motor diesel ou semidiesel e cabina, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
15.0	25.015.00	8704.21.20	Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, com motor diesel ou semidiesel, com caixa basculante, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
16.0	25.016.00	8704.21.30	Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, frigoríficos ou isotérmicos, com motor diesel ou semidiesel, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
17.0	25.017.00	8704.21.90	Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, com motor diesel ou semidiesel, exceto carro-forte para transporte de valores e caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
18.0	25.018.00	8704.31.10	Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, com motor a explosão, chassis e cabina, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
19.0	25.019.00	8704.31.20	Veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, com motor explosão com caixa basculante, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
20.0	25.020.00	8704.31.30	Veículos automóveis para transporte de

Diário Oficial

20

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

			mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, frigoríficos ou isotérmicos com motor explosão, exceto caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas
21.0	25.021.00	8704.31.90	Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, de peso em carga máxima não superior a 5 toneladas, com motor a explosão, exceto carro-forte para transporte de valores e caminhão de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas

"
ANEXO III
"ANEXO CCXXV
(Art. 1.331 do RICMS)
Vigência a partir de 01/01/2016, Convênio ICMS 92/2015

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO
1.0	01.001.00	3815.12.10	Catalisadores em colmeia cerâmica ou metálica para conversão catalítica de gases de escape de veículos e outros catalisadores
		3815.12.90	
2.0	01.002.00	3917	Tubos e seus acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plásticos
3.0	01.003.00	3918.10.00	Protetores de caçamba
4.0	01.004.00	3923.30.00	Reservatórios de óleo
5.0	01.005.00	3926.30.00	Frisos, decalques, molduras e acabamentos
6.0	01.006.00	4010.3 5910.00.00	Correias de transmissão de borracha vulcanizada, de matérias têxteis, mesmo impregnadas, revestidas ou recobertas, de plástico, ou estratificadas com plástico ou reforçadas com metal ou com outras matérias
7.0	01.007.00	4016.93.00 4823.90.9	Juntas, gaxetas e outros elementos com função semelhante de vedação
8.0	01.008.00	4016.10.10	Partes de veículos automóveis, tratores e máquinas autopropulsadas
9.0	01.009.00	4016.99.90 5705.00.00	Tapetes, revestimentos, mesmo confeccionados, batentes, buchas e coxins
10.0	01.010.00	5903.90.00	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, com plástico
11.0	01.011.00	5909.00.00	Mangueiras e tubos semelhantes, de matérias têxteis, mesmo com reforço ou acessórios de outras matérias
12.0	01.012.00	6306.1	Encerados e toldos
13.0	01.013.00	6506.10.00	Capacetes e artefatos de uso semelhante, de proteção, para uso em motocicletas, incluídos ciclomotores
14.0	01.014.00	6813	Guarnições de fricção (por exemplo, placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para freios, embreagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto, de outras substâncias minerais ou de celulose, mesmo combinadas com têxteis ou outras matérias
15.0	01.015.00	7007.11.00	Vidros de dimensões e formatos que permitam

		7007.21.00	aplicação automotiva
16.0	01.016.00	7009.10.00	Espelhos retrovisores
17.0	01.017.00	7014.00.00	Lentes de faróis, lanternas e outros utensílios
18.0	01.018.00	7311.00.00	Cilindro de aço para GNV (gás natural veicular)
19.0	01.020.00	7320	Molas e folhas de molas, de ferro ou aço
20.0	01.021.00	7325, exceto 7325.91.00	Obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço, exceto as do código 7325.91.00
21.0	01.022.00	7806.00	Peso de chumbo para balanceamento de roda
22.0	01.023.00	8007.00.90	Peso para balanceamento de roda e outros utensílios de estanho
23.0	01.024.00	8301.20 8301.60	Fechaduras e partes de fechaduras
24.0	01.025.00	8301.70	Chaves apresentadas isoladamente
25.0	01.026.00	8302.10.00 8302.30.00	Dobradícias, guarnições, ferragens e artigos semelhantes de metais comuns
26.0	01.027.00	8310.00	Triângulo de segurança
27.0	01.028.00	8407.3	Motores de pistão alternativo dos tipos utilizados para propulsão de veículos do Capítulo 87
28.0	01.029.00	8408.20	Motores dos tipos utilizados para propulsão de veículos automotores
29.0	01.030.00	8409.9	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408
30.0	01.031.00	8412.2	Motores hidráulicos
31.0	01.032.00	8413.30	Bombas para combustíveis, lubrificantes ou líquidos de arrefecimento, próprias para motores de ignição por centelha ou por compressão
32.0	01.033.00	8414.10.00	Bombas de vácuo
33.0	01.034.00	8414.80.1 8414.80.2	Compressores e turbocompressores de ar
34.0	01.035.00	8413.91.90 8414.90.10 8414.90.3 8414.90.39	Partes das bombas, compressores e turbocompressores dos itens 32.0, 33.0 e 34.0
35.0	01.036.00	8415.20	Máquinas e aparelhos de ar condicionado
36.0	01.037.00	8421.23.00	Aparelhos para filtrar óleos minerais nos motores de ignição por centelha ou por compressão
37.0	01.038.00	8421.29.90	Filtros a vácuo
38.0	01.039.00	8421.9	Partes dos aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases
39.0	01.040.00	8424.10.00	Extintores, mesmo carregados
40.0	01.041.00	8421.31.00	Filtros de entrada de ar para motores de ignição por centelha ou por compressão
41.0	01.042.00	8421.39.20	Depuradores por conversão catalítica de gases de escape
42.0	01.043.00	8425.42.00	Macacos
43.0	01.044.00	8431.10.10	Partes para macacos do item 43.0
44.0	01.045.00	8431.49.2 8433.90.90	Partes reconhecíveis como exclusivas ou principalmente destinadas às máquinas agrícolas ou rodoviárias
45.0	01.046.00	8481.10.00	Válvulas redutoras de pressão
46.0	01.047.00	8481.2	Válvulas para transmissão óleo-hidráulicas ou pneumáticas

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

21

47.0	01.048.00	8481.80.92	Válvulas solenóides		65.0	01.066.00	8536.10.00	Fusíveis e corta-circuitos de fusíveis
48.0	01.049.00	8482	Rolamentos		66.0	01.067.00	8536.20.00	Disjuntores
49.0	01.050.00	8483	Árvore de transmissão (incluídas as árvore de "cames" e virabrequins) e manivelas; mancais e "bronzes"; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluídos os conversores de torque; volantes e polias, incluídas as polias para caderais; embreagens e dispositivos de acoplamento, incluídas as juntas de articulação		67.0	01.068.00	8536.4	Relés
					68.0	01.069.00	8538	Partes reconhecíveis como exclusivas ou principalmente destinados aos aparelhos dos itens 65.0, 66.0, 67.0 e 68.0
50.0	01.051.00	8484	Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação mecânicas (selos mecânicos)		69.0	01.070.00	8539.10	Faróis e projetores, em unidades seladas
					70.0	01.071.00	8539.2	Lâmpadas e tubos de incandescência, exceto de raios ultravioleta ou infravermelhos
51.0	01.052.00	8505.20	Acoplamentos, embreagens, variadores de velocidade e freios, eletromagnéticos		71.0	01.072.00	8544.20.00	Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais
52.0	01.053.00	8507.10	Acumuladores elétricos de chumbo, do tipo utilizado para o arranque dos motores de pistão		72.0	01.073.00	8544.30.00	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios
53.0	01.054.00	8511	Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por centelha ou por compressão (por exemplo, magnetos, dinamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (dinamos e alternadores, por exemplo) e conjuntos-disjuntores utilizados com estes motores		73.0	01.074.00	8707	Carroçarias para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705, incluídas as cabines
54.0	01.055.00	8512.20 8512.40 8512.90.00	Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização (exceto os da posição 8539), limpadores de para-brisas, degeladores e desembacadores (desembaciadores) elétricos e suas partes		74.0	01.075.00	8708	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705
55.0	01.056.00	8517.12.13	Telefones móveis do tipo dos utilizados em veículos automóveis		75.0	01.076.00	8714.1	Parte e acessórios de motocicletas (incluídos os ciclomotores)
56.0	01.057.00	8518.50.00	Alto-falantes, amplificadores elétricos de audiofrequência e partes		76.0	01.077.00	8716.90.90	Engates para reboques e semi-reboques
57.0	01.058.00	8519.81	Aparelhos elétricos de amplificação de som para veículos automotores		77.0	01.078.00	9026.10	Medidores de nível; Medidores de vazão
58.0	01.059.00	8519.81	Aparelhos de reprodução de som		78.0	01.079.00	9026.20	Aparelhos para medida ou controle da pressão
59.0	01.060.00	8525.50.1 8525.60.10	Aparelhos transmissores (emissores) de radiotelefone ou radiotelegrafia (rádio receptor/transmissor)		79.0	01.080.00	9029	Contadores, indicadores de velocidade e tacômetros, suas partes e acessórios
60.0	01.061.00	8527.2	Aparelhos receptores de radiodifusão que só funcionam com fonte externa de energia, exceto os classificados na posição 8527.21.90		80.0	01.081.00	9030.33.21	Amperímetros
61.0	01.062.00	8527.21.90	Outros aparelhos receptores de radiodifusão que funcionem com fonte externa de energia; outros aparelhos videofônicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofônicos, dos tipos utilizados exclusivamente em veículos automotores		81.0	01.082.00	9031.80.40	Aparelhos digitais, de uso em veículos automóveis, para medida e indicação de múltiplas grandezas tais como: velocidade média, consumos instantâneo e médio e autonomia (computador de bordo)
62.0	01.063.00	8529.10.90	Antenas		82.0	01.083.00	9032.89.2	Controladores eletrônicos
63.0	01.064.00	8534.00.00	Circuitos impressos		83.0	01.084.00	9104.00.00	Relógios para painéis de instrumentos e relógios semelhantes
64.0	01.065.00	8535.30 8536.50	Interruptores e seccionadores e comutadores		84.0	01.085.00	9401.20.00 9401.90.90	Assentos e partes de assentos

Diário Oficial

22

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • N° 79

93.0	01.094.00	8414.59.10	Motoventiladores
		8414.59.90	
94.0	01.095.00	8421.39.90	Filtros de pólen do ar-condicionado
95.0	01.096.00	8501.10.19	"Máquina" de vidro elétrico de porta
96.0	01.097.00	8501.31.10	Motor de limpador de para-brisa
97.0	01.098.00	8504.50.00	Bobinas de reatância e de auto-indução
98.0	01.099.00	8507.20	Baterias de chumbo e de níquel-cádmio
99.0	01.100.00	8512.30.00	Aparelhos de sinalização acústica (buzina)
100.0	01101.00	9032.89.8	Instrumentos para regulação de grandezas não elétricas
		9032.89.9	
101.0	01.102.00	9027.10.00	Analisadores de gases ou de fumaça (sonda lambda)
102.0	01.103.00	4008.11.00	Perfildados de borracha vulcanizada não endurecida
103.0	01.104.00	5601.22.19	Artefatos de pasta de fibra de uso automotivo
104.0	01.105.00	5703.20.00	Tapetes/carpetes - nailón
105.0	01.106.00	5703.30.00	Tapetes de matérias têxteis sintéticas
106.0	01.107.00	5911.90.00	Forração interior capacete
107.0	01.108.00	6903.90.99	Outros para-brisas
108.0	01.109.00	7007.29.00	Moldura com espelho
109.0	01.110.00	7314.50.00	Corrente de transmissão
110.0	01.111.00	7315.11.00	Corrente transmissão
111.0	01.113.00	8418.99.00	Condensador tubular metálico
112.0	01.114.00	8419.50	Trocadores de calor
113.0	01.115.00	8424.90.90	Partes de aparelhos mecânicos de pulverizar ou dispersar
114.0	01.116.00	8425.49.10	Macacos manuais para veículos
115.0	01.117.00	8431.41.00	Caçambas, pás, ganchos e tenazes para máquinas rodoviárias
116.0	01.118.00	8501.61.00	Geradores de corrente alternada de potência não superior a 75 kva
117.0	01.119.00	8531.10.90	Aparelhos elétricos para alarme de uso automotivo
118.0	01.120.00	9014.10.00	Bússolas
119.0	01.121.00	9025.19.90	Indicadores de temperatura
120.0	01.122.00	9025.90.10	Partes de indicadores de temperatura
121.0	01.123.00	9026.90	Partes de aparelhos de medida ou controle
122.0	01.124.00	9032.10.10	Termostatos
123.0	01.125.00	9032.10.90	Instrumentos e aparelhos para regulação
124.0	01.126.00	9032.20.00	Pressostatos
"			

ANEXO IV

"ANEXO CCXXV-A

(Art. 1.336 do RICMS)

Vigência a partir de 01/01/2016, Convênio ICMS 92/2015

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO
1.0	01.001.00	3815.12.10	Catalisadores em colmeia cerâmica ou metálica para conversão catalítica de gases de escape de veículos e outros catalisadores
		3815.12.90	
2.0	01.002.00	3917	Tubos e seus acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plásticos
3.0	01.003.00	3918.10.00	Protetores de caçamba
4.0	01.004.00	3923.30.00	Reservatórios de óleo
5.0	01.005.00	3926.30.00	Frisos, decalques, molduras e acabamentos

6.0	01.006.00	4010.3 5910.00.00	Correias de transmissão de borracha vulcanizada, de matérias têxteis, mesmo impregnadas, revestidas ou recobertas, de plástico, ou estratificadas com plástico ou reforçadas com metal ou com outras matérias
7.0	01.007.00	4016.93.00 4823.90.9	Juntas, gaxetas e outros elementos com função semelhante de vedação
8.0	01.008.00	4016.10.10	Partes de veículos automóveis, tratores e máquinas autopropulsadas
9.0	01.009.00	4016.99.90 5705.00.00	Tapetes, revestimentos, mesmo confeccionados, batentes, buchas e coxins
10.0	01.010.00	5903.90.00	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, com plástico
11.0	01.011.00	5909.00.00	Mangueiras e tubos semelhantes, de matérias têxteis, mesmo com reforço ou acessórios de outras matérias
12.0	01.012.00	6306.1	Encerados e toldos
13.0	01.013.00	6506.10.00	Capacetes e artefatos de uso semelhante, de proteção, para uso em motocicletas, incluídos ciclomotores
14.0	01.014.00	6813	Guarnições de fricção (por exemplo, placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para freios, embreagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto, de outras substâncias minerais ou de celulose, mesmo combinadas com têxteis ou outras matérias
15.0	01.015.00	7007.11.00 7007.21.00	Vidros de dimensões e formatos que permitam aplicação automotiva
16.0	01.016.00	7009.10.00	Espelhos retrovisores
17.0	01.017.00	7014.00.00	Lentes de faróis, lanternas e outros utensílios
18.0	01.018.00	7311.00.00	Cilindro de aço para GNV (gás natural veicular)
19.0	01.020.00	7320	Molas e folhas de molas, de ferro ou aço
20.0	01.021.00	7325, exceto 7325.91.00	Obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço, exceto as do código 7325.91.00
21.0	01.022.00	7806.00	Peso de chumbo para balanceamento de roda
22.0	01.023.00	8007.00.90	Peso para balanceamento de roda e outros utensílios de estanho
23.0	01.024.00	8301.20 8301.60	Fechaduras e partes de fechaduras
24.0	01.025.00	8301.70	Chaves apresentadas isoladamente
25.0	01.026.00	8302.10.00 8302.30.00	Dobradicas, guarnições, ferragens e artigos semelhantes de metais comuns
26.0	01.027.00	8310.00	Triângulo de segurança
27.0	01.028.00	8407.3	Motores de pistão alternativo dos tipos utilizados para propulsão de veículos do Capítulo 87
28.0	01.029.00	8408.20	Motores dos tipos utilizados para propulsão de veículos automotores
29.0	01.030.00	8409.9	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408
30.0	01.031.00	8412.2	Motores hidráulicos
31.0	01.032.00	8413.30	Bombas para combustíveis, lubrificantes ou

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

23

			líquidos de arrefecimento, próprias para motores de ignição por centelha ou por compressão
32.0	01.033.00	8414.10.00	Bombas de vácuo
33.0	01.034.00	8414.80.1 8414.80.2	Compressores e turbocompressores de ar
34.0	01.035.00	8413.91.90 8414.90.10 8414.90.3 8414.90.39	Partes das bombas, compressores e turbocompressores dos itens 32.0, 33.0 e 34.0
35.0	01.036.00	8415.20	Máquinas e aparelhos de ar condicionado
36.0	01.037.00	8421.23.00	Aparelhos para filtrar óleos minerais nos motores de ignição por centelha ou por compressão
37.0	01.038.00	8421.29.90	Filtros a vácuo
38.0	01.039.00	8421.9	Partes dos aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases
39.0	01.040.00	8424.10.00	Extintores, mesmo carregados
40.0	01.041.00	8421.31.00	Filtros de entrada de ar para motores de ignição por centelha ou por compressão
41.0	01.042.00	8421.39.20	Depuradores por conversão catalítica de gases de escape
42.0	01.043.00	8425.42.00	Macacos
43.0	01.044.00	8431.10.10	Partes para macacos do item 43.0
44.0	01.045.00	8431.49.2 8433.90.90	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas agrícolas ou rodoviárias
45.0	01.046.00	8481.10.00	Válvulas redutoras de pressão
46.0	01.047.00	8481.2	Válvulas para transmissão óleo-hidráulicas ou pneumáticas
47.0	01.048.00	8481.80.92	Válvulas solenóides
48.0	01.049.00	8482	Rolamentos
49.0	01.050.00	8483	Árvore de transmissão (incluídas as árvore de "cames" e virabrequins) e manivelas; mancais e "bronzes"; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluídos os conversores de torque; volantes e polias, incluídas as polias para caderais; embreagens e dispositivos de acoplamento, incluídas as juntas de articulação
50.0	01.051.00	8484	Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação mecânicas (selos mecânicos)
51.0	01.052.00	8505.20	Acoplamentos, embreagens, variadores de velocidade e freios, eletromagnéticos
52.0	01.053.00	8507.10	Acumuladores elétricos de chumbo, do tipo utilizado para o arranque dos motores de pistão
53.0	01.054.00	8511	Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por centelha ou por compressão (por exemplo, magnetos, dinamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (dinamos e alternadores, por exemplo) e conjuntos-disjuntores utilizados com estes

			motores
54.0	01.055.00	8512.20 8512.40 8512.90.00	Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização (exceto os da posição 8539), limpadores de para-brisas, degeladores e desembaçadores (desembaciadores) elétricos e suas partes
55.0	01.056.00	8517.12.13	Telefones móveis do tipo dos utilizados em veículos automóveis
56.0	01.057.00	8518.50.00	Alto-falantes, amplificadores elétricos de audiofrequência e partes
57.0	01.058.00	8519.81	Aparelhos elétricos de amplificação de som para veículos automotores
58.0	01.059.00	8519.81	Aparelhos de reprodução de som
59.0	01.060.00	8525.50.1 8525.60.10	Aparelhos transmissores (emissores) de radiotelefone ou radiotelegrafia (rádio receptor/transmissor)
60.0	01.061.00	8527.2	Aparelhos receptores de radiodifusão que só funcionam com fonte externa de energia, exceto os classificados na posição 8527.21.90
61.0	01.062.00	8527.21.90	Outros aparelhos receptores de radiodifusão que funcionem com fonte externa de energia; outros aparelhos videofônicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofônicos, dos tipos utilizados exclusivamente em veículos automotores
62.0	01.063.00	8529.10.90	Antenas
63.0	01.064.00	8534.00.00	Circuitos impressos
64.0	01.065.00	8535.30 8536.50	Interruptores e seccionadores e comutadores
65.0	01.066.00	8536.10.00	Fusíveis e corta-circuitos de fusíveis
66.0	01.067.00	8536.20.00	Disjuntores
67.0	01.068.00	8536.4	Relés
68.0	01.069.00	8538	Partes reconhecíveis como exclusivas ou principalmente destinadas aos aparelhos dos itens 65.0, 66.0, 67.0 e 68.0
69.0	01.070.00	8539.10	Faróis e projetores, em unidades seladas
70.0	01.071.00	8539.2	Lâmpadas e tubos de incandescência, exceto de raios ultravioleta ou infravermelhos
71.0	01.072.00	8544.20.00	Cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais
72.0	01.073.00	8544.30.00	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios
73.0	01.074.00	8707	Carroças para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705, incluídas as cabinas
74.0	01.075.00	8708	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705
75.0	01.076.00	8714.1	Parte e acessórios de motocicletas (incluídos os ciclomotores)
76.0	01.077.00	8716.90.90	Engates para reboques e semi-reboques
77.0	01.078.00	9026.10	Medidores de nível; Medidores de vazão
78.0	01.079.00	9026.20	Aparelhos para medida ou controle da pressão
79.0	01.080.00	9029	Contadores, indicadores de velocidade e tacômetros, suas partes e acessórios
80.0	01.081.00	9030.33.21	Amperímetros
81.0	01.082.00	9031.80.40	Aparelhos digitais, de uso em veículos

Diário Oficial

24

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

			automóveis, para medida e indicação de múltiplas grandezas tais como: velocidade média, consumos instantâneo e médio e autonomia (computador de bordo)
82.0	01.083.00	9032.89.2	Controloadores eletrônicos
83.0	01.084.00	9104.00.00	Relógios para painéis de instrumentos e relógios semelhantes
84.0	01.085.00	9401.20.00 9401.90.90	Assentos e partes de assentos
85.0	01.086.00	9613.80.00	Acendedores
86.0	01.087.00	4009	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos de seus acessórios
87.0	01.088.00	4504.90.00 6812.99.10	Juntas de vedação de cortiça natural e de amianto
88.0	01.089.00	4823.40.00	Papel-diagrama para tacógrafo, em disco
89.0	01.090.00	3919.10.00 3919.90.00 8708.29.99	Fitas, tiras, adesivos, auto-colantes, de plástico, refletores, mesmo em rolos; placas metálicas com película de plástico refletora, próprias para colocação em carrocerias, para-choques de veículos de carga, motocicletas, ciclomotores, capacetes, bonés de agentes de trânsito e de condutores de veículos, atuando como dispositivos refletivos de segurança rodoviários
90.0	01.091.00	8412.31.10	Cilindros pneumáticos
91.0	01.092.00	8413.19.00 8413.50.90 8413.81.00	Bomba elétrica de lavador de para-brisa
92.0	01.093.00	8413.60.19 8413.70.10	Bomba de assistência de direção hidráulica
93.0	01.094.00	8414.59.10 8414.59.90	Motoventiladores
94.0	01.095.00	8421.39.90	Filtros de pólen do ar-condicionado
95.0	01.096.00	8501.10.19	"Máquina" de vidro elétrico de porta
96.0	01.097.00	8501.31.10	Motor de limpador de para-brisa
97.0	01.098.00	8504.50.00	Bobinas de reatância e de auto-indução
98.0	01.099.00	8507.20	Baterias de chumbo e de níquel-cádmio
99.0	01.100.00	8512.30.00	Aparelhos de sinalização acústica (buzina)
100.0	01.101.00	9032.89.8 9032.89.9	Instrumentos para regulação de grandezas não elétricas
101.0	01.102.00	9027.10.00	Analisadores de gases ou de fumaça (sonda lambda)
102.0	01.103.00	4008.11.00	Perfis de borracha vulcanizada não endurecida
103.0	01.104.00	5601.22.19	Artefatos de pasta de fibra de uso automotivo
104.0	01.105.00	5703.20.00	Tapetes/carpetes - nailón
105.0	01.106.00	5703.30.00	Tapetes de matérias têxteis sintéticas
106.0	01.107.00	5911.90.00	Forração interior capacete
107.0	01.108.00	6903.90.99	Outros para-brisas
108.0	01.109.00	7007.29.00	Moldura com espelho
109.0	01.110.00	7314.50.00	Corrente de transmissão
110.0	01.111.00	7315.11.00	Corrente transmissão
111.0	01.113.00	8418.99.00	Condensador tubular metálico
112.0	01.114.00	8419.50	Trocadores de calor
113.0	01.115.00	8424.90.90	Partes de aparelhos mecânicos de pulverizar ou dispersar

114.0	01.116.00	8425.49.10	Macacos manuais para veículos
115.0	01.117.00	8431.41.00	Caçambas, pás, ganchos e tenazes para máquinas rodoviárias
116.0	01.118.00	8501.61.00	Geradores de corrente alternada de potência não superior a 75 kva
117.0	01.119.00	8531.10.90	Aparelhos elétricos para alarme de uso automotivo
118.0	01.120.00	9014.10.00	Bússolas
119.0	01.121.00	9025.19.90	Indicadores de temperatura
120.0	01.122.00	9025.90.10	Partes de indicadores de temperatura
121.0	01.123.00	9026.90	Partes de aparelhos de medida ou controle
122.0	01.124.00	9032.10.10	Termostatos
123.0	01.125.00	9032.10.90	Instrumentos e aparelhos para regulação
124.0	01.126.00	9032.20.00	Pressostatos

ANEXO V
"ANEXO CCCXV
(Art. 1.324 do RICMS)
Vigência a partir de 01.01.2016, Convênio ICMS 92/2015

ITEM	CEST	NCM/HM	DESCRIÇÃO
1.0	28.001.00	3303.00.10	Perfumes (extratos)
2.0	28.002.00	3303.00.20	Águas-de-colônia
3.0	28.003.00	3304.10.00	Produtos de maquiagem para os lábios
4.0	28.004.00	3304.20.10	Sombra, delineador, lápis para sobrancelhas e rímel
5.0	28.005.00	3304.20.90	Outros produtos de maquiagem para os olhos
6.0	28.006.00	3304.30.00	Preparações para manicuros e pedicuros
7.0	28.007.00	3304.91.00	Pós para maquiagem, incluindo os compactos
8.0	28.008.00	3304.99.10	Cremes de beleza, cremes nutritivos e loções tônicas
9.0	28.009.00	3304.99.90	Outros produtos de beleza ou de maquiagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele, exceto as preparações antisólares e os bronzeadores
10.0	28.010.00	3304.99.90	Preparações antisólares e os bronzeadores
11.0	28.011.00	3305.10.00	Xampus para o cabelo
12.0	28.012.00	3305.20.00	Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos
13.0	28.013.00	3305.90.00	Outras preparações capilares
14.0	28.014.00	3305.90.00	Tintura para o cabelo
15.0	28.015.00	3307.10.00	Preparações para barbear (antes, durante ou após)

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

25

16.0	28.016.00	3307.20.10	Desodorantes corporais e antiperspirantes, líquidos
17.0	28.017.00	307.20.90	Outros desodorantes corporais e antiperspirantes
18.0	28.018.00	3307.90.00	Outros produtos de perfumaria ou de toucador preparados
19.0	28.019.00	3307.90.00	Outras preparações cosméticas
20.0	28.020.00	3401.11.90	Sabões de toucador, em barras, pedaços ou figuras mol
21.0	28.021.00	3401.19.00	Outros sabões, produtos e preparações orgânicos tensoativos, inclusive papel, pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, impregnados, revestidos ou recobertos de sabão ou de detergentes
22.0	28.022.00	3401.20.10	Sabões de toucador sob outras formas
23.0	28.023.00	3401.30.00	Produtos e preparações orgânicos tensoativos para lavagem da pele, em forma de líquido ou de creme, acondicionados para venda a retalho, mesmo contendo sabão
24.0	28.024.00	4818.20.00	Lenços de papel, incluindo os de desmaquiar
25.0	28.025.00	8214.10.00	Apontadores de lápis para maquiagem
26.0	28.026.00	8214.20.00	Utensílios e sortidos de utensílios de manicuros ou de pedicuros (incluindo as limas para unhas)
27.0	28.027.00	9603.29.00	Escovas e pincéis de barba, escovas para cabelos, para cílios ou para unhas e outras escovas de toucador de pessoas
28.0	28.028.00	9603.30.00	Pincéis para aplicação de produtos cosméticos
29.0	28.029.00	9616.10.00	Vaporizadores de toucador, suas armações e cabeças de armações
30.0	28.030.00	9616.20.00	Borlas ou esponjas para pós ou para aplicação de outros cosméticos ou de produtos de toucador
31.0	28.031.00	4202.1	Malas e maletas de toucador
32.0	29.032.00	9615	Pentes, travessas para cabelo e artigos semelhantes; grampos (alfinetes) para cabelo; pinças ("pinceguiches"), onduladores, bobs (rolos) e artefatos semelhantes para penteados, e suas partes
33.0	28.033.00	3923.30.00 3924.90.00 3924.10.00 4014.90.90 7010.20.00	Mamadeiras
34.0	28.034.00	4014.90.90	Chupetas e bicos para mamadeiras e para

			chupetas
35.0	28.035.00	Capítulos 33 e 34	Outros produtos cosméticos e de higiene pessoal não relacionados em outros itens deste anexo
36.0	28.036.00	Capítulos 44, 64, 65, 82, 90 e 96	Outros artigos destinados a cuidados pessoais não relacionados em outros itens deste anexo
37.0	28.037.00	Capítulos 39, 42, 48, 71, 83, 90 e 91	Acessórios (por exemplo, bijuterias, relógios, óculos de sol, bolsas, mochilas, frasqueiras, carteiras, porta-cartões, porta-documentos, porta-celulares e embalagens presenteáveis (por exemplo, caixinhas de papel), entre outros itens assemelhados)
38.0	28.038.00	Capítulos 61, 62 e 64	Vestuário e seus acessórios; calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes
39.0	28.039.00	Capítulos 42, 52, 55, 58, 63 e 65	Outros artigos de vestuário em geral, exceto os relacionados no item anterior
40.0	28.040.00	Capítulos 39, 40, 56, 63, 66, 69, 70, 73, 82, 83, 84, 91, 94, 96	Artigos de casa
41.0	28.041.00	Capítulos 13 e 15 a 23	Produtos das indústrias alimentares e bebidas
42.0	28.042.00	Capítulo 33	Produtos destinados à higiene bucal
43.0	28.043.00	Capítulos 22, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 44.038, 39, 63, 68, 45.073, 84, 85 e 96 46.0	Produtos de limpeza e conservação doméstica
44.0	28.044.00	"	Outros produtos comercializados pelo sistema de marketing direto porta-a-porta ao consumidor final não relacionado em outros itens deste anexo

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 26 de Abril de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DE SAÚDE

Diário Oficial

26



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



DECRETO Nº 16.550, DE 28 DE ABRIL

DE 2016

Altera dispositivos do Decreto nº 16.478, publicado no Diário Oficial do Estado nº 47, em 11 de março de 2016 que "Institui a Certidão Especial de Regularidade Ambiental – CERTAL para pequenos produtores rurais, e revoga o art. 4º do Decreto nº 14.921, de 14 de agosto de 2012, e dá outras providências".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e XIII do art. 102 da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no art. 69 da Lei nº 5.165, de 17 de Agosto de 2000,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º e o art. 4º do Decreto nº 16.478, de 11 de março de 2016, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Fica instituída a Certidão Especial de Regularidade Ambiental – CERTAL para pequenos produtores rurais que tenham perfurado ou pretendam perfurar poços tubulares em suas propriedades, com vazão de exploração de até 2,0 m³/h (dois metros cúbicos por hora), observado o limite de 08 (oito) horas de captação por dia (NR)".

"Art. 4º

Parágrafo único. A SEMAR poderá alterar os limites fixados no seu art. 1º, para adequá-los às disponibilidades de água em cada região do Estado (NR)".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 28 de ABRIL de 2016

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS



DECRETO Nº 16.549 , DE 28 DE ABRIL

DE 2016

Renomeia os cargos em comissão que especifica, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais – CEPRO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, I, VI e XIII, da Constituição Estadual, e o art. 85, IV, da Lei Complementar Estadual nº 028, de 09 de junho de 2003, e alterações posteriores, e

CONSIDERANDO que a presente reestruturação não implicará em aumento de despesa nem criação ou extinção de cargos públicos;

CONSIDERANDO o contido no OF. CEPRO Nº 185/2016, de 04 de abril de 2016, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO, AP.010.1.002535/16-87,

DECRETA:

Art. 1º Ficam renomeados os seguintes cargos em comissão da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí:

I – 01 (um) cargo de Presidente para 01 (um) cargo de Diretor Geral;

II – 01 (um) cargo de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Apoio ao Gabinete, símbolo DAS-2;

III – 01 (um) cargo de Coordenador de Controle Interno, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Pessoal, símbolo DAS-2;

VI – 01 (um) cargo de Coordenador de Estudos Sócio-Econômico e Pesquisa, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Estudos Territoriais e Municipais, símbolo DAS-2;

V – 01 (um) cargo de Coordenador de Políticas Sociais, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Monitoramento de Políticas Públicas, símbolo DAS-2;

VI – 01 (um) cargo de Coordenador de Pesquisa de Campo, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Levantamentos e Pesquisas de Campo, símbolo DAS-2;

VII – 01 (um) cargo de Coordenador de Análise de Inferência, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Patrimônio, Material e Logística, símbolo DAS-2;

VIII – 01 (um) cargo de Coordenador de Bancos de Dados e Informação, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Disseminação de Informações, símbolo DAS-2;

IX – 01 (um) cargo de Coordenador da Comissão de Licitação, símbolo DAS-2, para 01 (um) cargo de Coordenador de Contratos e Convênios, símbolo DAS-2;

X – 01 (um) cargo de Gerente de Estatística e Informação, símbolo DAS-3, para 01 (um) cargo de Gerente de Banco de Dados, símbolo DAS-3;

XI – 01 (um) cargo de Gerente Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3, para 01 (um) cargo de Gerente de Orçamento e Finanças, símbolo DAS-3;

XII – 01 (um) cargo de Diretor de Unidade de Estatística, Informação e Pesquisa, símbolo DAS-4, para 01 (um) cargo de Diretor de Unidade de Estatística e Informação, símbolo DAS-4;

XIII – 01 (um) cargo de Diretor de Unidade de Estudos Econômicos, Projetos e Índices Sociais, símbolo DAS-4, para 01 (um) cargo de Diretor de Unidade de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Territoriais, símbolo DAS-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2016.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 28 de ABRIL de 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIO DE GOVERNO

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

27



DECRETO N° 16.546 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 3.995.726,00 em favor dos órgãos que especifica.

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.752, de 29 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor do Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça/Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Piauí - FERMOJUPI e Ministério Público/Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FPCD, no valor de R\$ 3.995.726,00 (três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art. 1º decorrerão do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado no ano de 2015, na fonte 18 - Recursos dos Fundos Especiais e das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Pluriannual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 28 de Abril de 2016

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

Reinaldo Régis de Siqueira

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO N° 16.546 de 28/04/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
02101.01122841.241	BIBLIOTECA DO TCE AMPLIADA E MODERNIZADA	FO	3.3.90.39	00	160.000,00
04105.02061812.065	APOIO ADMINISTRATIVO - 1º GRAU	FO	3.3.90.30	18	1.000.000,00
04105.02061812.065	APOIO ADMINISTRATIVO - 1º GRAU	FO	3.3.90.37	18	800.000,00
25104.03062832.410	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	FO	4.4.90.52	18	2.035.726,00
TOTAL					3.995.726,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO N° 16.546 de 28/04/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
02101.01122802.286	GESTÃO ESTRATÉGICA E MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO TCE	FO	3.3.90.39	00	160.000,00
04105.02061812.066	APOIO ADMINISTRATIVO - 2º GRAU	FO	3.3.90.39	18	1.800.000,00
TOTAL					1.960.000,00

Diário Oficial

28



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



DECRETO N° 16.547 DE 28 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito suplementar, no valor global de R\$ 2.155.639,00 em favor dos órgãos que especifica.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art. 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

O Governador do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere o art.102, inciso XIII da Constituição Estadual, e diante do disposto do art.7º, parágrafo único da Lei nº. 6.752, de 29 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Secretaria da Educação, Secretaria da Infraestrutura/Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI, Secretaria da Saúde, Secretaria do Turismo, Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo e Secretaria da Cultura, no valor de R\$ 2.155.639,00 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI 28 de Abril de 2016

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO N° 16.547, de 28/04/2016, publicado no D.O.E. n° , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
14102.12368121.469	INCENTIVO A EDUCAÇÃO - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	FO	3.3.50.41	00	142.555,00
16101.15451211.252	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	FO	3.3.40.41	00	300.000,00
16208.15451211.383	CONSTRUÇÃO E RECUPERACÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM E TERRAPLANAGEM	FO	4.4.90.51	00	100.000,00
17101.10301031.250	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	SO	3.3.40.41	00	135.000,00
17101.10301031.250	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	SO	3.3.50.41	00	50.000,00
17101.10301031.399	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO ANTÔNIO FÉLIX	SO	3.3.50.41	00	330.000,00
17101.10301031.478	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO EVALDO GOMES	SO	3.3.50.41	00	270.957,00
47101.23695161.256	PROMOÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	FO	3.3.50.41	00	95.957,00
48101.11333261.512	QUALIFICAÇÃO EM CURSOS PREPARATÓRIOS - DEPUTADO ANTÔNIO FÉLIX	FO	3.3.50.41	00	300.000,00
51101.13392012.528	MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA SEDE E CASAS DE CULTURA DA SECULT	FO	4.4.90.51	00	151.170,00
51101.13392141.401	INCENTIVO A CULTURA - DEPUTADO ANTÔNIO FÉLIX	FO	3.3.40.41	00	30.000,00
51101.13392141.470	INCENTIVO A CULTURA - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	FO	3.3.50.41	00	173.000,00
51101.13392141.480	INCENTIVO A CULTURA - DEPUTADO EVALDO GOMES	FO	3.3.50.41	00	7.000,00
51101.13392141.492	INCENTIVO A CULTURA - DEPUTADO THEMÍSTOCLES FILHO	FO	3.3.40.41	00	70.000,00
TOTAL					A 2.155.639,00

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

29

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO N° 16.547 de 28/04/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	R\$ 1,00
14102.12368121.469	INCENTIVO A EDUCAÇÃO - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	FO	3.3.90.39	00	142.555,00
14102.12368121.479	INCENTIVO A EDUCAÇÃO - DEPUTADO EVALDO GOMES	FO	3.3.90.39	00	129.595,00
14203.27812131.475	PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	FO	3.3.90.39	00	103.000,00
15101.20244221.476	FORTALECIMENTO DO INVESTIMENTO EM DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	FO	4.4.90.51	00	151.170,00
16101.15451211.252	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	FO	4.4.90.51	00	400.000,00
17101.10301031.250	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	SO	3.3.90.39	00	135.000,00
17101.10301031.399	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO ANTÔNIO FÉLIX	SO	3.3.90.39	00	330.000,00
17101.10301031.478	INCENTIVO A SAÚDE - DEPUTADO EVALDO GOMES	SO	3.3.90.39	00	129.597,00
26101.06181071.253	MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	FO	4.4.90.51	00	50.000,00
30102.06244041.473	APOIO E INCENTIVO A INVESTIMENTO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	SO	4.4.90.52	00	50.000,00
38101.14244051.472	APOIO DO INVESTIMENTO DA SEID - DEPUTADO ALUÍSIO MARTINS	FO	4.4.90.52	00	20.000,00
45101.15451211.490	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO THEMISTOCLES FILHO	FO	4.4.90.51	00	70.000,00
47101.23695161.256	PROMOÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO RUBEM NUNES MARTINS	FO	3.3.90.39	00	95.957,00
47101.23695161.404	PROMOÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ - DEPUTADO ANTÔNIO FÉLIX	FO	3.3.90.39	00	30.000,00
48101.11333261.512	QUALIFICAÇÃO EM CURSOS PREPARATÓRIOS - DEPUTADO ANTÔNIO FÉLIX	FO	3.3.90.39	00	300.000,00
51101.13392141.480	INCENTIVO A CULTURA - DEPUTADO EVALDO GOMES	FO	3.3.90.39	00	18.765,00
TOTAL					2.155.639,00



Decreto N° 16.548 de 28 de Abril de 2016.

cinquenta e quatro reais), destinado a atender a programação contida no anexo I deste Decreto.

Art.2º Os recursos necessários para a execução do disposto no art. 1º decorrerão das anulações parciais de dotações orçamentárias indicadas no anexo II deste Decreto.

Art.3º As alterações promovidas no Orçamento Geral do Estado ficam incorporadas no Plano Plurianual 2016-2019, Lei nº. 6.751, de 29/12/2015.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina-PI, 28 de Abril de 2016

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIO DE GOVERNO

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO

Art.1º Fica aberto, no Orçamento Geral do Estado, crédito adicional suplementar em favor da Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Infraestrutura/Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI, Secretaria da Administração e Previdência/Instituto de Assistência a Saúde do Servidor Público do Estado do Piauí - IASPI, Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A - EMGERPI, Secretaria da Justiça, Secretaria de Defesa Civil e Secretaria da Cultura, no valor de R\$ 12.079.954,00 (doze milhões, setenta e nove mil, novecentos e

Diário Oficial

30

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

DECRETO Nº 16.548 de 28/04/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11116.04122902.240	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	4.4.90.52	00	24.897,00
12101.06122902.269	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.30	00	200.000,00
12101.06122902.269	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.37	00	735.000,00
12101.06122902.269	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.92	00	250.000,00
12101.06181062.075	MANUTENÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIL, MILITAR E TÉCNICA E CIENTÍFICA	FO	3.3.90.30	00	300.000,00
12101.06181062.148	MANUTENÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	4.4.90.51	00	750.000,00
12101.06181062.150	MANUTENÇÃO DA FROTA E DO GRUPOAMENTO AÉREO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	3.3.90.30	00	300.000,00
12101.06181062.150	MANUTENÇÃO DA FROTA E DO GRUPOAMENTO AÉREO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	FO	3.3.90.39	00	200.000,00
16208.15451211.383	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM E TERRAPLANAGEM	FO	4.4.90.51	16	6.000.000,00
21101.04122902.032	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.47	00	50.000,00
21201.04122902.007	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.37	00	472.480,00
21205.04122902.209	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.39	00	120.940,00
22101.14421081.165	INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL - CONSTRUÇÃO E REFORMA	FO	4.4.90.92	00	8.000,00
22101.14421082.527	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES QUE FOMENTEM E PROMOVAM MELHORIAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.	FO	3.3.90.36	00	500.000,00
22101.14421082.527	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES QUE FOMENTEM E PROMOVAM MELHORIAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.	FO	3.3.90.39	00	550.000,00
22101.14421082.527	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES QUE FOMENTEM E PROMOVAM MELHORIAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.	FO	3.3.90.47	00	100.000,00
22101.14421082.527	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES QUE FOMENTEM E PROMOVAM MELHORIAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.	FO	4.4.90.52	00	20.000,00
49101.04122902.083	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.39	00	150.000,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.92	00	490.000,00
49101.06182211.193	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	3.3.90.39	00	178.624,00
49101.06182211.193	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	4.4.90.51	00	475.013,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	3.3.90.39	00	105.000,00
51101.13392142.244	DEMOCRATIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CRIATIVAS E DA CULTURA PIAUENSE	FO	3.3.50.41	00	100.000,00
TOTAL					12.079.954,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 16.548 de 28/04/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
11116.15813131.213	CONSTRUÇÃO E MELHORIA INFRAESTRUTURA PARA LAZER, ESPORTE E ÁREA SOCIAL	FO	4.4.90.51	00	10.000,00
11116.15813131.213	CONSTRUÇÃO E MELHORIA INFRAESTRUTURA PARA LAZER, ESPORTE E ÁREA SOCIAL	FO	4.4.90.52	00	1.000,00
11116.27813131.212	FORTALECIMENTO DO ESPORTE, LAZER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FO	4.4.90.52	00	13.897,00
13203.23692271.311	FORTALECIMENTO DA AGÊNCIA DE FOMENTO	FI	4.4.90.39	00	300.000,00
13203.23692271.311	FORTALECIMENTO DA AGÊNCIA DE FOMENTO	FI	4.4.90.45	00	450.000,00
13204.23692902.331	GESTÃO DO FUNDO GARANTIDOR DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDIMENTOS DO ESTADO - FUNGEPE	FO	3.3.90.39	00	8.000,00
13204.23692902.331	GESTÃO DO FUNDO GARANTIDOR DOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDIMENTOS DO ESTADO - FUNGEPE	FO	3.3.90.92	00	100.000,00
14101.12122901.046	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL DA SEDUC	FO	3.3.90.39	00	150.000,00
14101.12122902.039	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	FO	3.3.90.92	00	150.000,00
14101.12364102.037	EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DA UNIVERSIDADE ABERTA	FO	3.3.90.36	00	200.000,00
14102.12122122.420	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.92	00	300.000,00
14102.12368122.128	EXPANSÃO E MELHORIA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	FO	4.4.90.51	00	185.000,00
14102.12368122.128	EXPANSÃO E MELHORIA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	FO	4.4.90.52	00	185.000,00
16101.04122012.313	ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE OBRAS	FO	4.4.90.35	00	250.000,00
16101.15451211.335	EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS	FO	4.4.90.92	00	235.000,00
16101.15451211.338	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS DE TERESINA	FO	4.4.90.51	00	200.000,00
16101.18542211.337	MACRODRENAGEM DE OEIRAS	FO	4.4.90.51	00	300.000,00

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

31

16101.18542211.337	MACRODRENAGEM DE OEIRAS	FO	4.4.90.92	00	150.000,00
16208.15451211.186	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RODOVIAS PIAUENSES	FO	4.4.90.51	16	6.000.000,00
16208.18544211.339	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TINGUIS - BRASILEIRA-PI (CONTINUAÇÃO)	FO	4.4.90.51	00	200.000,00
21101.04122012.018	MELHORIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	FO	3.3.90.47	00	50.000,00
21201.04122902.477	GESTÃO DA DESPESA COM PESSOAL	FO	3.1.90.92	00	472.480,00
21205.15572211.170	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO GEOREFERENCIAL	FI	4.4.90.51	00	10.900,00
21205.15572211.170	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO GEOREFERENCIAL	FI	4.4.90.92	00	14.900,00
21205.16481181.109	REGULARIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÉNIOS DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS RURAIS	FI	4.4.90.93	00	49.900,00
21205.16482181.107	REGULARIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÉNIOS DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS URBANOS	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.16482181.107	REGULARIZAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÉNIOS DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS URBANOS	FI	4.4.90.92	00	14.150,00
21205.17511191.160	REGULARIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.17511191.160	REGULARIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FI	4.4.90.52	00	450,00
21205.17512191.161	REGULARIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - URBANO	FI	4.4.90.92	00	3.600,00
21205.18544211.179	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - BARRAGENS E AÇUDES	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.18544211.179	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - BARRAGENS E AÇUDES	FI	4.4.90.52	00	850,00
21205.18544211.179	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - BARRAGENS E AÇUDES	FI	4.4.90.92	00	3.600,00
21205.18544211.187	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - CISTERNAS, POÇOS E CHAFARIZES	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.18544211.187	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - CISTERNAS, POÇOS E CHAFARIZES	FI	4.4.90.92	00	90,00
21205.22663291.189	EXPLORAÇÃO E EXTRACÃO DE JAZIDAS DE CALCÁRIO	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.22663291.189	EXPLORAÇÃO E EXTRACÃO DE JAZIDAS DE CALCÁRIO	FI	4.4.90.52	00	850,00
21205.25752211.188	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ABASTECIMENTO E REDES DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA	FI	4.4.90.92	00	150,00
21205.26782201.166	REGULARIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS DE VIAS ASFALTICAS, PARALELPIPEDAS, POLIEDRICAS E VICINAIS	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.26782201.166	REGULARIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS DE VIAS ASFALTICAS, PARALELPIPEDAS, POLIEDRICAS E VICINAIS	FI	4.4.90.92	00	6.650,00
21205.26782201.166	REGULARIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS DE VIAS ASFALTICAS, PARALELPIPEDAS, POLIEDRICAS E VICINAIS	FI	4.4.90.93	00	8.050,00
21205.26782211.184	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES	FI	4.4.90.51	00	950,00
21205.26782211.184	REGULARIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES	FI	4.4.90.92	00	150,00
45101.04122211.054	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E RURAL NOS MUNICÍPIOS	FO	4.4.90.51	00	100.000,00
46101.26781201.087	ADMINISTRAÇÃO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS, IMPLANTAÇÃO E REFORMA DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS	FO	4.4.90.51	00	250.000,00

ANULAÇÃO

ANEXO II

DECRETO Nº 16.548 de 28/04/2016, publicado no D.O.E. nº , de / /2016.

R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	NATUREZA	FONTE	VALOR
46101.26782201.180	OBRAS DE ARTES, IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO NAS RODOVIAS DO ESTADO DO PIAUÍ	FO	4.4.90.51	00	150.000,00
46101.26782201.180	OBRAS DE ARTES, IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO NAS RODOVIAS DO ESTADO DO PIAUÍ	FO	4.4.90.92	00	150.000,00
49101.06182091.173	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.30	00	4.900,00
49101.06182091.173	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.36	00	9.900,00
49101.06182091.173	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.39	00	4.900,00
49101.06182091.185	ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO E O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM REGIÕES SUSCETÍVEIS A SECAS	FO	3.3.90.30	00	4.900,00
49101.06182091.185	ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO E O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM REGIÕES SUSCETÍVEIS A SECAS	FO	3.3.90.33	00	4.900,00
49101.06182091.185	ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO E O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM REGIÕES SUSCETÍVEIS A SECAS	FO	3.3.90.39	00	4.000,00

Diário Oficial

32



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

49101.06182091.185	ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA IMPLANTACAO E O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HIDRÍCOS EM REGIÕES SUSCETÍVEIS A SECAS	FO	4.4.90.51	00	99.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.40.41	00	4.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.50.41	00	4.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.30	00	6.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.32	00	39.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.33	00	4.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.36	00	9.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.37	00	54.101,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.39	00	183.800,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.47	00	34.800,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	3.3.90.93	00	14.000,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.40.41	00	9.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.50.41	00	49.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.36	00	49.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.39	00	149.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.51	00	99.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.52	00	9.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.92	00	99.900,00
49101.06182091.191	POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL ORIENTADAS AOS TERRITÓRIOS COM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO DE DESASTRE	FO	4.4.90.93	00	9.900,00
49101.06182091.197	RESTABELECIMENTO DO ESTADO DE NORMALIDADE	FO	3.3.90.32	00	39.900,00
49101.06182091.197	RESTABELECIMENTO DO ESTADO DE NORMALIDADE	FO	3.3.90.33	00	2.900,00
49101.06182091.197	RESTABELECIMENTO DO ESTADO DE NORMALIDADE	FO	4.4.90.51	00	99.900,00
49101.06182092.097	FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.30	00	2.900,00
49101.06182092.097	FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.33	00	2.900,00
49101.06182092.097	FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.36	00	4.500,00
49101.06182092.097	FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	FO	3.3.90.39	00	4.900,00
49101.06182092.097	FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	FO	4.4.90.51	00	4.900,00
49101.06182092.097	FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	FO	4.4.90.52	00	4.900,00
49101.06182211.152	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS POR ENCHENTES OU DESASTRES	FO	3.3.90.30	00	4.900,00
49101.06182211.152	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS POR ENCHENTES OU DESASTRES	FO	3.3.90.39	00	99.900,00
49101.06182211.152	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS POR ENCHENTES OU DESASTRES	FO	4.4.90.51	00	117.136,00
49101.06182211.193	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	3.3.90.30	00	4.900,00
49101.06182211.193	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	FO	3.3.90.36	00	2.900,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	3.3.90.30	00	4.900,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	3.3.90.33	00	4.900,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	3.3.90.92	00	900,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	3.3.90.93	00	9.900,00
49101.06182211.195	OBRAS ESTRUTURANTES CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS	FO	4.4.90.52	00	9.900,00
TOTAL					12.079.954,00



O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DECRETO DE 28 DE ABRIL DE 2016

no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Ofício GDPG nº 034/2016, datado de 25 de janeiro de 2016, da Defensoria Pública do Estado do Piauí e demais documentos que constam no Processo AP.010.1.000629/16-50,

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando o contido no Processo AA.027.1.000496/16-91 e no OF. GAB. SEADPREV. Nº. 827/16, de 28 de março de 2016, da Secretaria de Administração e Previdência (AP.010.1.002261/16-87),

RESOLVE de acordo com o disposto no art. 33, inciso VII, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, declarar a vacância do cargo efetivo de Agente de Polícia de 1ª Classe, do servidor ALDELY FONTENELI DE SOUSA, Matrícula nº 194556-4, do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança Pública, com início a partir de 03 de fevereiro de 2016 e término em 03 de fevereiro de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DECRETOS DE 28 DE ABRIL DE 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando o contido no processo nº 0009708/2016, de 25 de fevereiro de 2016, da Secretaria da Educação, registrado sob o AP.010.1.002262/16-90,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 55, da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, combinado com o disposto no caput do art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, ZÉLIA MARIA CARVALHO E SILVA, do cargo efetivo de Professor SM - II, matrícula nº 084053-0, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, com efeitos retroativos à 25 de fevereiro de 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando o contido no processo nº 0046012/2015, de 16 de outubro de 2016, da Secretaria da Educação, registrado sob o AP.010.1.002736/16-80,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 55, da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, combinado com o disposto no caput do art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, DIANA DE ASSIS VASCONCELOS BARROS, do cargo efetivo de Professor SM - I, matrícula nº 143225-7, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, com efeitos retroativos à 06 de agosto de 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
DECRETO DE 28 DE ABRIL DE 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no Processo Nº 02984/16, de 08 de março de 2016, da Universidade Estadual do Piauí; no Processo AA.002.1.003620/16-64 e no OF. GAB. SEADPREV. Nº. 815/16, de 23 de março de 2016, da Secretaria de Administração e Previdência, registrado sob o AP.010.1.002267/16-33,

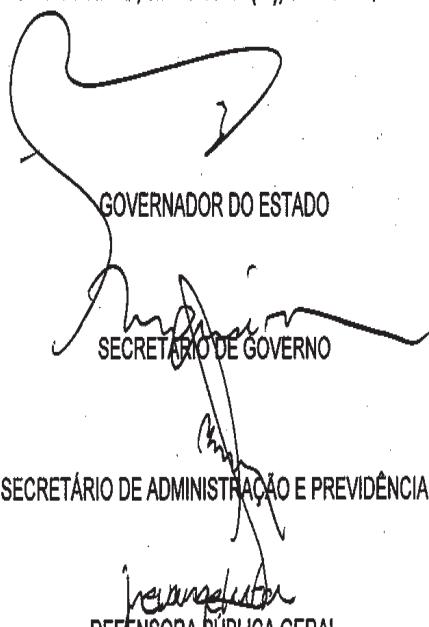
RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, CARLOS EDUARDO DE SOUSA LYRA, do cargo efetivo de Professor Adjunto Dedição Exclusiva/Professor Doutor, Classe Adjunto, Padrão I, Matrícula nº 268864-6, do quadro de pessoal da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/FUESPI, a partir de 08 de março de 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ
DECRETOS DE 29 DE ABRIL DE 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, RESOLVE

Nº ORDEM	CANDIDATO
124	ANTONIO CAETANO DE OLIVEIRA FILHO
125	ALEXANDRE CHRISTIAN DE JESUS NOLLETO
126	MARIA TERESA DE ALBUQUERQUE SOARES
128	KARLA ARAÚJO DE ANDRADE
130	ROOSEVELT FURTADO DE VASCONCELOS FILHO
132	CHRISTIANA GOMES MARTINS DE SOUSA

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 28 de Abril de 2016.


GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETARIO DE GOVERNO
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
DEFENSORA PÚBLICA GERAL

Diário Oficial

34



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

EXONERAR, A PEDIDO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO MEDEIROS, do Cargo em Comissão, de Presidente, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **R E S O L V E**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

UANDA SARA AMORIM DE CASTRO, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Bancos de Dados e Informação, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

ORLANDO SANTOS DE MELO, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Análise de Inferência, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

ROSÂNGELA MARIA DA COSTA GOMES, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Pesquisa de Campo, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

ROSA EDITE DA SILVEIRA ROCHA, do Cargo em Comissão, de Gerente de Estatística e Informação, símbolo DAS-3, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

ELIAS ALVES BARBOSA, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade de Estatística, Informação e Pesquisa, símbolo DAS-4, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

NADYA SANTOS CAVALCANTE, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Políticas Sociais, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

EVALDO GONÇALVES LIMA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Estudos Sócio-Econômico e Pesquisa, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

LIEGE DE SOUZA MOURA, do Cargo em Comissão, de Diretor de Unidade de Estudos Econômicos, Projetos e Índices Sociais, símbolo DAS-4, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

MARIA SALOME DA SILVA NETA, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Controle Interno, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

MARIA DO MONTE SERRATE CUNHA, do Cargo em Comissão, de Gerente Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

ROSARIO DE FATIMA FERREIRA BACELAR, do Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

ERIKA LARISSA LOPES DE MENDONÇA, do Cargo em Comissão, de Coordenador da Comissão de Licitação, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

MARIA EGIDIA SOARES ANDRADE, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico I, símbolo DAS-2, da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, com efeitos a partir de 29 de Abril de 2016.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

DECRETOS DE 21 DE ABRIL DE 2016

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXI e XXIV do Art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Ofício nº 241/2016-GCG, de 19/04/16 da Polícia Militar do Piauí,

RESOLVE, de conformidade com o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.475, de 09 de março de 2016, outorgar a **MEDALHA DO MéRITO OPERACIONAL "CORONEL PM FRANCISCO PRADO AGUIAR"**, às autoridades Policiais abaixo nominadas, pelos seus méritos pessoais, dedicação ao trabalho operacional, relacionamento com o público interno e externo e o destaque operacional individual, contribuindo de maneira excepcional, para a melhoria do conceito da Corporação no seio da comunidade:

POLICIAIS MILITARES DA PMP	
NOME	
1	ILMO. SR. CORONEL PM FRANCISCO PRADO AGUIAR - IN MEMORIAM
2	ILMO. SR. CAPITÃO PM PAULO SILAS BARROS DE BRITO - 2º CIPM - PROMORAR
3	ILMO. SR. 3º SARGENTO PM ZACARIAS GOMES DE SOUSA - 11º BPM - SÃO RAIMUNDO NONATO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXI, do Art. 102, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Ofício nº 241/2016-GCG, de 19/04/16 do Comandante Geral da Polícia Militar do Piauí,

RESOLVE, de conformidade com o disposto nos arts. 1º e 16, do Regulamento de Medalha de Tempo de Serviço, aprovado pelo Decreto nº 6.333, de 29 de Junho de 1985, outorgar a **MEDALHA DE TEMPO DE SERVIÇO**, na **CATEGORIA OURO (TRINTA ANOS DE SERVIÇO), PRATA (VINTE ANOS DE SERVIÇO) e BRONZE (DEZ ANOS DE SERVIÇO)** aos policiais militares abaixo relacionados:

MEDALHA DE OURO - 30 ANOS				
Nº	POSTO/GRAD	IDENTIDADE	NOME	OPM
1	CEL PM	100995333-0	LIZANDRO HONÓRIO DA SILVA	COMANDO GERAL
2	TEN CEL PM	10.7560-86	WALBER NUNES LEITE	BPA
3	TEN CEL PM	10.7570-86	OSÉAS RODRIGUES MAGALHÃES	DITEL
4	TEN CEL PM	10.7562-86	RAIMUNDO RODRIGUES FERREIRA	1º BPM
5	TEN CEL PM	10.7568-86	ACELINO DA SILVA MENDES	DF
6	TEN CEL PM	101398827-3	ANTÔNIO DA SILVA RAMOS	DF
7	TEN CEL PM	10.7567-86	JOSUER SARAIVA E SILVA	GTAP
8	TEN CEL PM	101386793-9	EDVALDO SANTOS E SILVA	DEIP
9	TEN CEL PM	10.7569-86	ANTONIO ALBERTO MORAES DE MENEZES	COMANDO GERAL
10	TEN CEL PM	10.7563-86	RENATO ALVES VIEIRA	DIP
11	CAP PM	105018683-0	ALUÍZIO BATISTA DIAS	DAL
12	CAP PM	108192632-9	RAIMUNDO SOARES RUFINO	CFAP
13	CAP PM	10.1028-86	CÍCERO LOPES MENEZES	PM-4
14	1º TEN PM	10.7011-84	JEOVÁ MAGALHÃES MENDES	5ºCIPM
15	1º TEN PM	101347113-9	FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA DE MIRANDA	DP
16	1º TEN PM	10.7340-85	ROBERTO ALVES FEITOSA	3ºBPM
17	1º TEN PM	108382792-1	VICENTE PEREIRA DA SILVA	ASS. MILITAR ALEPI
18	2º TEN PM	105023893-8	MAURO SALES DE ARAÚJO	8ºBPM
19	2º TEN PM	10.7341-85	ANTONIO NETO DE SOUSA	3ºBPM
20	2º TEN PM	105080433-3	FRANCISCO CARLOS SILVA PEREIRA	2ºBPM
21	2º TEN PM	105087903-8	ANTÔNIO MARCOS DE CASTRO MONTEIRO	2ºBPM
22	2º TEN PM	10.7458-85	FRANCISCO PEREIRA LIMA	COMANDO GERAL
23	SUBTEN PM	10.7304-85	IVAN EMÍLIO RAMALHO	2ºCIA
24	SUBTEN PM	105168913-0	JOSÉ DE DEUS CARCARA FILHO	15ºBPM
25	SUBTEN PM	10.7226-85	ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA	ASS. MILITAR ALEPI

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

37

MEDALHA DE BRONZE - 10 ANOS				
Nº	POSTO/GRAD	IDENTIDADE	NOME	OPM
24	2º SGT PM	10.11147-94	FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS DE OLIVEIRA	2ºBPM
25	3º SGT PM	10.13061-05	MARIA DOMINGAS DOS SANTOS DA SILVA	3ºBPM
26	3º SGT PM	10.13258-05	JAMES AURÉLIO DA PAZ SENA	BPGDAS
27	3º SGT PM	10.13156-05	LUIIS SERGIO NUNES DE VASCONCELOS	BPGDAS
28	3º SGT PM	10.13026-05	ADRIANA CYBELLE FREITAS XAVIER CARVALHO	HPM
29	3º SGT PM	10.13095-05	CRISTINO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO	8ºBPM
30	3º SGT PM	10.13029-05	EDSON ANTONIO BEZERRA LIMA	ASSESSORIA SSP
31	3º SGT PM	10.13235.05	EZEQUIEL BARROS FEITOSA	ASSISTENCIA PMT
32	3º SGT PM	10.13195-05	FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA ARAÚJO	7ºBPM
33	3º SGT PM	10.13076-05	FRANCISCO WELLINGTON CARVALHO MASCARENHAS	DIP
34	3º SGT PM	10.13427-05	CARLOS ALBERTO FARIAJÚNIOR	DEIP
35	3º SGT PM	10.13096-05	FRANCISCA MONA-LÍSIA MENDES CAVALCANTE	CIPTRAN
36	3º SGT PM	10.1400443-4	CARLO CESAR RODRIGUES DE SOUSA	CC/QCG
37	3º SGT PM	10.8948-90	BENEDITO GOMES DE SOUSA OLIVEIRA	BPRE
38	3º SGT PM	10.11338-94	FRANCILENE MORAIS DE LIMA	BPRE
39	3º SGT PM	10.12479-00	MÁRCIO JOSÉ DA SILVA	CANIL
40	3º SGT PM	10.10279-92	ANTONIO MARCOS VIEIRA TORRES	BPGDAS
41	3º SGT PM	10.9365-91	JONENILDO SILVA DOS SANTOS	6ºBPM
42	3º SGT PM	10.13291-05	ALEX GOUVEIA DOS SANTOS	BOPE
43	3º SGT PM	10.13038-05	SAMMYR OLIVEIRA ROCHA	BOPE
44	3º SGT PM	10.13426-05	MILTON SOARES DA SILVA FILHO	BPRONE
45	CB PM	10.7876-86	JOÃO CONCÁLVES CARDOSO	1ºBPM
46	CB PM	10.10231-92	MARIA EUNICE DA SILVA	BPGDAS
47	CB PM	10.10401-92	ADONIAS SOUSA OLIVEIRA	CC/QCG
48	CB PM	10.13247-05	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS SANTOS	BGPDASS
49	CB PM	10.13280-05	JULIO DE PAULA SILVA	CPCOM
50	CB PM	10.13106-05	FRANCISCA EVANGÉLIA DE SOUSA	3ºBPM
51	CB PM	10.13115-05	BRISIANE MAIA BARBOSA	3ºBPM
52	CB PM	10.10672-93	JOSÉ WAGNER MACIEL DOS GOMES	5ºBPM

53	CB PM	10.12578-00	PAULA ADRIANA DE ARAUJO LIMA	HPM
54	CB PM	10.8575-89	RAIMUNDO NONATO PEREIRA SOARES	EIPMON
55	CB PM	109637-91	JOÃO DA SILVA	CC/QCG
56	CB PM	10.10368-92	MAURO ROCHA MARTINS	8ºBPM
57	CB PM	10.9682-91	TANIEL COSTA	ASSESSORIA SSP
58	CB PM	10.13423-05	HERMANNYLD FRAZÃO DE ARAUJO SEGUNDO	ASSESSORIA SSP
59	CB PM	105193353-7	JOSÉ CELSO DA SILVA PEREIRA	CIPTRAN
60	CB PM	10.13101-05	EFRAIN BEN-ÓRION ARAUJO SOARES	CIPE
61	CB PM	10.9396-91	JOSÉ SERAFIM DOS REIS FILHO	1º BPM
62	CB PM	105125453-8	JOÃO BATISTA SILVA	CIPTRUR
63	CB PM	10.10372-92	ONILDO MIRANDA DE OLIVEIRA	BPGDAS
64	CB PM	113184-05	FRANCISCO DE ASSIS LIMA JÚNIOR	ASS. MILITAR VICE-GOV.
65	CB PM	10.13157-05	CLEANE FERREIRA CAVALCANTE	4ºBPM
66	CB PM	10.10442-92	CLAUDIO ALVES DE OLIVEIRA	11ºBPM
67	CB PM	10.10818-93	FLORISVALDO NEVES DE LIMA	11ºBPM
68	CB PM	10.9280-91	CARLOS JUNIOR FERREIRA DA SILVA	14ºBPM
69	CB PM	101015644-4	VALDINAR DE SOUSA AMARO	2ºBPM
70	CB PM	10.9388-91	OSVALDO MARTINS DA MATA	9ºBPM
71	CB PM	105149843-4	CARLOS HENRIQUE MONTEIRO DOS SANTOS	BPA
72	CB PM	10.10619-93	ROGÉRIO KENNEDY SOUSA SILVA	COPOM
73	CB PM	1012447-00	JONBER VELOSO PONSECA DE AMORIM FURTADO	BPRONE
74	CB PM	10.9527-91	RAIMUNDO JOSÉ OLIVEIRA DE SALES	12ºBPM
75	CB PM	105195143-0	FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA FILHO	12ºBPM
76	CB PM	10.13146-05	HUMBERTO DE ARAUJO LIMA	12ºBPM
77	CB PM	10.13374-05	JAMES MORAIS	14ºBPM
78	CB PM	10.10898-93	RICARDO JOSÉ DA LUZ	GAMIL
79	CB PM	10.12562-00	ERLEUSA MARIA DE SOUSA	GAMIL
80	CB PM	107777-86	EDIMAR MACEDO DE MORAES	6ºBPM
81	CB PM	109932-91	FRANCISCO DAS CHAGAS MAGALHÃES DO NASCIMENTO	6ºBPM
82	CB PM	10.9626-91	ANTONIO SÉRGIO VIEIRA DOS SANTOS	CIPE
83	CB PM	10.10997-93	JOÃO BATISTA BRITO DA SILVA	CIPE
84	CB PM	10.13123-05	KELLY CRISTINA DE CASTRO PENHA	BOPE
85	CB PM	10.10314-92	ANTONIO DE JESUS DOS SANTOS	BPGDAS
86	CB PM	10.8532-89	REGINALDO SOUSA BARBOSA	15ºBPM
87	CB PM	105175833-0	JOSÉ DE RIBAMAR CHAVES FILHO	15ºBPM
88	CB PM	1013445-05	ANTONIO SILVESTRE VIEIRA DA SILVA	CPCOM

Diário Oficial

38



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

89	CB PM	10.12447-00	JOUBER DELANO FONSECA DE AMORIM FURTADO	BPRONE
90	CB PM	10.13045-05	EARLY CARNEIRO DE CARVALHO	BPRONE
91	SD PM	10.13364-05	MÁRCIO SANDRO PAIVA SOUSA	5ºBPM
92	SD PM	10.13385-05	ERIVAN RIBEIRO LIMA	HPM
93	SD PM	10.13437-05	VALÉRIA RODRIGUES FREITAS	CC/QCG
94	SD PM	10.13067-05	JOSELANE DE CARVALHO BORGES	ASSESSORIA SSP
95	SD PM	10.11279-9490	RONILSON LUSTOSA DOS REIS	7ºBPM
96	SD PM	10.13352-05	ANTONIO CARLOS DO O. DE SOUSA	7ºBPM
97	SD PM	10.13420-05	EMERSON CHARLES PEREIRA DO NASCIMENTO	CIPTUR
98	SD PM	10.12348-00	JOSÉ FRANCISCO BARBOSA MENDES	ASS. MILITAR VICE-GOV.
99	SD PM	10.12083-94	ODÁLIO INÁCIO DE ABREU	ASSESSORIA TCE
100	SD PM	10.13478-07	REGINALDO ANTONIO LEAL FILHO	4ºBPM
101	SD PM	10.11399-94	ANA CÉLIA PEREIRA DE SOUSA	HPM
102	SD PM	10.111815	FRANCISCO LUIZ SOARES BEZERRA	2ºCIPM
103	SD PM	10.11082-93	ROGÉRIO SIDNEY SILVA	9ºBPM
104	SD PM	10.12499-00	ERIC ARAUJO MARTINS SALES	9ºBPM
105	SD PM	10.12606-00	RAIDON ALVARENGA PORTELA	BPA
106	SD PM	10.13433-05	RENÉ COSTA DE CARVALHO	CC/QCG
107	SD PM	10.13738-05	BRENO NOGUEIRA AMARAL	GTAP
108	SD PM	10.13223-05	MARINA TEREZA SOARES CARVALHO	GAMIL
109	SD PM	10.12005-94	REGINALDO FÉLIX DA SILVA	GAMIL
110	SD PM	10.12478-00	CARLOS EUGÉNIO E SILVA	COMANDO GERAL
111	SD PM	10.12365-00	WELLINGTON GOMES XAVIER	CFAP
112	SD PM	10.112580-00	KERLLY MARA LUSTOSA DE OLIVEIRA	6ºBPM
113	SD PM	10.12607-00	ANDREA CARVALHO VIEIRA GOMES	6ºBPM
114	SD PM	10.12353-00	NILMAR MOURA LUZ	6ºBPM
115	SD PM	10.11278-94	PAULO ANTONIO LOBATO	7ºBPM
116	SD PM	10.12621-00	CARLOS DANIEL GOMES BARBOSA	BPRONE
117	SD PM	10.13459-04	MAGENOR DE MOURA LIMA	4ºBPM
118	SD PM	10.13076-05	SHIRLEY FEITOSA DA SILVA	1ºBPM
119	SD PM	10.11551-94	JOAREIS PEREIRA DO OLIVEIRA	3ºBPM
Nº	POSTO/GRAD	IDENTIDADE	NOME	OPM
120	SD PM	10.13335-05	CLEY ANDRESSON COSTA LEITE	CC/QCG
121	SD PM	10.13417-05	DÊNECLE PORTELA FREITAS	14ºBPM

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a publicação da Portaria abaixo:

Portaria: 036/2016

Data: 15 de abril de 2016.

Objeto:

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR Comissão Organizadora responsável pela realização do Fórum Estadual dos Secretários do Nordeste no Estado do Piauí

Art. 2º - A Comissão será composta pelos membros que seguem, estando a servidora **Francisco Dias S. Cavalcante** na função de Presidente da mesma.

1. Francisa Dias S. Cavalcante- **matrícula 291986-9**
2. Marcos Alberto Arruda de Figueiredo- **matrícula 288204-3**
3. Liz Elizabeth de Carvalho Meireles - **matrícula 288203-5**
4. Edna de Jesus Maciel - **matrícula 288206-0**
5. Maria Juraci Alves Câmara- **Matrícula 002760-0**
6. Carlos Alberto da Silva – **Matrícula 288184-5**

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação..

Cientifique-se,
Publique-se
Cumpra-se.

Francisco das Chagas Limma
Secretário do Desenvolvimento Rural

Of. 493



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
GABINETE DO SECRETARIO

EXTRATOS DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA SESAPI/GAB 576/2016, de 11 de abril de 2016.** Lotar a servidora **Francinalda Oliveira Santos**, Técnico em Enfermagem, Matrícula nº 220274-3, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para que a mesma preste seus serviços junto a Maternidade Dona Evangelina Rosa - MDER, na cidade de Teresina/PI.

• **PORTARIA SESAPI/GAB 577/2016, de 11 de abril de 2016.** Lotar a servidora **Elanny Francisca Brandão Sousa**, Enfermeira, Matrícula nº 299209-4, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, para que a mesma preste seus serviços junto a Diretoria de Unidade de Descentralização e Organização Hospitalar – DUOH/SEDE, na cidade de Teresina/PI.

• **PORTARIA SESAPI/GAB 578/2016, de 11 de abril de 2016.** Remover a servidora **Patrícia Régia Pereira dos Santos**, Farmacêutica, Matrícula nº 212810-1, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí - HEMOPI, para que a mesma preste seus serviços junto a Diretoria de Unidade de Assistência Farmacêutica – DUAF, na cidade de Teresina/PI.

• **PORTARIA SESAPI/GAB 579/2016, de 11 de abril de 2016.** Remover a servidora **Antonia Vanessa Pereira Sousa**, Técnica em Enfermagem, Matrícula nº 241656-5, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada na Unidade Integrada de Saúde do Mocambinho, para que a mesma preste seus serviços junto a Diretoria de Unidade de Vigilância e Atenção à Saúde – DUVAS, na cidade de Teresina/PI.

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

39

• PORTARIA SESAPI/GAB 580/2016, de 11 de abril de 2016. Remover o servidor **Gilson Araújo Sepúlvida**, Auxiliar de Serviços, Matrícula nº 208801-X, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotado no Hospital Regional Eustáquio Portela, no município de Valença/PI, para que o mesmo preste seus serviços junto a Hospital Regional Deolindo Couto, no município de Oeiras/PI.

• PORTARIA SESAPI/GAB 581/2016, de 11 de abril de 2016. Remover a servidora **Maria do Rosário da Silva Falconete**, Atendente em Enfermagem, Matrícula nº 036315-4, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada no Hospital Getúlio Vargas – HGV, para que a mesma preste seus serviços junto a Administração Central/HUT, na cidade de Teresina/PI.

• PORTARIA SESAPI/GAB 582/2016, de 11 de abril de 2016. Remover a servidora **Leonor Maria Rocha Gomes**, Técnica em Enfermagem, Matrícula nº 218859-7, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada na Administração Central/HUT, para que a mesma preste seus serviços junto ao Hospital Getúlio Vargas - HGV, na cidade de Teresina/PI.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 11 de abril de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí
Of. 874

EXTRATOS DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• **PORTARIA SESAPI/GAB 608/2016, de 13 de abril de 2016.** Autorizar a renovação da cessão da servidora **Maria Helenice Hipólito**, Técnico em Enfermagem, Matrícula nº 272431-6, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada no Hospital Regional Teresinha Nunes de Barros, no município de São João do Piauí, para que a mesma continue prestando seus serviços junto a Hospital Estadual Domingos Chaves, no município de Canto do Buriti/PI, até 31 de dezembro de 2016.

• **PORTARIA SESAPI/GAB 609/2016, de 13 de abril de 2016.** Remover o servidor **Francisco Gustavo Borborema Caminha**, Técnico em Enfermagem, Matrícula nº 209807-5, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotado na Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER, na cidade de Teresina/PI, para que o mesmo preste seus serviços junto a Hospital Regional Tibério Nunes, no município de Floriano/PI.

• **PORTARIA SESAPI/GAB 610/2016, de 13 de abril de 2016.** Remover a servidora **Maria Auricélia Cardoso de Moura**, Técnico em Enfermagem, Matrícula nº 269576-6, do quadro de pessoal desta Secretaria Estadual da Saúde, lotada no Hospital Regional Eustáquio Portela, no município de Valença/PI, para que a mesma preste seus serviços junto a Hospital Regional Justino Luz, no município de Picos/PI.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, 13 de abril de 2016.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 903



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

PORTARIA N° 010/16 – GAB SETRE.

A SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SETRE, por seu Secretário de Estado, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, o Servidor JOSÉ CÂNDIDO FILHO, matrícula 008185-0, como fiscal para a execução dos Contratos, abaixo discriminados, celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE:

- Contrato nº 17/2016 – ARAUJO BORGES TURISMO LTDA – EPP;
- Contrato nº 18/2016 – L.A.P CARVALHO – ME; e
- Contrato nº 70/2016 – EMPRESA BRASILEIRA TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S/A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016

GESIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA
Secretário

PORTARIA N° 011/16 – GAB SETRE.

A SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SETRE, por seu Secretário de Estado, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a Servidora ROSALENA MARIA DE MEDEIROS FERREIRA, matrícula nº 005763-X, como fiscal para a execução dos Contratos, abaixo discriminados, celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE:

- Contrato nº 003/2014 – CLARO S/A;
- Contrato nº 015/2016 – TROPICAL COMÉRCIO E SERVIÇOS;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016

GESIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA
Secretário

PORTARIA N° 012/16 – GAB SETRE.

A SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SETRE, por seu Secretário de Estado, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **RAUL CARVALHO ANCHIETA**, Coordenador de Entidades Executoras, matrícula nº 287364-8, como fiscal para a execução dos Contratos, abaixo discriminados, celebrados entre a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETRE:

- Contrato nº 001/2015 – COMERCIAL EQUIPLTDA;
- Contrato nº 007/2015 – INFORMÓVEIS DISTRIBUIDORA DEINFORMATICA E ESCRITÓRIO LTDA;
- Contrato nº 009/2015 – RICARDO LUIS ALMEIDA DE SOUSA – ME- INFOART INFORMATICA; e
- VIA PERSONAL TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016

GESIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA
Secretário

Diário Oficial

40

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

PORATARIA Nº 013/16 – GAB SETRE.

A SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SETRE, por seu Secretário de Estado, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **MÁRCIO KYLDARE PEQUENO SARAIVA**, Diretor Administrativo, matrícula nº 289268-5, como fiscal para a execução do **Contrato nº 008/2015**, celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE e a Empresa R.B PORTELA REGO & CIA LTDA-EPP;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016

GESSIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA
Secretário

PORATARIA Nº 014/16 – GAB SETRE.

A SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SETRE, por seu Secretário de Estado, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a Servidora MARIA DE FÁTIMA BARROS DE SOUSA, matrícula nº 008464-6, como fiscal para a execução dos Contratos, abaixo discriminados, celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE:

- Contrato nº 002/2015 – CR-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAIS;
- Contrato nº 003/2015 – L & PSERVIÇOS MECÂNICO LTDA-ME;
- Contrato nº 004/2015 – KSE ANSELMO-ME;
- Contrato nº 005/2015 – CR- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS; e
- Contrato nº 006/2015 – IRMÃOS SOUZA COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO LTDA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016

GESSIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA
Secretário

PORATARIA Nº 015/16 – GAB SETRE.

A SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SETRE, por seu Secretário de Estado, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido que o servidor **RAUL CARVALHO ANCHIETA**, Coordenador de Entidades Executoras, matrícula nº 287364-8, substituirá o servidor **CELSO LUIZ MACHADO DE ARAÚJO COSTA**, Coordenador de Pagamento desta SETRE, matrícula nº 008259-7, durante o período do seu afastamento;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura;

Art. 3º - Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de abril de 2016

GESSIVALDO ISAIAS DE CARVALHO SILVA
Secretário

Of. 130



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORATARIA UNAFIN Nº 022/2015

Teresina (PI), 18 de maio de 2015.

O DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto S/N de 05 de janeiro de 2015, DOE nº. 02, página nº. 02 e tendo em vista o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **MARIA DAS MERCÊS LEAL DA COSTA PÁDUA**, Gerente de Controle da Arrecadação - GECAD, Matrícula nº 91060-X, da Secretaria da Fazenda do Piauí, para em observância à legislação vigente, atuar como a Fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ/PI e o **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL - BANCOOB**, conforme discriminação abaixo:

I – Objeto: prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais.

II – Contrato nº 019/2015, assinado em 13 de maio de 2015.

Parágrafo único: Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, o fiscal de contrato deve proceder à fiscalização contratual, registrando no Sistema de Contratos da Secretaria da Fazenda do Piauí todas as ocorrências durante a vigência contratual.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar a prestação do serviço em desacordo com especificado no contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato acima citado.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

PORATARIA UNAFIN Nº 023/2015

Teresina (PI), 18 de maio de 2015.

O DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto S/N de 05 de janeiro de 2015, DOE nº. 02, página nº. 02 e tendo em vista o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **MARIA DAS MERCESES LEAL DA COSTA PÁDUA**, Gerente de Controle da Arrecadação - GECAD, Matrícula nº 91060-X, da Secretaria da Fazenda do Piauí, para em observância à legislação vigente, atuar como a Fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ/PI e o **BANCO BRADESCO S.A.**, conforme discriminação abaixo:

I – Objeto: prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais.

II – Contrato nº 018/2015, assinado em 13 de maio de 2015.

Parágrafo único: Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, o fiscal de contrato deve proceder à fiscalização contratual, registrando no Sistema de Contratos da Secretaria da Fazenda do Piauí todas as ocorrências durante a vigência contratual.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar a prestação do serviço em desacordo com especificado no contrato.

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

41

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato acima citado.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA

PORATARIA UNAFIN Nº 024/2015

Teresina (PI), 18 de maio de 2015.

O DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto S/N de 05 de janeiro de 2015, DOE nº. 02, página nº. 02 e tendo em vista o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **MARIA DAS MERCÊS LEAL DA COSTA PÁDUA**, Gerente de Controle da Arrecadação - GECAD, Matrícula nº 91060-X, da Secretaria da Fazenda do Piauí, para em observância à legislação vigente, atuar como a Fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria Estadual da Fazenda – **SEFAZ/PI** e o **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**, conforme discriminação abaixo:

I – Objeto: prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais.

II – Contrato nº 017/2015, assinado em 13 de maio de 2015.

Parágrafo único: Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, o fiscal de contrato deve proceder à fiscalização contratual, registrando no Sistema de Contratos da Secretaria da Fazenda do Piauí todas as ocorrências durante a vigência contratual.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar a prestação do serviço em desacordo com especificado no contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato acima citado.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA

PORATARIA UNAFIN Nº 025/2015

Teresina (PI), 18 de maio de 2015.

O DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto S/N de 05 de janeiro de 2015, DOE nº. 02, página nº. 02 e tendo em vista o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **MARIA DAS MERCÊS LEAL DA COSTA PÁDUA**, Gerente de Controle da Arrecadação - GECAD, Matrícula nº 91060-X, da Secretaria da Fazenda do Piauí, para em observância à legislação vigente, atuar como a Fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria Estadual da Fazenda – **SEFAZ/PI** e o

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., conforme discriminação abaixo:

I – Objeto: prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais.

II – Contrato nº 016/2015, assinado em 13 de maio de 2015.

Parágrafo único: Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, o fiscal de contrato deve proceder à fiscalização contratual, registrando no Sistema de Contratos da Secretaria da Fazenda do Piauí todas as ocorrências durante a vigência contratual.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar a prestação do serviço em desacordo com especificado no contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato acima citado.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA

PORATARIA UNAFIN Nº 026/2015

Teresina (PI), 18 de maio de 2015.

O DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto S/N de 05 de janeiro de 2015, DOE nº. 02, página nº. 02 e tendo em vista o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **MARIA DAS MERCÊS LEAL DA COSTA PÁDUA**, Gerente de Controle da Arrecadação - GECAD, Matrícula nº 91060-X, da Secretaria da Fazenda do Piauí, para em observância à legislação vigente, atuar como a Fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria Estadual da Fazenda – **SEFAZ/PI** e o **BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.**, conforme discriminação abaixo:

I – Objeto: prestação de serviços de arrecadação de tributos estaduais.

II – Contrato nº 015/2015, assinado em 13 de maio de 2015.

Parágrafo único: Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, o fiscal de contrato deve proceder à fiscalização contratual, registrando no Sistema de Contratos da Secretaria da Fazenda do Piauí todas as ocorrências durante a vigência contratual.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar a prestação do serviço em desacordo com especificado no contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do contrato acima citado.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Cristovam Colombo dos Santos Cruz
DIRETOR DA UNIDADE ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA

Of. 012

Diário Oficial

42

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAFAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTRARIA GSF Nº 123 /2016

Teresina (PI), 26 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade administrativa de realizar licitações na modalidade Pregão, do tipo presencial ou eletrônico, no âmbito desta Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, para aquisição de bens e serviços comuns, contemplados no Projeto PROFISCO BID, a serem custeados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sem prejuízo da realização de contratações através da utilização do Sistema de Registro de Preços do Estado do Piauí e de outros Estados ou das modalidades convencionais de licitação:

RESOLVE:

1. DESIGNAR para atuar como Pregoeira nas licitações na modalidade Pregão realizadas no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí e para compor a equipe de apoio, os servidores abaixo:

I Pregoeira: **DALVA LEAL SOARES TOURINHO**
Matrícula nº 159.813-9
Suplente: **LYAKAROLINE FEITOSA GONÇALVES**
Matrícula nº 142.956-6

II Membros da Equipe de Apoio:

MARIA ESTER REBELO
Matrícula nº 142.961-2
Suplente: **NILSON DA SILVA LOPES**
Matrícula nº 002.981-5
ELIETE RIBEIRO DE ANDRADE
Matrícula nº 000.656
Suplente: **PAULO SÉRGIO PATRÍCIO DE LIMA**
Matrícula: nº 003.093-7

São atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio:

I Credenciamento de interessados, afeto à verificação de documentos comprobatórios da existência de poderes para a prática dos atos inerentes ao certame, em especial, para a formulação de propostas e de lances;

II Re却imento de envelopes de propostas e de documentos habilitados;

III Abertura de envelopes contendo as propostas de preços, análise de sua aceitabilidade e sua consequente classificação;

IV Condução dos procedimentos afetos aos lances apresentados;

V Negociação do preço visando sua redução;

VI Julgamento da habilitação dos licitantes

VII Adjudicação do objeto ao vencedor;

VIII Elaboração da respectiva ata;

IX Re却imento de recursos e o seu encaminhamento à autoridade superior competente devidamente instruído.

Esta Portaria vigorará até o final da execução do Projeto PRODAF/BID/PI no âmbito desta SEFAZ, a contar da data de sua publicação.

Comunique-se
Publique-se
Cumpra-se

RAFAEL TAJRA FONTELES
SECRETÁRIO DAFAZENDA

PORTRARIA GSF Nº 124 /2016

Teresina (PI), 26 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir uma Comissão Especial de Licitação que ficará responsável pela realização de processos licitatórios, visando a aquisição de bens e contratação de serviços contemplados no Projeto PROFISCO BID, a serem custeados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

RESOLVE:

1. DESIGNAR os membros que constituirão a Comissão Especial de Licitação da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, responsável pela condução dos processos licitatórios contemplados no Projeto PROFISCO-BID, formada pelos servidores abaixo relacionados:

I - Presidente: **DALVA LEAL SOARES TOURINHO**
Matrícula nº 159.813-9
Suplente: **LYAKAROLINE FEITOSA GONÇALVES**
Matrícula nº 142.956-6

II - Secretária: **MARIA ESTER REBELO**
Matrícula nº 142.961-2
Suplente: **NILSON DA SILVA LOPES**
Matrícula nº 002.981-5

III - Membro: **ELIETE RIBEIRO DE ANDRADE**
Matrícula nº 000.656
Suplente: **PAULO SÉRGIO PATRÍCIO DE LIMA**
Matrícula: nº 003.093-7

2. A Comissão Especial praticará os atos inerentes à condução dos processos licitatórios dessa SEFAZ incluídos no Projeto PROFISCO BID, até a fase de julgamento das propostas e poderá receber, reconsiderar ou fazer subir recurso administrativo devidamente instruído, praticando com independência todos os procedimentos relativos às funções por esta Portaria delegadas.

Esta Portaria vigorará até o final da execução do mencionado projeto, a contar da data de sua publicação.

Comunique-se
Publique-se
Cumpra-se

RAFAEL TAJRA FONTELES
SECRETÁRIO DAFAZENDA

Of. 163

PORTRARIA GSF Nº 125 /2016

Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, o servidor RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 043.484-1, do Posto Fiscal Primavera, para o Posto Fiscal Bom Jardim – ambos da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - UNITRAN.

Cientifique-se, Cumpra-se, Publica-se.

Rafael TajraFonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

43

PORATARIA GSF Nº 126/2016. Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, o servidor CÍCERO ALVES FEITOSA, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 042.851-5, do Posto Fiscal Primavera, para o Posto Fiscal Bom Jardim – ambos da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - UNITRAN.

Cientifique-se, Cumpra-se, Publica-se.

Rafael TajraFonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

PORATARIA GSF Nº 127/2016. Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, o servidor FRANCISCO BARROSO DE AMORIM, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 043.289-0, do Posto Fiscal Primavera, para o Posto Fiscal Bom Jardim – ambos da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - UNITRAN.

Cientifique-se, Cumpra-se, Publica-se.

Rafael TajraFonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

PORATARIA GSF Nº 128/2016. Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora MARIA DE LOURDES SOUSA NASCIMENTO, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 002.772-3, para exercer função de Supervisor IV, de Posto Fiscal Nível “B”, Símbolo DAI-7, da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - UNITRAN.

Cientifique-se, Cumpra-se, Publica-se.

Rafael TajraFonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA

PORATARIA GSF Nº 129/2016. Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, o servidor EXPEDITO JOSÉ DA SILVA FERRAZ, Técnico da Fazenda Estadual, matrícula 044.841-9, do Posto Fiscal Primavera, para o Posto Fiscal Bom Jardim – ambos da Gerência de Controle de Mercadorias em Trânsito – GTRAN, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - UNITRAN.

Cientifique-se, Cumpra-se, Publica-se.

Rafael TajraFonteles
SECRETÁRIO DE FAZENDA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Portaria GSE Nº. 0498/2016

Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
0346	CAMPO MAIOR	UNID. ESC. PATRONATO NOSSA S. DE LOURDES	CESSAR PORT.0524/11 E DESIG. COORD. PEDAGÓGICA	DIVINA M. DE SOUSA COSTA	081.841-X
0444	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	UNID. ESC. DR. JOSÉ RIBAMAR LOPES	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ROSÉLIA GALVÃO PEREIRA	081.288-9
0445	SÃO MIGUEL DO TAPIUÓ	UNID. ESC. DONA ROSAURA MUNIZ	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	MARIA DEURENE B. CAVALCANTE	100.432-8
0446	JUAZEIRO DO PIAUÍ	UNID. ESC. JOSÉ ALVES DE M. FILHO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICO	ALBERTO NONATO ANDRADE	279.534-5
0447	CASTELO DO PIAUÍ	UNID. ESC. FRANCISCO S. MARTINS	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	MARIA IVANILDES DE S. CARDOSO	083.869-1
0448	CASTELO DO PIAUÍ	UNID. ESC. EULINA CAMPOS	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	IDALA SOARES MOREIRA	142.587-X
0453	COLONIA DO GURJÉIA	UNID. ESC. AGOSTINHO REIS	CESSAR PORT.0550/07 E DESIG. SECRETÁRIO	ALEXANDRE DE ALMEIDA TOBLER	066.021-3
0462	JOAQUIM PIRES	2º GRE	DESIGNAR SUPERV. DE ENSINO	LÉDA MARIA CORREIA DE M. SILVA	246.976.723-72
0463	CRISTINO CASTRO	UNID. ESC. JOAQUIM PIRES	CESSAR PORT.0034/16 E DESIG. DIR. ADJUNTO	JESUALDO CAMPOS PEREIRA	301.382-X
0464	INHUMA	UNID. ESC. MANOEL F. BARBOSA DE MACEDO	CESSAR PORT.2750/15 E DESIG. SECRETÁRIA	LUCIMAR GONÇALVES FILHO	247.162.783-87
0478	TERESINA	UNID. ESC. SOARES LIMA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ELIZAMA PESSOA VELOSO RODRIGUES	093.865-3
0479	MASSAPÉ DO PIAUÍ	UNID. ESC. RAFAEL MANOEL DA COSTA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	MAGNOLIA ARCANHA DA COSTA	843.322.393-34
0481	CABECEIRAS DO PIAUÍ	UNID. ESC. VENÂNCIA LAGES VELOSO	DESIGNAR DIR. ADJUNTA	LEIANE MARIA EVANA DE MELO	179.053-6
0482	PAULISTANA	CEEP – LUCINETE SANTANA DA SILVA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ISLANDIA DE SOUSA TEIXEIRA	234.457-2
0483	PAULISTANA	CEEP – LUCINETE SANTANA DA SILVA	CESSAR PORT.3006/15 E DESIG. DIR. ADJUNTO	ODINEY BRITO DE SOUSA	293.678-0
0485	JOSÉ DE FREITAS	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INT. FERNANDO FREITAS	DESIGNAR DIR. ADJUNTO	SILVIO CESAR SARAYA DOS R. E SILVA	114.697-1
0486	PAULISTANA	17º GRE	DESIGNAR SUPERV. DE MOV. FINANCEIRA	ALDO CESAR NASCIMENTO QUIXADA	156.771-3
0487	PAULISTANA	4º GRE	DESIGNAR SECRETÁRIA	MARIA DOS HUMILDES DE SOUSA	004.798.363-96

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE,
GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

Rejane Ribeiro Sousa Dias
Secretária de Estado da Educação

Diário Oficial

44

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

Portaria GSE Nº. 0499/2016

Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
0367	TERESINA	UNID.ESC. HELISOBRAL	CESSAR PORT.0698/2015 E DESIG. DIR. ADJUNTA	GLAUCIA MARIA BARROS	073.028-9
0382	CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	UNID. ESC. FRANCIVAL R. DO NASCIMENTO	CESSAR PORT.0973/15 E DESIG. DIRETOR	FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO DA SILVA	961.291.233-53
0409	BENEDITINOS	GINÁSIO EST. LUIS ALVES DE ALMEIDA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	FRANCISCO JOSIMAR A. DOS SANTOS	284.025-1
0410	MONSENHOR GIL	UNID. ESC. R.DO. PESSOA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ANTONIA MARIA R. CHAVES	103.479-X
0411	MONSENHOR GIL	UNID. ESC. DR. NORONHA FILHO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICO	ROBSON BARRADAS DE SOUSA	171.017-6
0412	LAGOA ALEGRE	UNID. ESC. ELON MACHADO MOTA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	FRANCISCO F. DE CARVALHO	083.609-5
0488	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	CENTRO EST. DE EDUC. DE TEMPO INT. SEN. JOSÉ CANDIDO FERRAZ	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	SAMANDA BORGES DA SILVA	278833-X
0490	PIRIPIRI	3º GRE	DESIGNAR SUPERV. DE EJA	LILANNY DE ALMEIDA FURTADOPESSOA	394.851.453-49
0492	BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	UNID. ESC. PROF. ANTONIO DOS REIS E SILVA	DESIGNAR SECRETÁRIA	SANDRA MARIA PEREIRA NUNES	921.613.673-15
0495	TERESINA	UNID. ESC. SOARES LIMA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ARTENIA MARIA DE SOUSA SÁ SEVERO	115.673-0
0502	TERESINA	UNID. ESC. MARTINS NAPOLEÃO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	VALÉRIA THAYSE NUNES L. SOARES	114.773-X
0503	TERESINA	1º GRE	DESIGNAR SUPERV. DE EJA	RENEGILDA GISELE DE SOUSA N. SOARES	143.235-4
0507	PEDRO II	CENTRO DE EDUC. PROFISSIONAL PROF. ANGELINA M. BRAGA	DESIGNAR DIRETOR	ALAN SILVA FERREIRA	301.494-X
0508	FRONTEIRAS	1º GRE	DESIGNAR SUPERV. DE EJA	VALDENIA MARIA BEZERRA F. RIBEIRO	074.940-X
0510	PIRIPIRI	UNID. ESC. BAURÉLIO MANGABEIRA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICO	MARCOS AURELIO SOUSA GOMES	230.440-6
0513	SÃO RDO. NONATO	UNID. ESC. EDITH NOBRE DE CASTRO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	LUCILE DE SANTANA RIBEIRO	083.571-4
0514	DOM INOCÉNCI	UNID. ESC. DOM INOCÉNCI	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	MAIZA DE OLIVEIRA DAMASCENO	265.137-8
0515	ANÍSIO DE ABREU	CEMJA – LETÍCIA MACEDO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ROSA LUZIA R. DA SILVA	142.080-1

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE,

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

Rejane Ribeiro Sousa Dias

Secretaria de Estado da Educação

Portaria GSE Nº. 0500/2016

Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem função gratificada nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, pertencente às Gerências Regionais de Educação – GRE's, bem como na sede desta Secretaria.

Nº PORT	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
0515	ANÍSIO DE ABREU	CEMJA – LETÍCIA MACEDO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ROSA LUZIA RIBEIRO DA SILVA	142.080-1
0516	ANÍSIO DE ABREU	CEMJA – LETÍCIA MACEDO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	SAMARA DA ROCHA SOARES	171.411-2
0517	FARTURA DO PIAUÍ	UNID. ESC. AREOLINO F. BRAGA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ALICE GALVÃO DOS SANTOS SOARES	103.766-8
0518	SÃO RDO. NONATO	UNID. ESC. PROF. DEOLINDO LIMA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	LUIZA GOMES DE MIRANDA PÃES LANDIM	106.389-8
0519	BONFIM DO PIAUÍ	UNID. ESC. GASPARINO FERREIRA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICO	RENAN DA COSTA PAES LANDIM	232.488-1
0520	JUREMA	UNID. ESC. ENSINO MÉDIO DE JUREMA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	MARLENE DA SILVA MIRANDA	106.382-X
0521	SÃO RDO. NONATO	UNID. ESC. PROF. JOSE LEANDRO DEUSDÉR	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	JOANA OLIVEIRA GOMES DIAS	083.592-7
0522	DOM INOCÉNCI	UNID. ESC. M. DE O. RODRIGUES	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	LAERTE DA COSTA SANTOS	293.323-3
0523	SÃO BRAZ DO PIAUÍ	UNID. ESC. FRANCISCO ANTONIO DA SILVA	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICO	MONICA RIBEIRO DOS SANTOS	063.658-4
0524	PIRIPIRI	CEEP- GERCILIO DE CASTRO MACEDO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	MÁRCIA CAFÉ DA SILVA	083.585-4
0525	DIRCEU ARCOVERDE	UNID. ESC. DR. BARROSO	DESIGNAR COORD. PEDAGÓGICA	ELSON ALVES DANIEL	231.044-9
0526	BARRAS	CEMJA – GERVÁSIO COSTA	CESSAR PORT.0382/15 E DESIG. DIRETOR	ELISAMA MOURA DA SILVA	110.525-6
0527	TERESINA	4º GRE	DESIGNAR SUPERV. FINANCEIRA	JOSÉ KELLY SANTOS I. ALBUQUERQUE	301.485-1
0528	ITAINÓPOLIS	UNID. ESC. MARIANO BORGES LEAL	CESSAR PORT.1540/15 E DESIG. DIRETOR		

II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE,

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 11 de abril de 2016.

Rejane Ribeiro Sousa Dias

Secretaria de Estado da Educação

Portaria GSE/ADM Nº 0154/2016

Teresina (PI), 25 de abril de 2016

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I Cessar os efeitos do item II da Portaria GSE/ADM Nº 0160/2015, de 29.04.2015, que designa **Geuselia Gonçalves de Moura Cavalcante** matrícula nº 103.937-7, CPF nº 339.926.813-00 para exercer a função de Coordenadora Geral do Programa Nacional de Inclusão de Jovens PROJOVEM URBANO no Estado do Piauí.

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

45

II A presente portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 25 de abril de 2016.

Rejane Ribeiro Sousa Dias
Secretária Estadual de Educação

Portaria GSE/ADM Nº0155/2016

Teresina (PI), 25 de abril de 2016

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I Designar **ALLAN KARDEK NUNES OLIVEIRA** CPF nº 590.116.883-68, para exercer, interinamente, a função de Coordenador Geral do Programa Nacional de Inclusão de Jovens PROJOVEM URBANO no Estado do Piauí.

II A presente portaria entra em vigor nesta data, **revogadas as disposições em contrário**.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina (PI), 25 de abril de 2016.

Rejane Ribeiro Sousa Dias
Secretária Estadual de Educação

Of. 082



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL

PROVIMENTO Nº 001/2016

Recomenda aos Defensores Públicos do Piauí observarem normas regulamentares editadas pelo Conselho Superior da Instituição.

O CORREGEDOR GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete a Corregedoria Geral a orientação e a fiscalização das atividades dos Defensores Públicos,

CONSIDERANDO que é dever do Defensor Público observar as normas legais e regulamentares estabelecidas pelos órgãos superiores da Instituição,

CONSIDERANDO que, extraoficialmente, a Corregedoria Geral tem conhecimento de que Defensores Públicos de 1º Grau continuam fazendo uso do § 4º do art. 600 do Código de Processo Penal,

RESOLVE:

Art. 1º. **RECOMENDAR** aos senhores e senhoras Defensores Públicos do Piauí, com atuação em processo criminal, que observem a RESOLUÇÃO Nº 058/2016, editada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Piauí, datada de 26 de fevereiro de 2016 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 60, pág. 08, de 31 de março de 2016.

Art. 2º. Este provimento entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Corregedoria Geral da DPE, em Teresina – Piauí, 27 de abril de 2016.

JOSÉ WELIGTON DE ANDRADE
CORREGEDOR GERAL

Of. 003



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
QUARTEL DO COMANDO GERAL



PORTARIA Nº 009/2016 DE / CBMEPI

Designação de Comissão para proceder a matrícula institucional de aluno no Curso de Formação de Soldados BM (CFSD BM/2016).

O DIRETOR DE ENSINO E INSTRUÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Portaria Nº 034/16 GAB. CMDO-GERAL/CBMEPI, datada do dia 20/04/2016, **RESOLVE:**

Art. 1º - **DESIGNAR** a Comissão abaixo relacionada para proceder a matrícula institucional do candidato **VALÉRIANA VANESSA CABRAL SOARES**, RG 2.827.551 SSP/PI, aprovado no Concurso Público no Curso de Formação de Soldados BM (CFSD BM/2014), em virtude do desligamento da Aluna **EVELYN MARIANE OLIVEIRA FERREIRA**, RG 2.809.854 SSP/PI, CPF 029.543.223-30, pela sua INABILITAÇÃO em Exame de Aptidão Física do Concurso Público do Corpo de Bombeiros Militar do Piauí, de acordo com a DECISÃO da 2ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Piauí:

- 1º Ten. QCOBM (GIP 10/11732) **José ERISMAN de Sousa** Presidente;
- ST QPBM (GIP 10/11784) **Luis de Moraes NUNES** Membro;
- ST QPBM (GIP 10/11886) **SILVESTRE Pereira da Silva Neto** Membro;
- Sd QPBM (2.506.506 SSP-PI) **MARCOS AUGUSTO Lima Soares** - Membro.

Art. 2º - **DETERMINAR** que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Teresina-PI, 20 de abril de 2016.

DEMETRIUS RODRIGUES DO RÉGO TC BM
Diretor de Ensino e Instrução/CBMEPI

Of. 146



Governo do Estado do Piauí
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí
Vinculado à SDR

PORTARIA GAB. DIGER/053 /2016

O Diretor Geral do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER-PI, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 11º, inciso IV do Regimento Interno do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER-PI,

Considerando solicitação de Licença para tratar de interesses particulares pelo período de 02(dois) anos do servidor **Josué Cardoso de Abreu** ocupante do cargo de Extensionista Rural II NM e;

Considerando o disposto no artigo 94 da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

Artigo 1º -Conceder Licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 02(dois) anos, consecutivos, sem remuneração ao servidor desta Autarquia, **Josué Cardoso de Abreu**, Extensionista Rural II NM, matrícula nº 211764-9, a partir de 02 de maio de 2016.

Artigo 2º -A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Teresina 19 de abril de 2016.

Marcos Vinicius do Amaral Oliveira
Diretor Geral

Of. 299

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que celebra o convênio abaixo:

Convênio nº: 001/2016/SDR

Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Convenente: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí.

Objeto:

A SECRETARIADO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instituição Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Convênio referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE**:

- O presente Convênio tem por objeto a Construção de matadouro Público no município de Bela Vista do Piauí-PI, de acordo com o plano de trabalho devidamente aprovado.
- Os recursos financeiros para a execução deste Convênio totalizam **R\$ 236.867,90** (duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos);
- Unidade orçamentária: 150101
- Programa: 2060223
- Projeto / Atividade: 1280
- Natureza da Despesa: 444041
- Fonte de Recurso: 00

Participantes: Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Piauí.

Vigência: 31/12/2016

Of. 500

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Secretário do Desenvolvimento Rural - SDR, no uso de suas atribuições legais, torna público que prorrogou a vigência por meio do **Termo Aditivo nº 05**, a vigência do Contrato abaixo:

Contrato nº: 018/2013.

Contratante: Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR.

Contratada: Prefeitura Municipal de Landri Sales-PI

Objeto:

A SECRETARIADO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, consoante aos dispositivos legais indicados na **Instituição Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001/209, publicado no D.O.E. de 11/12/2009 e Cláusula do Contrato referenciado acima** e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão, **RESOLVE**:

- Prorrogar a vigência original do Convênio acima, tendo em vista ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por 180 dias, passando o término da vigência para o dia 17/11/2016, quando deverá ser encaminhada a respectiva prestação de contas a este Órgão.
- **Participantes:** Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR e a Prefeitura Municipal de Landri Sales

Vigência: 17/11/2016.

Of. 490



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 12/2015/SETUR-PI

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 12/2015/SETUR-PI, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ E A FEDERAÇÃO DE CICLISMO DO PIAUÍ: NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTE:

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da SECRETÁRIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - SETUR, com sede e foro em Teresina/PI, estabelecida à Avenida Antônio Freire, 1473 - Ed. Dª Antonieta Araújo, 2º Andar- Centro, CEP 64.001-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.783.132/0001-49, neste ato representado pelo Senhor Secretário, FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Senador Cândido Ferraz Ed. Palazzo, Bairro Jóquei, portador da carteira de identidade nº 1.712.191 SSP-PI e CPF: 651.754.843-20 doravante denominado de CONCEDENTE, e de outro lado, a FEDERAÇÃO DE CICLISMO DO PIAUÍ, doravante denominada CONVENENTE, com sede e foro na cidade de Teresina - PI, estabelecida à Av. Alameda Parnaíba, 444, Matinha, 64003-200, inscrita no CNPJ sob o nº 07.159.399/0001-05, neste ato representado por seu sócio administrador, o Sr. GEORGE AUGUSTO A. RODRIGUES, presidente, brasileiro, RG 1.380.519-PI, CPF 685.607.963-04, residente e domiciliada na Rua Noé Fortes, 1910, Ininga, Teresina - PI, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, regido pelo disposto na Lei 8.883/94.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da “CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS” do Termo de Convênio nº 12/2015/SETUR-PI, referentes à classificação orçamentária, que passará a ter o seguinte texto:

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Por força deste Termo Aditivo os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio totalizam **R\$ 20.000,00** (Vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

I - Recursos do CONCEDENTE: R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), que correrão à conta de dotação consignada no Orçamento do Estado, tendo a seguir a classificação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 47101

Programação Orçamentária: 2369516

Projeto/Atividade: 2.324

Elemento de Despesa: 3.3.50.92

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 00

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

47

CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas todas as Cláusulas e condições do Convênio nº 12/2015/SETUR-PIAUÍ, que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA PUBLICAÇÃO

A validade deste Termo Aditivo decorrerá de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Piauí, que será providenciado pela SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - SETUR, observando o disposto no Parágrafo único do art.61, da Lei nº8.666/93, alterada pela Lei nº8.883/94.

E por estarem assim, justas e acordadas, assinam as partes o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor, para um, só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Teresina - PI, 18 de abril de 2016.

Pelo SECRETÁRIO DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - SETUR:

Flávio Rodrigues Nogueira Junior
Secretário de Turismo

Pela FEDERAÇÃO DE CICLISMO DO PIAUÍ

George Augusto A. Rodrigues
Presidente

Testemunha 1: Rodrigo Borges Moreira RG/CPF: 1865957

Testemunha 2: Geovane Oliveira de Miranda RG/CPF: 1499952-81

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTA DO CONTRATO N° 20/2015/SEADPREV

OBJETO: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pela SEMAR relativo ao pagamento das parcelas vencidas, no valor mensal de R\$ 74.410,65 (setenta e quatro mil quatrocentos e dez reais e sessenta e cinco centavos). O período referente ao presente ajuste do mês de Abril de 2016.

CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS SEMAR

CONTRATADA: MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA.

SIGNATARIOS: Luiz Henrique Sousa de Carvalho-Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí e Hercílio de Jesus Martins Rodrigues Representante da empresa Contratada.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE DE CONTA DO CONTRATO N° 9-B/2015

OBJETO: O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pela SEMAR relativo ao pagamento das parcelas em atraso, no valor mensal de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

O período referente ao presente ajuste do mês de Abril de 2016.

CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS SEMAR-PI

CONTRATADA: EMPRESA CAMILA ESTACIONAMENTO.

SIGNATARIOS: Luiz Henrique Sousa de Carvalho-Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí e Camila Melo de Resende Representante da empresa Contratada

Of. 274



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 30/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO AA.002.1.014528/15-70
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

CONTRATADA: MUTUAL LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

OBJETO: ADESÃO A ATADE REGISTRO DE PREÇOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA N° 016/2015 ALEPI, DECORRENTE DO PREGAO ELETRONICO N° 011/2015, AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV.

VALOR MENSAL: R\$ 12.497,43 (DOZE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E QUATENTA E TRES CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2016

ASSINATURAS: FRANCISCO JOSE ALVES DA SILVA (CONTRATANTE) E HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES (CONTRATADA).

Of. 1376

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2016 - DL/SEADPREV/PI PROCESSO N° AA.002.1.001166/16-09 - DL/SLC/SEADPREV

Comunicamos que o pregão supra citado que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉRCEIRIZADOS DE NATUREZA CONTINUA, TIPO: Menor Preço, Adjudicação por item. Teve adiada a data de abertura das propostas, do dia **29/04/2016** para o dia **13/05/2016**, HORARIO: **09h00min** (horário de Brasília), face à necessidade de inserir informação para subsidiar a elaboração de propostas no Termo de Referência para os serviços.

INFORMAÇÕES: Avenida Pedro Freitas, s/n, 2º andar – Centro Administrativo - Bairro São Pedro, em Teresina – PI. Telefone: (86)3216-1726 Email: licitacao@sead.pi.gov.br, e-mail: suely.oliveira@sead.pi.gov.br

Suely Oliveira de Miranda
Pregoeiro - DL/SEADPREV

Pedro Ângelo Veras e Silva Ferreira
Diretor de Licitações - DL/SEADPREV

Francisco José Alves da Silva
Secretário de Estado da Administração e Previdência

Of. 017

Of. 1376

Diário Oficial

48



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

Extrato de prorrogação de prazo 2016

Referencia: Convênio Nº 39/2010- Processo: Nº 16.524/2010
Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura
Convenente: Município de Paquetá - PI
Objeto do Convênio: Pavimentação em Paralelepípedo de 2.009,00 m² nas vias públicas da zona urbana e 3.196,00 m² na zona rural, no município de Paquetá PI

Objeto do Aditamento: Prorrogação de ofício do prazo de vigência por mais **120 (cento e vinte) dias**, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 27/04/2016

Assina: Janainna Pinto Marques Secretária da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Referencia: Convênio Nº 43/2010- Processo: Nº 16.971/2009
Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura
Convenente: Município de Geminiano - PI

Objeto do Convênio: Implantação de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água na localidade de Serra Branca, zona rural, no município de Geminiano PI

Objeto do Aditamento: Prorrogação de ofício do prazo de vigência por mais **120 (cento e vinte) dias**, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 27/04/2016

Assina: Janainna Pinto Marques Secretária da Infraestrutura do Estado do Piauí.

Referencia: Convênio Nº 68/2008- Processo: Nº 16.1469/07
Concedente: Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura
Convenente: Município de Caracol - PI
Objeto do Convênio: Conclusão da Obra de Construção de 02 (duas) Quadras Poliesportivas, sendo uma na localidade Caldeirão e outra no assentamento Saco, no município de Caracol - PI

Objeto do Aditamento: Prorrogação de ofício do prazo de vigência por mais **90 (noventa) dias**, por ato administrativo.

Data da Assinatura: 19/04/2016

Assina: Janainna Pinto Marques Secretária da Infraestrutura do Estado do Piauí

Of. 321

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016 - CPL Processo: AA. 013.1.000401/15-06

A Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí SEINFRA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação comunica a interessados que as **09:00 (nove) horas do dia 16 de maio de 2016**, receberá propostas para contratação de empresa de engenharia civil para execução das obras e serviços de construção de 01 (uma) praça no Povoado Chapada do Pinto, no município de Joca Marques, neste Estado. O tipo de licitação é menor preço, regime de empreitada por preço unitário, valor global estimado R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Todas as despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão as expensas do Governo do Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura SEINFRA. Classificação Orçamentária: 16101.1545121.1.355; Natureza da Despesa: 4490,51 e FR 00. O Edital, planilha orçamentária e especificações técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenação de Licitação da SEINFRA, sito a Av. Pedro Freitas, s/nº, Centro Administrativo, Bloco "G", 1º andar, em Teresina-PI, Fone(s): (0xx86)3216.8400/8401/8402, Ramais 217 e 236, Fone/Fax (0xx86)3216.8403, e-mail: licitacao@seinfra.pi.gov.br.

Governo do Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura SEINFRA. Classificação Orçamentária: 16101.1545121.1.297; Natureza da Despesa: 4490,51 e FR 00. O Edital, planilha orçamentária e especificações técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenação de Licitação da SEINFRA, sito a Av. Pedro Freitas, s/nº, Centro Administrativo, Bloco "G", 1º andar, em Teresina-PI, Fone(s): (0xx86)3216.8400/8401/8402, Ramais 217 e 236, Fone/Fax (0xx86)3216.8403, e-mail: licitacao@seinfra.pi.gov.br, de segunda a sexta feira, das 7:30 às 13:30 horas. Publique-se.

Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

Irene Ferreira da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:
Janainna Pinto Marques
Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí
Of. 310

Extrato de Contrato – 2016

Referência: Contrato nº27/2016 - Processo nºA.A.013.1.000473/15-12 – 16.1172/15.

Contratante: Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí.

Contratada: Miraceu Turismo Ltda EPP.

Objeto: prestação de serviços reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas para quaisquer trechos nacionais e internacionais, de acordo com as necessidades dos Órgãos que compõe o Governo do Estado do Piauí.

Licitação: Pregão Presencial nº001/2015, Ata de Registro de Preços nº VI/2015, liberação nº0636/2015-DL/SEADPREV/PI.

Dotação Orçamentária: Os recursos financeiros para a despesa decorrente da contratação que se seguirem à licitação, neste exercício, correrão por conta do Estado do Piauí, através da Secretaria da Infraestrutura. Órgão Orçamentário: 16; Unidade Orçamentária: 101; Programa: 90; Ação (Proj/Ativ/Opp.): 2311; Função: 04; Subfunção 122; Natureza da Despesa: 3390-33; Subelemento: 01; Fonte de Recursos: 0100001001.

Valor: R\$ 4.725,72 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos).

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 12 de abril de 2016.

Assinam: Janainna Pinto Marques (pela Secretaria da Infraestrutura) e Luis Mamede de Castro (pela contratada).

Of. 318



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2016 - SEFAZ

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação, sob demanda, de empresa especializada para fornecimento de 348 (trezentos e quarenta e oito) Recargas de Gás de Cozinha (GLP) de 13 kg acondicionados em botijões, com entrega parcelada, para atender as necessidades dos Postos Fiscais da SEFAZ.

TIPO: Menor preço.

ADJUDICACAO: Por Lote

Observando-se o horário de Brasília:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Início do Acolhimento de Propostas: 03/05/2016, às 11h00min.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/05/2016, às 08h00min.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:

Sessão de Disputa de Preços: 16/05/2016, às 11h00min

LOCAL DE ABERTURA: Sessão Pública, por meio da INTERNET, no endereço www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança-criptografia e autenticação em todas as suas fases.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: www.licitacoes-e.com.br, www.sefaz.pi.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: endereço acima ou pelo telefone: (86) 3216-9600/Ramal 2301. E-mail: cpl@sefaz.pi.gov.br

Teresina (PI), 26 de abril de 2016.

Cyntya Tereza Sousa Santos
Pregoeira SEFAZ

Visto:
Rafael Tajra Fontes
Secretário da Fazenda

Of. 168

A Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí SEINFRA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação comunica a interessados que as **09:00 (nove) horas do dia 17 de maio de 2016**, receberá propostas para contratação de empresa de engenharia civil para execução de serviços de pavimentação em paralelepípedo de 2.322,74 m², em vias públicas na localidade Pitombeira, zona rural do município de Jardim do Mulato PI. O tipo de licitação é menor preço, regime de empreitada por preço unitário, valor global estimado R\$ 260.784,75 (duzentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Todas as despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão as expensas do

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

49



Governo do Estado do Piauí
Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 001/2016

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI E EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI.

O INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI, autarquia estadual, constituída nos termos da Lei nº. 3.783, de 16 de dezembro de 1980, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.718.282/0001-43, com sede na 13 de Maio, nº 307, 3º andar, Bairro Centro, Cidade Teresina, Cep nº. 64.000-080, neste ato representado por sua Diretora Geral Interina , Regina Lourdes Carvalho de Araújo Costa, nomeada por Decreto de 04 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 05 subsequente, portadora da Carteira de Identidade nº 258.729-SSP/PI, CPF nº. 153.034.973-72, residente e domiciliada em Rua 23, nº. 2484, Parque Alvorada, Timon-MA, e a EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI, sociedade de economia mista, constituída por autorização nos termos da Lei Complementar nº 83 de 12 de abril de 2007, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 774, Bairro Centro, na cidade de Teresina, no Estado Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.643.068/0001-75, neste ato representada pelo Diretor Presidente José Ricardo Pontes Borges, empossado através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 06 de janeiro de 2015, brasileiro, portador do CPF nº 239.878.393-68, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidas pelas partes, com objetivo de adotar medidas necessárias à transferência e regularização de terras ao Estado do Piauí por força da Lei nº. 6.754, de 11 de janeiro de 2016, realização de georreferenciamento das respectivas terras rurais, visando dar cumprimento ao estabelecido nas Leis nº. 6.709, de 28 de setembro de 2015 e 6.127, de 21 de novembro de 2011 e em atendimento a Lei Federal nº. 10.267, de 28 de agosto de 2001, a qual estabelece que para imóvel rural com mais de 500 há o registro de qualquer ato na matrícula depende de levantamento georeferenciado do imóvel, com indicação das coordenadas dos vértices e gestor da certificação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto estabelecido neste Termo de Cooperação, constituem atribuições:

I - DO INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI:

Ante a competência estabelecida na Lei nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº. 6.709, de 28 de setembro de 2015, do referido Instituto:

- Providenciar georreferenciamento dos imóveis rurais listados na Lei nº. 6.754, de 11 de janeiro de 2016, doados ao Estado do Piauí;
- Adotar junto ao INCRA atualização do cadastro das terras (CERTIFICAÇÃO) em conformidade com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, com planta e o memorial descritivo do imóvel, além das medidas e confrontações de cada lado do perímetro, os pares de coordenadas UTM de todos os vértices, na ordem da demarcação;
- Adotar em conjunto com a EMGERPI, providências junto aos Cartórios Oficiais de Registro de Imóveis para transferência e averbação dos imóveis;
- Providenciar à titulação das posses legítimas nas áreas doadas pela Lei nº. 6.754/2016;

II - DA EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI:

- Colaborar com o Instituto em todas as ações com o objetivo do fiel cumprimento deste TERMO DE COOPERAÇÃO;
- Definir, em conjunto com o Instituto de Terras, plano de trabalho com as atividades a serem desenvolvidas;
- Fornecer informações às ações administrativas e operacionais, necessárias às transferências dos imóveis rurais ao Estado do Piauí;
- Realizar em conjunto com o INTERPI providências junto aos Cartórios Oficiais de Registro de Imóveis para transferência e averbação dos imóveis;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS AÇÕES COMPLEMENTARES

Poderão ser firmados convênios e/ou contratos específicos para viabilizar atividades complementares, que se desenvolvam no contexto da cooperação objeto do presente TERMO.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

O presente Termo não gerará repasse de recursos entre os participes, arcando cada qual com eventuais pertinentes custos na realização entre os participes na realização do TERMO. Sendo as despesas custeadas por conta de cada signatário, de acordo com as respectivas disponibilidades orçamentárias, quer seja no que se refere à contratação de empresas, interveniências de suas equipes técnicas, quer seja no uso de seu material e equipamento, respeitada a legislação em vigor.

Diário Oficial

50

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • N° 79

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente instrumento iniciar-se-á na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Piauí - DOE e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2019, podendo ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre as partes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos, que daquele serão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexequível, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

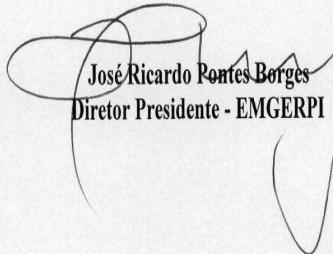
CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

Durante sua vigência, o presente TERMO poderá ser alterado no todo ou em parte mediante celebração de TERMO ADITIVO, desde que de comum acordo entre as partes.

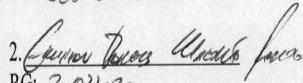
E, por assim estarem devidamente justos e acordados, as partes, inicialmente nomeados, firmam o presente Termo de Cooperação Técnica, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Teresina, 25 de abril de 2016.


Regina Lourdes C. de Araújo Costa
Diretora Geral Interina- INTERPI


José Ricardo Pontes Borges
Diretor Presidente - EMGERPI

Testemunhas:
1. Maria Felilme Laval de Góis da Silva
RG: 2154617
CPF: 932.608.223-72


2. Leônidas Góis da Silva
RG: 2.031.020
CPF: 916.941.163-87



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 008/16 Processo Administrativo n° AA.310.1.000129/16-75

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria das Cidades SECID/PI dá ciência a todos que realizará a Tomada de Preços nº 008/2016 do tipo “Menor Preço”, regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, conforme discriminação a seguir: OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo de vias públicas, no município de Landri Sales PI. ABERTURA: 13/05/2016 às 09h00min. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário. RECURSOS: Tesouro do Estado. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SECID/PI, Av. Joaquim Ribeiro, 835, Centro/Sul, CEP: 64.001-480, nesta Capital. Tel: (86) 3216-3692. Fax: (86) 3216-4474. E-mail cidades@cidades.pi.gov.br.

Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

José Guimarães Lima Neto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 047

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 08/2016
CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELIPÍPEDO NA LOCALIDADE RIACHO FUNDO NO MUNICÍPIO.
VIGÊNCIA: 365 DIAS A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA
DATA DE ASSINATURA: 25/04/2016

FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA
Secretário de Estado das Cidades

Of. 16

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Extrato Termo de Convênio n° 11/2016, publicado no DOE N° 72
Pág. 29 de 18 de Abril de 2016:

Onde se Lê: “Valor: R\$ 991.262,43”

Leia-se: “Valor: “512.953,64”

Teresina (PI), 26 de Abril de 2016.

MÁRCIO XIMENES CAVALCANTI
Diretor da DUAGM

Of. 365

Of. 017

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

51



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

OBJETO: Extinção dos contratos administrativos cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal, observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993. Segue relação anexa dos devidos contratos com prazos expirados e consequentemente extintos.

DATA DA ASSINATURA: 25 de abril de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretária de Educação.
RELAÇÃO DOS CONTRATOS EXTINTOS

ORDEM	NOME DA AÇÃO	MUNICÍPIO	NÚMERO DO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
01	REFORMA E AMPLIAÇÃO ESCOLA AGROTÉCNICA	BURITI DOS LOPEZ	034/2011	CAXÉ
02	REFORMA AMPLIAÇÃO U.E LUIS GALHANONI	PARNAÍBA	132/2011	MURAR
03	REFORMA U.E JOÃO COELHO DE RESENDE	PIRIPIRI	249/2011	LUIS & LUIZ
04	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E LUIS PADRE	ÁGUA BRANCA	161/2012	RJ
05	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E ALBERTO MONTEIRO	TERESINA	165/2012	ECOL
06	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E FELISMINO FREITAS	TERESINA	171/2012	PADRAO ENG.
07	COBERTURA DE QUADRA U.E JÚLIA NUNES	TERESINA	210/2012	JS NETO
08	COBERTURA DE QUADRA U.E JOÃO EMILIO FALCÃO	TERESINA	211/2012	JS NETO
09	COBERTURA DE QUADRA U.E HELVIDIO NUNES	TERESINA	212/2012	J. MENESSES
10	COBERTURA DE QUADRA U.E SIGEFREDO PACHECO	TERESINA	214/2012	JS NETO
11	AMPLIAÇÃO U.E PETRÔNIO PORTELA	PICOS	060/2013	R. MELO
12	AMPLIAÇÃO U.E LEDA NAPOLEÃO	LAGOINHA DO PIAUÍ	063/2013	ACLA
13	AMPLIAÇÃO U.E URBANO EULÁLIO	PICOS	173/2013	BEZERRA MOURA
14	AMPLIAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E TOMAZ FRANCISCO	QUEIMADA NOVA	193/2013	ACLA
15	AMPLIAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E FRANCIVAL RODRIGUES	CAJAZEIRAS	195/2013	RJ
16	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E DIRCEU ARCOVERDE	FLORESTA	202/2013	VALE CIA
17	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E ALBERTO LEAL	REGENERAÇÃO	271/2013	SANTA ROSA
18	REFORMA / AMPLIAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E DIRCEU ARCOVERDE	ANÍSIO DE ABREU	274/2013	MONTE SINAI
19	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E MANOEL NASCIMENTO	BENEDITINOS	140/2014	TC
20	COBERTURA DE QUADRA U.E DONA FAUTA DE SOUSA	SIGEFREDO PACHECO	143/2014	JS SAMPAIO
21	CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E ANÍSIO LIMA	ALTOS	144/2014	ALTOS
22	AMPLIAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE QUADRA U.E CENTRO DE ENSINO MÉDIO	CURRAIS	146/2014	NORMA

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED/PI

ESPECIE: Extrato do Termo de Apostilamento de acréscimo de Fonte de Pagamento ao Processo nº 0052389/2015 (Dispensa nº 027/2016).

PROCESSOS: 0019148/2016 e 0052389/2015

OBJETO: Acréscimo à Classificação Original do Processo nº 0052389/2015, gerador do Contrato nº 042/2016, celebrado com a empresa LG CONSULTORIA ASSESSORIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ nº 06.984.717/0001-00, cujo objeto é a Reforma na U.E. Domício Magalhães no município de Teresina – PI, de Fonte de Pagamento 100 (Tesouro Estadual) para Fonte de Pagamento 14(QUF), em conformidade com o Artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/1993.

DATA DA ASSINATURA: 25 de abril de 2016. Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretaria da Educação.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC/PI

ESPECIE: Extrato do Termo Aditivo nº 004/2016 ao Contrato nº 048/2013, celebrado entre SEDUC/PI e a empresa **Construtora Nossa Senhora das Graças Ltda**, CNPJ nº 08.518.622/0001-18, cujo objeto é a Construção de Escola Padrão SEDUC e Quadra Coberta com Vestiário, no município de Cajueiro da Praia/PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0056269/2015

OBJETO: Acordam as partes em relação ao Contrato nº 048/2013, cujo objeto é a Construção de Escola Padrão FNDE e Quadra Coberta com Vestiário, no município de Cajueiro da Praia/PI, pela prorrogando o prazo de execução em 180 (cento e oitenta) dias, no período de **26/03/2016 a 22/09/2016**, ficando prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com o cronograma físico-financeiro da Contratada em constante no Processo Administrativo SEED/PI nº 0056269/2015.

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias - Secretaria de Estado da Educação; **Maria de Jesus Machado de Araújo** – representante da empresa Contratada.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED/PI

ESPECIE: Extrato do Termo Aditivo nº 007/2016 ao Contrato nº 068/2014, celebrado entre SEED/PI e a empresa RANIREE MAZZILLE RAMOS DE MENESSES LTDA (CONSTRUTORA MAZZILLE) - CNPJ nº 07.855.369/0001-25.

PROCESSO N°: 0012705/2016

OBJETO: Acordam os participes em relação Contrato nº 068/2014, cujo objeto é consiste nos serviços de construção de Núcleo de Educação a Distância - Projeto Padrão, no município de São João da Fronteira/PI, pela prorrogação do prazo de execução da obra em 90 (noventa) dias, de 16/03/2016 até 14/06/2016, ficando prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com o cronograma físico-financeiro repactuado, constante no Processo Administrativo SEDUC/PI nº 0012705/2016.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretaria de Educação; Ranieri Mazzille Ramos de Meneses - Representante da Empresa.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED/PI

ESPECIE: Extrato do Termo Aditivo nº 006/2016 ao Contrato nº 074/2014, celebrado entre SEED/PI e a empresa RANIREE MAZZILLE RAMOS DE MENESSES LTDA (CONSTRUTORA MAZZILLE) - CNPJ nº 07.855.369/0001-25.

PROCESSO N°: 0011136/2016

OBJETO: Acordam os participes em relação Contrato nº 074/2014, cujo objeto é a construção de quadra poliesportiva coberta, com Vestiário (Padrão FNDE), na U.E. Dr. João Silva Filho, no Município de Paranaíba/PI, pela prorrogação do prazo de execução da obra em 120 (cento e vinte) dias, de 12/03/2016 até 10/07/2016, ficando prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com o cronograma físico-financeiro repactuado, constante no Processo Administrativo SEDUC/PI nº 0011136/2016.

DATA DA ASSINATURA: 10 de março de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretaria de Educação; Ranieri Mazzille Ramos de Meneses - Representante da Empresa.

Diário Oficial

52

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED/PI.

ESPECIE: Extrato do Termo Aditivo nº 006/2016 ao Contrato nº 095/2014, celebrado entre SEED/PI e a empresa FW CONSTRUÇÕES LTDA (CONSTRUTORA AGUIAR), CNPJ nº 10.402.888/0001-42.

PROCESSO N°: 0010694/2016.

OBJETO: Acordam as partes em relação Contrato nº 095/2014, cujo objeto é a reforma e ampliação do prédio onde funciona o MP3/Hip-Hop, no município de Teresina/PI, pela prorrogação do prazo de execução da obra em 120 (cento e vinte) dias, de 24/03/2016 até 22/07/2016, ficando prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com o cronograma físico-financeiro repactuado, constante no Processo Administrativo SEED/PI nº 0010694/2016.

DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretária de Educação; Francisco Wilson Amaral Aguiar - Representante da Empresa.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED/PI

ESPECIE: Extrato do Termo Aditivo nº 008/2016 ao Contrato nº 194/2013, celebrado entre SEED/PI e a empresa RANIÈRE MAZZILLE RAMOS DE MENESSES LTDA (CONSTRUTORA MAZZILLE) - CNPJ nº 07.855.369/0001-25.

PROCESSO N°: 0012704/2016.

OBJETO: Acordam os partícipes em relação Contrato nº 194/2013, cujo objeto consiste nos serviços de ampliação e construção de quadra coberta, com vestuário, na U. E. Pedro Coelho de Resende, no município de Boa Hora/PI, pela prorrogação do prazo de execução da obra em 120 (cento e vinte) dias, de 16/03/2016 até 14/07/2016, ficando prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com o cronograma físico-financeiro repactuado, constante no Processo Administrativo SEDUC/PI nº 0012704/2016.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretária de Educação; Ranieri Mazzille Ramos de Meneses - Representante da Empresa.

ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ESPECIE: Extrato do Termo Aditivo Nº 006/2016 ao Contrato nº 261/2013, celebrado entre SEED/PI e a empresa CONSTRUTORA UNIÃO LTDA, CNPJ nº 23.501.737/0001-93, cujo objeto são os serviços reforma na U. E. Lili Silveira, no município de Jaicós/PI.

PROCESSO N°: 0012767/2016.

OBJETO: Acordam as partes em relação Contrato nº 261/2013, cujo objeto são os serviços de reforma na U. E. Lili Silveira, no município de Jaicós/PI, pela prorrogação do prazo de execução da obra em 90 (noveenta) dias, de 29/03/2016 até 27/06/2016, ficando prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com o cronograma físico-financeiro repactuado, constante no Processo Administrativo SEDUC/PI nº 0012767/2016.

DATA DA ASSINATURA: 28 de março de 2016.

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa Dias – Secretária de Educação; Maria José Almeida Rego - Representante da Empresa.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2015 AO CONTRATO Nº 283/2013

ESPECIE: Contrato celebrado entre SEED/PI e empresa Construtora Módulo LTDA, CNPJ nº 06.855.290/0001-31

OBJETO: Acordam as partes em relação ao Contrato nº 283/2013 execução da obra de Reforma no Memorial Tertuliano Brandão Filho no Município de Pedro II /PI, pela prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2016, em conformidade com Parecer Técnico da UGERF/ SEDUC/PI exarado na pág. 14, do dia 23/12/2015, pela Engenheira Antonio Gomes de Castro, CREA/PI nº 534D, matrícula funcional nº 68759-6, constante no Processo Administrativo SEED/PI nº 0056262/2015.

DATA DA ASSINATURA: 30 de dezembro de 2015

SIGNATÁRIOS: Rejane Ribeiro Sousa – Secretária de Educação. Francisco das Chagas Benicio da Silva- Representante da Empresa

Of. 083



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2016 SETRANS/PI

A Secretaria de Estado dos Transportes do Piauí SETRANS/PI, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações comunica aos interessados que as **09:30 (nove e trinta) horas do dia 01 de junho de 2016**, receberá proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE BARRO DUROPI, COM 3,235 KM DE EXTENSÃO**. **Tipo de licitação: Menor Preço. Regime de empreitada por preço unitário.** **Valor estimado: R\$ 2.212.864,23.** Dotação Orçamentária: Clas. Orçam.: 46101.2678220.1169; ND: 44.90.51 e FR: 00/16. O Edital e seus elementos constitutivos estarão disponíveis para consulta e aquisição no Setor de Licitações da SETRANS/PI, sito a Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, bloco "G", 1º Andar, Teresina-PI, Fone: (86)3215-4545/ , Ramal 221, Fone/Fax: (86)3215-4291 e (86)3216-3124, e-mail: cplsetranspi@bol.com.br, de segunda a sexta-feira, das 7:30 as 13:30 horas. Publique-se.

Teresina-PI, de 27 de abril de 2016.

Luzinete Lima Silva Muniz Barros
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Visto:

Guilhermano Pires Ferreira Corrêa
Secretário dos Transportes do Estado do Piauí

Of. 275



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO: Pregão Eletrônico nº 12/2016 – CPL/SESAPI.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SESAPI NO AMBITO DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
TIPO: Menor Preço por LOTE. DATA E HORÁRIO: INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS 04/05/2016 às 13h00min; LIMITE A COLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/05/2016 às 08h00min; ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17/05/2016 às 11h00min; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 18/05/2016 às 09h00min; LOCAL: licitações-e do Banco do Brasil AS. INFORMAÇÕES: SALA de Reunião CPL/SESAPI, Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo – Teresina – PI. INFORMAÇÕES: CPL/SESAPI, no mesmo endereço, FONE: (86) 3216-3604 e-mail: cplsaude@saudade.pi.gov.br

Luciana Spindola Monteiro Toussaint
Pregoeira da CPL/SESAPI

Visto:

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1002

Diário Oficial

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

57



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE GOVERNO

ERRATA

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO DO TERMO ADITIVO Nº02/2016 REFERENTE AO CONTRATO N°08/2015

ONDE SE LÊ: Classificação Funcional : 2152; Fonte do Recurso 00:
LEIA-SE : Classificação Funcional :2183 ;Fonte do Recurso 00:

Teresina (PI), 27 de Abril de 2016.

MERLONE SOLANO NOGUEIRA
SECRETARIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONTRATANTE

Of. 259



Governo do Estado do Piauí
Instituto de Desenvolvimento do Piauí

IDEPI

RESULTADO FINAL CONCORRÊNCIA 001/2016

A Comissão de Licitação do Instituto de Desenvolvimento do Piauí IDEPI, torna público que, após análise das propostas de preços apresentadas pelas licitantes habilitadas, que se encontram substancialmente adequadas e de conformidade com as normas do Edital, consoante relatório técnico requisitado por esta CL, emitido pela Diretoria de Engenharia do IDEPI, através do Engenheiro Wesley Raon de Sousa Marques, concluiu pela seguinte classificação: 1º Lugar - PAC R & STERRAPLENAGEM LTDA. Valor da Proposta: R\$ 4.390.048,67 (quatro milhões trezentos e noventa mil quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e 2º LUGAR - e MANDACARU TERRAPLENAGEM LTDA. valor da proposta - R\$ 4.478.096,63 (quatro milhões quatrocentos e setenta e oito mil noventa e seis reais e sessenta e três centavos) A ata e os demais documentos que consubstanciaram a decisão acima prolatada encontram-se à disposição das empresas interessadas, no horário normal de expediente deste Órgão, contando a partir da data da publicação deste ato, o prazo para interposição de recurso, conforme Processo Administrativo Nº 488/2008

Teresina, 26 de abril de 2016.

Maria Medianeira de Siqueira Nunes Miranda
Coordenadora de Licitações - IDEPI
Of. 405



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015/SEJUS. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1250/15-70/SEJUS

No dia 27 de abril de 2016, após a Comissão Permanente de Licitação ter selecionado a proposta reputada mais vantajosa, conforme a classificação final das empresas participantes que indicou a seguinte ordem: **Primeira Classificada**: Altos Engenharia Ltda - Valor Proposto R\$ 17.130.305,35 (dezessete milhões, cento e trinta mil, trezentos e cinco reais e trinta e cinco centavos); **Segunda Classificada**: Construtora Padrão Ltda Valor Proposto R\$ 17.149.141,23 (dezessete milhões, cento e quarenta e nove mil, cento e quarenta e um reais e vinte e três centavos), e depois de procedido a análise minuciosa dos autos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, o Secretário de Justiça do Estado do Piauí, Sr. Daniel Carvalho Oliveira Valente, resolve **HOMOLOGAR** os atos do Processo Administrativo nº 1250/15-70/SEJUS, Concorrência Pública nº 001/2015, e **ADJUDICAR** em favor da Empresa **ALTOS ENGENHARIA LTDA**, **Primeira Classificada**, inscrita sob o CNPJ nº 41.506.072/0001-92, Inscrição Estadual nº 19.424.838-0, estabelecida na Rua Lucrécio Avelino, 2742, Altos (PI), vencedora do supracitado certame, cujo valor da proposta vencedora foi **R\$ 17.130.305,35** (dezessete milhões, cento e trinta mil, trezentos e cinco reais e trinta e cinco centavos), objeto da supracitada licitação.

Teresina (PI), 27 de abril de 2016.

DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE
Secretário de Justiça do Estado do Piauí
Of. 287



DESPACHO DE ENCERRAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL COORDENADORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATO

Processo Administrativo nº 00887/2016 - CLC/DPE
PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 12/2016 - DPE/PI.
CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ – DPE.
CONTRATADAS: **IMPRESSÃO & CIA EMPREENDIMENTOS EM INFORMÁTICA LTDA-ME**, CNPJ nº 10.433.267/0001-26; **ASA DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 05.062.619/002-25; **PAPELARIA COMERCIALE LIMPEZA LTDA**, CNPJ nº 63.345.847/0001-28; **C.J. FREITAS DE SAMPAIO EIRELLI – EPP (MICROSERV)**, CNPJ nº 73.852.873/0002-87 e; **NATAL COMPUTER**, CNPJ nº 10.742.806/0001-09. OBJETO: A aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes e, materiais de informática, para a sede do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, localizado à Avª Nossa Senhora de Fátima, nº 1342, bairro Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Teresina, neste Estado, sendo composto por 07 lotes, que se dividem em materiais de consumo, materiais permanentes e, materiais de informática, como seguem; **MATERIAIS DE CONSUMO**: LOTE 1 - compreendem; resmas de papel, canetas, dvds, envelopes, grampeadores, pincéis e, LOTE 2 - galões de águas. **MATERIAIS PÉRMÂNTENES**: distribuídos nos seguintes lotes; LOTE 3 - aquisição de 02 veículos, tipo sedan, LOTE 4 - armários em aço com duas portas e, gaveteiros em aço. LOTE 5 - aquisição de um cercado para crianças. LOTE 6 – aquisição de livros didáticos e; **MATERIAIS DE INFORMATICA**: LOTE 7 – compreendem; computadores, notebooks, impressoras, scanner profissional, estabilizador, um televisor, câmera digital semiprofissional, tonners e projetor multimídia.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e, Lei 10.520 de 17/07/2002.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento de despesa: saldo remanescente do convênio 050/2012 – SPM, destinado ao Núcleo da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Piauí.

PUBLICAÇÕES: Diário Oficial nº 63, de 05/04/2016, Tribunal de Contas do Estado do Piauí -TCE e, Mural da DPE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

HOMOLOGAÇÃO: 22 de abril de 2016.

ADJUDICAÇÃO: 25 de abril de 2016.

DATA DA ASSINATURA DOS CONTRATOS: 29 de abril de 2016.
Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes - Defensora Pública Geral do Estado do Piauí

Of. 045



INSTITUTO DE METROLOGIA DO
ESTADO DO PIAUÍ



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

Referência: Processo IMEPI 201600515 2016 PROC. 79

CONTRATANTE: Instituto de Metrologia do Estado do Piauí

CONTRATADO: CONNECT COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.489.297/0001-09

Objeto: Aquisição de 01 (um) Gravador Externo de DVD e CD SLIM USB 2.0.

Amparo Legal: Dispensa Art. 24, II e IV da Lei 8.666/93.

VALOR: R\$ 185,20 (cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos).

Dotação: 04122902201 449052

Fonte: 0210003504

Teresina(PI), 27 de abril de 2016

Maycon Danylo Araujo Monteiro
Diretor Geral
IMEPI/INMETRO

Of. 144

Diário Oficial

58

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/2016 - MDER

Ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93, a Dispensa de Licitação nº 040/2016.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL (casa da gestante, bebê e puérpera-CGBP).
LOCADOR: MATEC MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação com fulcro no Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.
FONTE DE RECURSO: SUS/113
JUSTIFICATIVA: Anexa aos autos do processo MDER nº 0181/2016.

Teresina, 12 de abril de 2016.

JOSÉARAÚJO BRITO
Diretor Geral - MDER

Of. 247

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA PI

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOCAINA PI, através da CPL, torna público que realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016**, do tipo **MENOR GLOBAL**, Regime de Execução: **EMPREITADA GLOBAL**, em 13/05/2016 às 08:30 h, tendo como objeto contratação de empresa especializada para executar serviços de pavimentação em paralelepípedo em vias públicas do município Bocaiana-PI. **Valor Estimado:** 139.956,25. **RECURSO:** FPM, ICMS, IPVA E FEP. **EDITAL:** Setor de licitação da Prefeitura Municipal de Bocaiana PI.

Bocaiana- PI, 27 de abril de 2016.

Ivaneide de Moura Sousa Leal
Presidente da CPL

P. P. 20466

FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

A FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o nº. **001/2016**, tipo menor preço Por Item, com abertura para o dia 06/05/2016, às 08:00 horas. Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de consumo diverso (expediente, gráfico, limpeza e locação de equipamentos). Fonte de Recurso: Governo do Estado. Local: sede da FUNDACAO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, situada na Rua Felix Aires, nº. 1582, Bairro Água Mineral, Teresina-PI. Informações pelo Fone: (86) 3221-1333, de segunda à sexta das 07h30min às 13h00min.

Teresina-PI, 22 de Abril de 2016.

Manoel Carlos Marques Barreto
Presidente

FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o nº. **002/2016**, tipo menor preço Por Item, com abertura para o dia 06/05/2016, às 09:00 horas. Objeto: contratação de empresa

especializada para o fornecimento de alimentos preparados (Lanche). Fonte de Recurso: Governo do Estado. Local: sede da FUNDACAO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, situada na Rua Felix Aires, nº. 1582, Bairro Água Mineral, Teresina-PI. Informações pelo Fone: (86) 3221-1333, de segunda à sexta das 07h30min às 13h00min.

Teresina PI, 22 de Abril de 2016.

Manoel Carlos Marques Barreto
Presidente

FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

A FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o nº. **003/2016**, tipo menor preço Por Item, com abertura para o dia 06/05/2016, às 10:00 horas. Objeto: contratação de empresa especializada para a locação de veículos sem condutor para servir de apoio. Fonte de Recurso: Governo do Estado. Local: sede da FUNDACAO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, situada na Rua Felix Aires, nº. 1582, Bairro Água Mineral, Teresina-PI. Informações pelo Fone: (86) 3221-1333, de segunda à sexta das 07h30min às 13h00min.

Teresina-PI, 22 de Abril de 2016.

Manoel Carlos Marques Barreto
Presidente

FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

A FUNDACÃO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o nº. **004/2016**, tipo menor preço Por Item, com abertura para o dia 06/05/2016, às 11:00 horas. Objeto: contratação de empresa especializada para a locação de carro fumacê. Fonte de Recurso: Governo do Estado. Local: sede da FUNDACAO CULTURAL BENEFICIENTE FILADELPHIA, situada na Rua Felix Aires, nº. 1582, Bairro Água Mineral, Teresina-PI. Informações pelo Fone: (86) 3221-1333, de segunda à sexta das 07h30min às 13h00min.

Teresina-PI, 22 de Abril de 2016.

Manoel Carlos Marques Barreto
Presidente

P. P. 20458

O U T R O S

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETULIO VARGAS



PROCESSO SELETIVO PARA ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA INTENSIVADO HGV 2016. EDITAL N° 01/2016

Resultado final do teste seletivo para o Programa de Especialização em Medicina Intensiva (PEMI) do Hospital Getúlio Vargas (HGV), que é credenciado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB)

- 1º - Mariane Mendes Gil Barbosa Santos Rocha – Aprovada e convocada
- 2º - Hallysson Dourado da Silva – Aprovado e convocado
- 3º - Renata Nara Silveira de Araújo – Classificada
- 4º - Francisco Dannilo de Carvalho Isidoro – Classificado.

Drª. Clara Francisca dos Santos Leal
Diretora Geral/HGV

Of. 335

Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

59



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

OFICIO/GAB. Nº. 0901/2016 Teresina (PI), 14 de abril de 2016.

Ilmo. Senhor
José Rafael Leal Lelis Neto
Gerente Geral Banco do Brasil S/A
Elesbão Veloso – Piauí

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTA CORRENTE

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira das contas correntes vinculadas ao CNPJ 06.553.564/0012-90 do Hospital Estadual Norberto Moura – Elesbão Veloso/PI, existente em qualquer agência do Banco do Brasil S/A e as que venham a ser abertas, serão movimentadas conforme abaixo, sendo necessárias, sempre, 02 (duas) assinaturas:

Titulares:

Nome: Hyezio de Moura Nunes
CPF: 005.551.543-60

Função: Diretor Geral

Nome: Maria da Cruz Mendes Sousa
Administrativa Financeira
CPF: 921.982.363-20

Função: Diretora

Poderes:

- . Abrir contas de depósito
- . Receber/passar recibo e dar quitação;
- . Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- . Efetuar transferências/ pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- . Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- . Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- . Solicitar saldos/ extratos de contas de investimentos.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Secretário de Estado da Saúde
758.298.193-68

JOSÉ ELOI LAMIM LAGES
Diretor de Unidade Executiva do FUNSAÚDE
218.192.033-87

Of. 963

ROBUSTA IND. COM. DE ESQUAD. LTDA-ME, CNPJ 73534331/0001-85, INST. NO CONJ. JARD. ESPERANÇA 3, Nº 230/A, RUA BOLÍVIA, B. CEARÁ, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SEC. DE MEIO AMBIENTE (SEMPA) DE PHB-PI, A DBIA, ONDE NÃO FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

P. P. 20457

A. & M. COELHO LTDA - ME - “POSTO COELHO” – CNPJ: 19.955.346/0001-71, com sede na Rod PI 141, N°657, Zona Rural, Canto Do Buriti, PI - CEP: 64890-000, torna público que requereu a Licença Operacional para Caminhão junto a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR.

P. P. 20459

REGINALDO PEREIRA DA ROCHA, CPF 932.978.743-68, TORNA AO PÚBLICO QUE REQUEREU À SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS SEMAR, A(DBIA)E, SUPRESSÃO VEGETAL PARA IMPLANTAÇÃO DE CAPIM NA GLEBA CAPIM DA FAZENDA SOBRAL, MUNICIPIO DE GUARIBAS PI.

P. P. 20463

MARIA DE JESUS VIEIRA torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental, para exploração apicultra racional na propriedade Terra Nova, Pedro Laurentino – PI, determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Ivo de Sousa Leite torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental, para exploração apicultra racional na propriedade Terra Nova, Pedro Laurentino – PI, determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

JACOB PEREIRA DA SILVA, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental, para a exploração da apicultura fixa na propriedade Vereda do Meio, Simplicio Mendes – PI, determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Manoel Passos Ribeiro, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental, para exploração da apicultura e da bovinocultura de leite propriedade Acerto, Simplicio Mendes – PI, determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Declaração de Baixo Impacto Ambiental, para exploração a piscicultura tipo Pesque e Pague na propriedade AGUA BRANCA, São Francisco do Piauí – PI, determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

P. P. 20460

EDITAL-CARLOS EDUARDO BORGES REBELO-CPF-618.339.403-34-residente e domiciliado na Cidade de Teresina - Piauí,- Pi, torna público que REQUEREU junto a SEMAR - PI, o pedido de LICENÇA OPERAÇÃO (LO), na FAZENDA LAGEDO, no município de Joaquim Pires - Piauí - PI. Teresina (PI),26/04/2016.

EDITAL-CARLOS EDUARDO BORGES REBELO-CPF-618.339.403-34-residente e domiciliado na Cidade de Teresina - Piauí,- Pi, torna público que REQUEREU junto a SEMAR - PI, o pedido de LICENÇA OPERAÇÃO (LO), na FAZENDA BARRO VERMELHO, no município de Joaquim Pires - Piauí - PI. Teresina (PI), 26/04/2016.

P. P. 20461

DETTRAN-PIAUÍ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PIAUÍ EDITAL DE LEILÃO 04/2016 PRESENIAL E ONLINE. O Departamento estadual de transito do estado do Piauí - DETRAN comunica que fará realizar leilão publico para venda de veículos apreendidos, no dia 12/MAIO/2016. O leilão será realizado no pátio da VIPLEILOES, localizada na Av. Doutor Josué Moura Santos N° 1111, Bairro Pedra Mole, em Teresina-PI. O leilão terá inicio às 9:30h, na modalidade presencial e online. Maiores informações e copias dos editais, poderão ser obtidos junto coma comissão de leilão, na Av. Gil Martins N° 2000, Bairro Redenção e no local do leilão. Outras informações pelo telefone 86.3301-5000 e ainda pelo site www.ericoileilos.com.br. Teresina, 28/04/2016. Leiloeiro público: Erico Lages Soares

P. P. 20462

EXTRATO DO ESTATUTO DO LAR ASSISTENCIAL MARIA DE NAZARE- LAMANA - Fundado em 23 de janeiro de 2014, é uma Entidade Civil, religiosa, filantrópica, assistencial, educacional, cultural e de ação comunitária, de duração ilimitada com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Picos-PI, tem por finalidade o estudo a pratica a pesquisa e a divulgação da Doutrina Espírita, como religião, filosofia e Ciência, realizar o trabalho sócio assistencial valorizando e promovendo as famílias nos seus direitos de cidadania bem como outras expressas no presente Estatuto.

P. P. 20464

Diário Oficial

60

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE TERESINA
1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA

PROCESSO: 0023659-09.2015.8.18.0140

1º Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Teresina

AÇÃO DE DESAPROPRAÇÃO

DESPROPRIANTE: O ESTADO DO PIAUÍ

DESPROPRIADO: CARMÉM CONSUELO NAGEM FIALHO BRITTO

Registro por oportuno, que no despacho de fls.62/63, foi deferida liminar, condicionada a expedição do mandado de imissão a consumação do depósito.

Considerando que foi efetuado o depósito do valor da segunda parcela pelo ESTADO DO PIAUÍ, conforme comprovante de fls.96, ACOLHO o pedido de fls.97/98 e determino que retifique-se o nome da Desapropriada, fazendo constar nos autos do processo o nome CARMÉM CONSUELO NAGEM FIALHO BRITTO, em seguida, determino a expedição do competente ALVARÁ.

Intimem-se

Cumpra-se.

Teresina, 08 de março de 2016.

ADERSON ANTÔNIO BRITO NOGUEIRA

Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina

Of. 229

VISTOS....

Cuida-se de Ação de Desapropriação que o Estado do Piauí moveu contra CARMÉM CONSUELO NAGEM FIALHO BRITO, tendo como objeto um imóvel de interesse social.

Às fls. 64/65 o ESTADO DO PIAUÍ informa a existência de acordo extrajudicial celebrado entre as partes (fls. 67/69), quando na CLÁUSULA SEGUNDA assim ficou acordado: "O valor firmado para efeito de indenização da área objeto da desapropriação em tela é o constante do laudo de avaliação anexo aos autos do processo e corresponde a R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais), a ser pago a desapropriada em sete (07) parcelas mensais de R\$ 728,571,42 (setecentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos), com o pagamento da primeira parcela em janeiro de 2016 e o remanescente em parcelas iguais e sucessivas, por meio de depósito em conta vinculada ao processo judicial, juntando cópia do comprovante do depósito da segunda parcela (fls.96).

A primeira parcela foi depositada e já recebida pela Desapropriada, após pedido (fls.73) através de ordem judicial (fls.84/85) após ser ouvido o Ministério Público que demonstrou desinteresse, sob o fundamento de que não havia interesse de incapazes nem terras rurais objeto litígio possessório e para fins de reforma agrária. (fls.82).

Registro mais uma vez que não houve contestação à desapropriação e ao valor da avaliação administrativa apresentada pelo Desapropriante, muito ao contrário, celebram acordo, acordando a forma de pagamento do valor da avaliação.

LICENÇA AMBIENTAL

R E R CARDOSO VIEIRA LTDA-POSTO LIBORIO, Inscrita no CNPJ: 21.892.663/0001-38, torna público que RECEBEU à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Piauí-SEMAR a LICENÇA PREVIA e LICENÇA de INSTALAÇÃO, para um posto revendedor de combustíveis e derivados de petróleo e outros, localizado na Avenida Joaquim Vieira de Brito N° 129, Bairro: Zona Rural da cidade de Cocal/PI, Foi elaborado Estudo Ambiental / Plano de Controle Ambiental – PCA.

LICENÇA AMBIENTAL

R E R CARDOSO VIEIRA LTDA-POSTO LIBORIO, Inscrita no CNPJ: 21.892.663/0001-38, torna público que REQUEREU à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Piauí-SEMAR a LICENÇA DE OPERAÇÃO, para um posto revendedor de combustíveis e derivados de petróleo e outros, localizado na Avenida Joaquim Vieira de Brito N° 129, Bairro: Zona Rural da cidade de Cocal/PI, Foi elaborado Estudo Ambiental / Plano de Controle Ambiental – PCA.

LICENÇA AMBIENTAL

HELIO CORREIA LIMA-EPP – Posto Líder II, torna público que REQUEREU à Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais de Parnaíba – SEMAR o pedido de RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, para um posto revendedor de combustíveis, derivados de petróleo e outros, instalado na Avenida Pinheiro Machado N° 1505, zona urbana do município de Parnaíba – PI. Foi elaborado Estudo Ambiental / Plano de Controle Ambiental – PCA.

P. P. 20465

Diário Oficial

70

Teresina(PI) - Quinta-feira, 28 de abril de 2016 • Nº 79

FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DA SAÚDE
Francisco de Assis de Oliveira Costa

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Limma

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DAS CIDADES
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
José Icemar Lavôr Néri

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Gessivaldo Isaias de Carvalho Silva

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janaína Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Hélio Isaias da Silva

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Luis Coelho da Luz Filho

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Fábio Núñez Novo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Luzinaldo dos Santos Soares

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATERIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência



**TALVEZ VOCÊ
NÃO SAIBA, MAS É
UM SALVA-VIDAS.**

**O SANGUE QUE VOCÊ DOA,
SALVA A VIDA DE ATÉ 4 PESSOAS.**



SAÚDE
Secretaria de Estado
da Saúde / SESAPI



UM ESTADO QUE CRESCE JUNTO COM SUA GENTE